

UFRRJ
INSTITUTO DE EDUCAÇÃO/ INSTITUTO
MULTIDISCIPLINAR
CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO,
CONTEXTOS CONTEMPORÂNEOS E DEMANDAS
POPULARES

DISSERTAÇÃO

ROMPENDO PARADIGMAS: OS CAMINHOS DA ÁREA DE
EDUCAÇÃO EM UMA INSTITUIÇÃO DE TRADIÇÃO
AGRÁRIA

Gabriela Queiroz de Alcantara

2015



**UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE EDUCAÇÃO/ INSTITUTO MULTIDISCIPLINAR
CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO, CONTEXTOS
CONTEMPORÂNEOS E DEMANDAS POPULARES**

**ROMPENDO PARADIGMAS: OS CAMINHOS DA ÁREA DE
EDUCAÇÃO EM UMA INSTITUIÇÃO DE TRADIÇÃO AGRÁRIA.**

GABRIELA QUEIROZ DE ALCANTARA

Sob a Orientação da Professora
Celia Regina Otranto

Dissertação submetida como requisito parcial para a obtenção do grau de **Mestre em Educação**, no Curso de Pós-Graduação em Educação, Contextos Contemporâneos e Demandas Populares – PPGEduc.

Seropédica, RJ
Fevereiro de 2015

378.98153

A347r

T

Alcantara, Gabriela Queiroz de, 1984-

Rompendo paradigmas: os caminhos da área de educação em uma instituição de tradição agrária / Gabriela Queiroz de Alcantara - 2015.

143 f.: il.

Orientador: Celia Regina Otranto.

Dissertação (mestrado) - Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Curso de Pós-Graduação em Educação, Contextos Contemporâneos e Demandas Populares.

Bibliografia: f. 86-91.

1. Ensino superior - Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. Instituto de Educação - História - Teses. 2. Educação - Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. Instituto de Educação - História - Teses. 3. Reforma universitária - Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. Instituto de Educação - Teses. 4. Historiografia - Teses. I. Otranto, Celia Regina, 1947-. II. Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. Curso de Pós-Graduação em Educação, Contextos Contemporâneos e Demandas Populares. III. Título.

PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
INSTITUTO DE EDUCAÇÃO / INSTITUTO MULTIDISCIPLINAR
Programa de Pós-Graduação em Educação, Contextos Contemporâneos e
Demandas Populares (PPGEduc)

GABRIELA QUEIROZ DE ALCANTARA

Rompendo Paradigmas: os caminhos da área de educação em uma
instituição de tradição agrária.

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação,
Contextos Contemporâneos e Demandas Populares da Universidade
Federal Rural do Rio de Janeiro, como requisito parcial à obtenção do
título de Mestre em Educação.

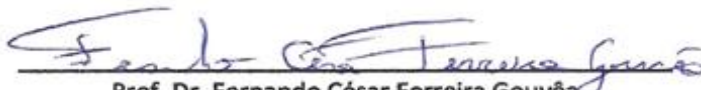
Linha de Pesquisa: Desigualdades Sociais e Políticas Educacionais

Dissertação aprovada em 24/02/2015.

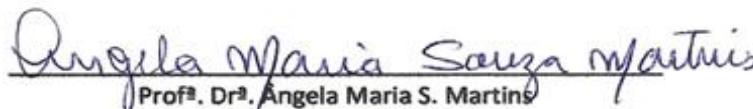
BANCA EXAMINADORA



Prof.ª. Dr.ª. Celia Regina Otranto(Orientador)
UFRRJ



Prof. Dr. Fernando César Ferreira Gouvêa
UFRRJ



Prof.ª. Dr.ª. Angela Maria S. Martins
UNIRIO

Seropédica
Fevereiro/2015

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho aos meus pais Gabriel e Maria José, e ao meu esposo Samer, que lutaram junto comigo, fornecendo o suporte afetivo necessário para que eu pudesse chegar até o fim. Esta vitória também é de vocês!

AGRADECIMENTOS

Como cristã Católica, não poderia iniciar meus agradecimentos de outra forma que não fosse agradecendo a Deus pelo dom da vida, pela saúde e fé que me concede a cada dia.

Agradeço aos meus pais: Gabriel e Maria José, e ao meu esposo Samer. Pois, mesmo sem que eles entendessem o motivo de tantas horas diante do computador, tantos textos e livros para ler, tantos eventos para participar, ainda assim eles apoiavam minhas decisões, ouviam minhas reclamações, comemoravam minhas vitórias e me encorajaram durante todo o percurso, desde a preparação para entrar no mestrado até a defesa da minha dissertação.

Agradeço a CAPES por me conceder uma bolsa de estudos para que eu pudesse me dedicar com qualidade à pesquisa.

Agradeço a minha orientadora, Prof^a Celia Regina Otranto, que me acolheu desde o ano de 2010, quando a procurei disposta a tornar-me uma pesquisadora. Ela aceitou o desafio, e passamos por uma iniciação científica, uma monografia, vários textos publicados e hoje esta dissertação. Obrigada professora Celia, por dividir comigo um tema que lhe é tão caro e especial. Nossa parceria nos últimos anos rendeu-me grande aprendizado e amadurecimento.

Agradeço aos membros da banca Prof^a Ângela Maria Souza Martins e Prof^o Fernando César Ferreira Gouvêa pelas primorosas considerações feitas desde a qualificação até a defesa.

Conheci a Prof^a Ângela há pouco tempo, na ocasião da qualificação, mas pude perceber que é uma grande profissional tanto pelas necessárias sugestões feitas no meu texto, quanto pela forma cordial e respeitosa como conduziu sua fala e suas considerações direcionadas à minha pesquisa.

O prof. Fernando, já conheço há alguns anos. Só consegui ser sua aluna oficialmente no mestrado, mas nossos encontros pelos corredores do IE, entre uma aula e outra, e nas reuniões de Colegiado do PPGEduc sempre renderam boas risadas em todos que por ali estavam, sejam seus alunos ou não. Seu bom humor, sua inclinação poética e seu jeito observador e cuidadoso com o outro, conquistam mais do que sorrisos, garantiram nossa admiração e respeito pela sua figura profissional. Agradeço de maneira especial toda a atenção que me dedicou nas vezes que o procurei para algum esclarecimento a respeito dos textos sugeridos, e ainda pelo material gentilmente emprestado para que pudesse tornar mais consistente minha dissertação.

Agradeço aos professores entrevistados Prof^a Helena Corrêa de Vasconcelos, Prof^a Lucília Augusta Lino de Paula e Prof^a Amparo Villa Cupolillo (DTPE); Prof^a Lia Maria Teixeira de Oliveira (que também contribuiu através do empréstimo de livros, revistas e de

sua dissertação e tese) e Prof^o Tarci Gomes Parajara (DECAMPD); e Prof^o José Camilo Camões e Prof^o Abimael Soler Garcia (aposentado) (DEFD). Todos contribuíram de forma ímpar através de seus relatos para a construção das análises aqui registradas.

Agradeço toda a colaboração dos Departamentos de: Teoria e Planejamento de Ensino, Educação Física e Desportos e o de Psicologia.

Agradeço às Coordenações dos cursos de Pedagogia, LICA e Educação Física, e de maneira especial aos seus respectivos técnicos-administrativos: Mônica Haua de Jesus; Cristiane Moffati Galindo e Ronaldo Delesporte dos Santos (mais conhecido como “batata”) pela disposição em ajudar na minha pesquisa através da liberação das Atas dos respectivos cursos, amplamente necessárias para o estudo, além do direcionamento, sugestões e contatos fornecidos.

Agradeço à Ana Cristina de Albuquerque Lima Rodrigues (secretária do PPGEduc), uma profissional muito competente, que sempre buscou atender com presteza todas as solicitações que fiz, sempre com sua voz suave e seu jeito acolhedor.

Agradeço aos variados órgãos da UFRRJ: Secretaria dos Órgãos Colegiados, Protocolo Geral, Centro de Memória e Atlética Central que contribuíram sobremaneira, seja com a cessão de documentos e/ou com a liberação para pesquisa dos mesmos.

Agradeço aos professores do PPGEduc que através de suas aulas e de suas avaliações contribuíram ricamente para que eu chegasse até aqui: Prof^o Filé, Prof^o Fernando, Prof^o Aristóteles, Prof^a Lilian, Prof^a Flávia e Prof^a Márcia.

Agradeço ainda aos professores da graduação em Pedagogia, que colaboraram para o meu crescimento pessoal e profissional através de seus exemplos, ao mesmo tempo em que eu me preparava para o mestrado e até quando iniciei meus estudos na pós-graduação. São eles: Eliane Fazolo, Fabrícia Vellasquez, Helena Vasconcelos, Maria Angélica Coutinho, Maria Luíza Kruehl, Márcio Vianna, Ramofly Bicalho e Regina Ribeiro.

Meus mais sinceros agradecimentos a todos que compartilharam comigo as angústias e as conquistas do Mestrado.

Gabriela.

BIOGRAFIA

No ano de 2014 completei 10 anos de Rural (sem contar o curso pré-vestibular que fiz no Didaquê, que era organizado pelo chamado Decanato de Extensão da época). Foram 10 anos de intensa atividade, em que fui aluna, bolsista, estagiária, aluna especial da graduação e da pós-graduação, professora substituta e mestranda. Muitas destas atividades foram desempenhadas ao mesmo tempo. Perpassei com muito orgulho o ensino, a pesquisa e a extensão dentro e fora da Universidade.

Em abril de 2004, ingressei na Rural para cursar a graduação em Economia Doméstica. Foram anos de muito trabalho, dificuldades, descobertas e uma oportunidade única de conhecer a Universidade de ponta a ponta através de um curso diversificado e integral. Durante o curso fui bolsista do NIEDEF (Núcleo de Integração entre Economia Doméstica e Ensino Fundamental); Bolsista de alimentação (realizando atividades no Bandeirão da Rural); Bolsista do Conexões de Saberes e Escola Aberta (Programa de incentivo ao acesso e permanência do estudante de origem popular na Universidade) e Estagiária da Prefeitura Universitária. Em 2008, formei-me em Bacharelado e Licenciatura em Economia Doméstica.

Em 2009 iniciei um curso de Especialização em Serviços de Alimentação oferecido pelo DED/ICHS/UFRRJ. Este curso, na época, cumpria o propósito de me aprofundar na área de alimentos, que juntamente com a área de desenvolvimento humano me chamavam muito a atenção na carreira como Economista Doméstica.

No mesmo ano, fui aprovada em concurso para ocupar uma vaga de professora substituta no DED. Ministrei quatro disciplinas durante os dois anos do contrato: Higiene e Saúde Pública, Educação Preventiva em Saúde, Representação Social do Idoso e Criança na Família e na Sociedade, esta última para dois cursos o de Economia Doméstica e o de Pedagogia. A experiência com a docência foi muito reveladora e instigante, tanto que resolvi fazer o curso de Pedagogia, para o qual prestei o concurso de reingresso. Passei, e no ano de 2010 iniciei o curso no DTPE/IE/UFRRJ.

Comecei a fazer algumas disciplinas do curso que se encaixavam na minha grade de horários. Ao conversar com a professora de uma dessas disciplinas, demonstrei o desejo de aprofundar-me na educação através da pesquisa, e o nome da prof^a Celia Regina Otranto foi sugerido para que pudesse me orientar nesta área.

Após alguns dias me apresentei à prof^a Celia, e revelei os meus anseios. Ela me acolheu e sugeriu algumas leituras para que orientasse minha busca por uma temática de pesquisa.

Após algumas leituras e conversas, a prof^a Celia me sugeriu a pesquisa sobre história do curso de Pedagogia na UFRRJ, a fim de que contribuísse para o levantamento da história e memória da Instituição.

Aceitei o desafio de investigar a história de um curso que foi aprovado na década de 1970, mas somente criado na Instituição (DTPE/IE), no ano de 2006, por força de alguns professores do DTPE que buscavam a consolidação da área de Educação na Universidade, em oposição à tradição agrária mantida na UFRRJ desde os primórdios da Instituição que lhe deu origem, a ESAMV.

Com isso, em 2011 lancei-me à pesquisa através da Iniciação Científica, que conclui no ano de 2012.

Ainda em 2011 terminei a especialização que havia começado em 2009, e enquanto ainda estava dando aula na Rural, fui convidada por uma conhecida a dar aulas de Educação Artística para o ensino médio em uma escola particular de Seropédica e depois em outra escola em Campo Grande para o segundo segmento do ensino fundamental. Tais experiências contribuíram para aumentar meu desejo de aprofundamento na área de Educação. No entanto, por trabalhar com faixas etárias e segmentos tão distintos, pude observar com clareza as necessidades do sistema de educação, que não eram poucas, e para agravar eram (e ainda são) urgentes.

Em 2012 ainda estava cursando a graduação em Pedagogia, porém como dito antes, já havia me formado em Economia Doméstica, o que possibilitava que me inscrevesse para o concurso de mestrado.

No mesmo ano prestei o concurso para o Mestrado no PPGEduc, e infelizmente não fui aprovada na prova escrita. Ainda no mesmo ano, um novo edital foi divulgado (o calendário atípico deveu-se a uma greve dos técnicos da Universidade), e depois de muitas leituras, resenhas, cópias de textos e livros, gravações de áudio de resumos e conceitos (sem contar as orações e promessas...), desta vez, fui aprovada na prova teórica, bem como nas etapas seguintes do concurso, ficando em primeiro lugar na classificação geral.

Continuei com a prof^a Celia a me orientar, e juntas seguimos com o projeto de investigar mais profundamente a área de Educação na UFRRJ.

No início do ano de 2014, conclui minha graduação em Pedagogia, no segundo semestre do ano fui convocada para lecionar na Educação Infantil/primeiro segmento do Ensino Fundamental no Município de Nova Iguaçu, através do concurso que com poucas pretensões fiz no ano de 2012, enquanto ainda cursava a graduação em Pedagogia, que no meu caso, era pré-requisito para a investidura no cargo (visto que não tenho Curso Normal).

Hoje ao escrever essas linhas, me recordo do meu passado como estudante, mas por alguns instantes consegui ir mais além, e me recordar da minha infância, da grande esperança

que sentia quando ao viajar, passava em frente ao P1 e pensava: “Que lugar lindo! Um dia vou estudar aqui.”

Tal frase poderia parecer um deslumbre de criança, que contava apenas com seu próprio desejo e esforço, além dos de seus pais, para crescer (física e profissionalmente), pois ao olhar para o restante dos familiares mais próximos, não encontrava nenhum que tivesse estudado em uma instituição pública federal. Realidade que se tornava pouco motivadora, porém muito desafiadora...

Ao refletir sobre este desejo infantil associado à minha pesquisa, concluo que ela veio ao encontro de um dos maiores desejos que tive, que era fazer parte da UFRRJ. E mais do que fazer parte, busquei compreender esta Instituição e boa parte do seu longo caminho trilhado, e de suas contribuições para a educação do país.

Acredito que pesquisa boa é aquela que serve primeiro ao pesquisador. Que lhe proporciona uma inquietação, certa dose de paixão, o aumento dos conhecimentos e o constante desejo de ir em busca de algo mais. Feito isto, aí sim, ela deve servir ao outro, ser relevante para a comunidade científica e para a sociedade, mas primeiro ela deve mudar aquele(a) que deu o “ponta pé” inicial na investigação, através da questão do estudo. Pois senão, pouco ou nada fará aos outros.

Hoje percebo que minha pesquisa tornou-me uma profissional melhor, mais atenta às necessidades dos diferentes segmentos da sociedade, mas, principalmente os marginalizados. Compreendo que múltiplos são os saberes e variadas são as formas de conquistá-los, e esta é, felizmente, uma busca incessante. Porque a educação, este lindo e desafiador campo, é incessante. Por isso, não me despeço, apenas digo até logo, para continuar em um futuro bem próximo (espero) a colaborar com a Educação.

RESUMO

ALCANTARA, Gabriela Queiroz de. **Rompendo Paradigmas: Os Caminhos da Área de Educação em uma Instituição de Tradição Agrária**. 2015. 91p. Dissertação (Mestrado em Educação). Instituto de Educação/ Instituto Multidisciplinar. Programa de Pós-Graduação em Educação, Contextos Contemporâneos e Demandas Populares, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, RJ. 2015.

A presente pesquisa investigou a criação, trajetória e consolidação da área de Educação da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ), tomando como referência empírica a criação do Instituto de Educação (IE) e seus cursos de Licenciatura. A Reforma Universitária (Lei 5.540/68) determinou que todas as instituições de educação superior que quisessem continuar como Universidades deveriam criar cursos em todos os campos do saber. Para adaptar-se à nova lei a UFRRJ viu-se na obrigação de criar o IE, mesmo diante de resistências nos Conselhos Superiores e discriminação de professores e alunos. O Instituto foi preterido por muitos anos e pouco se desenvolveu. No entanto, atualmente, conta com dois Programas de Mestrado e cinco cursos de Graduação. A questão que procuramos responder com essa pesquisa é a seguinte: Como se deu o estabelecimento da área de Educação na UFRRJ? Utilizamos o método Indutivo, pois ele é baseado na experiência. Para conhecermos em detalhes nosso objeto de estudo utilizamos o procedimento Estudo Caso, a partir das técnicas de revisão bibliográfica, documental e entrevistas semi estruturadas. As revisões foram baseadas no recorte temporal de 1968 até 2010. As entrevistas foram feitas com dois professores de cada Curso (LICA, EF e Pedagogia), os professores selecionados contribuíram para criação dos seus respectivos cursos, ou foram alunos e atualmente são professores dos mesmos. Concluímos que a Instituição se sentiu obrigada a criar a área de Educação para manter seu *status* de Universidade e que seu estabelecimento e a criação de seus cursos se deram a partir de um processo que envolveu a mudança nas legislações educacionais, as imposições da Ditadura Militar e por último a ação de professores do IE, principalmente do Departamento de Teoria e Planejamento de Ensino (DTPE), em benefício da área.

Palavras-chave: Historiografia, UFRRJ, Instituto de Educação, Licenciaturas.

ABSTRACT

ALCANTARA, Gabriela Queiroz de. **Rethinking: The Paths of Education Area in Agrarian Tradition Institution.** 2015. 91p. Dissertaton (Education Masters). Instituto de Educação/ Instituto Multidisciplinar. Programa de Pós-Graduação em Educação, Contextos Contemporâneos e Demandas Populares, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, RJ. 2015.

This research investigated the creation, trajectory and consolidation of the area of Education, Federal Rural University of Rio de Janeiro (UFRRJ), taking as empirical reference the creation of the Institute of Education (IE) and their degree courses. The University Reform (Law 5.540 / 68) determined that all higher education institutions that they wanted to continue as universities should create courses in all fields of knowledge. To adapt to the new law the UFRRJ found himself obliged to create IE, even in the face of resistance in Superior Councils and discrimination from teachers and students. The Institute was passed over for many years and little developed. However, currently, has two Master's programs and five graduate courses. The question we seek to answer with this research is: How did the establishment of the Education area in UFRRJ? We use the inductive method, because it is based on experience. To know in detail our object of study used the Case Study procedure, from the techniques of literature review, document and semi structured interviews. The revisions were based on the time frame of 1968 to 2010. The interviews were conducted with two teachers from each course (LICA , EF and Pedagogy), the selected teachers contributed to the creation of the respective courses , or were students and teachers are currently the same. We conclude that the institution felt compelled to create the area of Education to keep your University status and that its establishment and the creation of their courses are given from a process involving a change in educational law, the impositions of the military dictatorship and Finally the action of IE professors, especially the Department of Theory and Education Planning (DTPE) for the benefit of the area.

Keywords: Historiography, UFRRJ, Institute of Education, Degrees.

LISTA DE SIGLAS

ABEAS – Associação Brasileira de Educação Agrícola Superior
AID – *Agency for International Development*
ANFOPE – Associação Nacional pela Formação dos Profissionais da Educação
CAPES – Campanha de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CBPE – Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais
CEPE – Conselho de Ensino Pesquisa e Extensão
CFE – Conselho Federal de Educação
CNEPA – Centro Nacional de Ensino e Pesquisas Agronômicas
COAGRI – Coordenação Nacional do Ensino Agropecuário
CREF – Conselho Regional de Educação Física
DCE – Diretório Central dos Estudantes
DCAMPD – Departamento de Educação do Campo, Movimentos Sociais e Diversidade
DEFD – Departamento de Educação Física e Desportos
DEPSI – Departamento de Psicologia e Orientação Educacional
DES – Departamento de Educação e Sociedade
DPOE – Departamento de Psicologia e Orientação Educacional
DTPE – Departamento de Teoria e Planejamento de Ensino
EF – Educação Física
ESALQ – Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz
ESAMV – Escola Superior de Agronomia e Medicina Veterinária
GT – Grupo de Trabalho
IA – Instituto de Agronomia
IB – Instituto de Biologia
ICE – Instituto de Ciências Exatas
ICHS – Instituto de Ciências Humanas e Sociais
ICS – Instituto de Ciências Sociais
IE – Instituto de Educação
IECS – Instituto de Educação e Ciências Sociais
IF – Instituto de Florestas

IM – Instituto Multidisciplinar (*campus* de Nova Iguaçu)

INEP – Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira.

IT – Instituto de Tecnologia

IV – Instituto de Veterinária

IZ – Instituto de Zootecnia

LDBEN – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional

LEC – Licenciatura em Educação do Campo

LICA – Licenciatura em Ciências Agrícolas

MAIC – Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio

PIBIC – Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica

PPGEA – Programa de Pós-Graduação em Educação Agrícola

PPGEduc – Programa de Pós-graduação em Educação, Contextos Contemporâneos e Demandas Populares

PPP – Projeto Político-Pedagógico

REUNI – Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais

UFRRJ – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

UR – Universidade Rural

URB – Universidade Rural do Brasil

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	1
CAPÍTULO I: A UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO.....	8
1.1. Mais de 100 anos de Educação: da ESAMV à UFRRJ	8
1.2. A Década de 1960 e 1970 na Universidade Rural.....	19
CAPÍTULO II: O INSTITUTO DE EDUCAÇÃO DA UFRRJ	26
2.1. Refletindo sobre as categorias de análise	26
2.2. Avanços e retrocessos do Instituto de Educação	29
2.3. Os Departamentos e os Cursos de Licenciatura do Instituto de Educação.....	42
CAPÍTULO III: OS CAMINHOS DA EDUCAÇÃO NA UFRRJ.....	45
3.1. Licenciatura em Ciências Agrícolas na UFRRJ: 50 anos (1963-2013).....	45
3.2. Educação Física na UFRRJ: o surgimento e os porquês	57
3.3. Criação do Curso de Pedagogia na UFRRJ: 30 anos de história.....	66
CONSIDERAÇÕES FINAIS	79
REFERÊNCIAS	86
ANEXOS.....	1
APÊNDICES	1

INTRODUÇÃO

A constituição da temática deste estudo de mestrado teve suas raízes na pesquisa desenvolvida para o PIBIC (Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica) iniciada em 2011, quando me propus a investigar os motivos que levaram o Curso de Pedagogia aprovado em 1975, só ter sido iniciado em 2006 na recente expansão da Universidade, o IM (Instituto Multidisciplinar), em Nova Iguaçu.

Investigar a história da UFRRJ (Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro) desde sua raiz em 1910, quando ainda se chamava Escola Superior de Agronomia e Medicina Veterinária (ESAMV), passou a ser primordial para entender os caminhos trilhados ao longo de sua trajetória, seus avanços, retrocessos, mudanças de nome, localização e vinculação ministerial e suas diversas adaptações às legislações, principalmente no período da Ditadura Militar.

Como aluna do Curso de Pedagogia da UFRRJ (na época), estudar a história da Instituição, bem como do meu próprio Curso passou a ser muito gratificante pessoal e academicamente. Com base nesta satisfação e com a anuência de minha orientadora, a professora Celia Regina Otranto, busquei em meu trabalho monográfico de conclusão de Curso aprofundar-me na história da UFRRJ e da Pedagogia no Brasil, estabelecendo ligações entre a história de ambas, até a criação dos dois cursos de Pedagogia da UFRRJ, o Curso do IM/DES (Instituto Multidisciplinar/Departamento de Educação e Sociedade) e o Curso do IE/DTPE (Instituto de Educação/Departamento de Teoria e Planejamento de Ensino) com o objetivo de registrar a história dos Cursos e evidenciar as diferenças e proximidades na formação dos Pedagogos de uma mesma Instituição.

Durante o processo de escrita destes dois trabalhos pude experienciar quão importante foi a área Agrária para o país. A área ditava regras na política, na economia e na educação, tudo isso por intermédio da ESAMV, que desde sua criação em 20 de outubro de 1910, ocupava um espaço ímpar no meio acadêmico agrônomo, pois tinha sido constituída para formar quadros para o Ministério da Agricultura Indústria e Comércio (MAIC) e, mais tarde, se transformou em padrão de referência nacional no ensino agrário. Como havia de se esperar, a ESAMV cresceu, e seu profícuo crescimento lhe garantiu no ano de 1943 o *status* de Universidade Rural (UR). (OTRANTO, 2009).

A UFRRJ ao longo de sua história passou por muitas mudanças e adaptações, todas motivadas pelas legislações que surgiam paralelas à sua história. Sendo uma das principais a Lei nº 4024, Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN) de 1961 (BRASIL, 1961), que dentre várias orientações, estruturou o ensino em três graus: Primário, Médio e Superior. O Ensino Médio foi subdividido em dois: quatro anos de ginásial e três de colegial, e nos três anos o aluno poderia optar pelo curso propedêutico ou pelo curso técnico, este último nos ramos industrial, agrícola, comercial ou de formação de professores (Normal). Além disso, a LDBEN instituiu nacionalmente as Escolas de Educação Técnica para a formação de professores para o ensino agrícola, industrial e comercial. Cabendo às universidades tal formação e ao MEC sua jurisdição. (OLIVEIRA, 1998).

Já a Lei nº 5540, Lei Básica da Reforma Universitária de 1968, oficializou os Institutos e Faculdades, e não mais as Escolas, como as unidades acadêmicas da Universidade. Nesta nova lógica, cada unidade precisava ser composta por pelo menos três Departamentos, que seriam “a menor fração da estrutura universitária para todos os efeitos de organização administrativa, didático-científica e de distribuição de pessoal”, como afirma o art. 12 § 3º da citada Lei. (BRASIL, 1968).

Destacamos ainda o artigo 11 da Lei nº 5540, que de maneira geral norteou este estudo:

[...] instituiu que as universidades deveriam ser organizadas tendo como uma de suas características a “universalidade de campo, pelo cultivo das áreas fundamentais dos conhecimentos humanos” (art.11, e). A mesma lei ainda advertiu que as universidades rurais, mantidas pela União, deveriam “organizar-se de acordo com o disposto no art. 11 (...), ou ser incorporadas por ato executivo às universidades federais existentes nas regiões em que estejam instaladas” (art. 52). Isso significa que a UFRRJ precisaria incorporar cursos das áreas de Educação e Ciências Sociais, se quisesse continuar a ser universidade autônoma. (OTRANTO, 2009, p. 142).

Tomando como base a LDBEN e a Reforma Universitária de 1968, a Escola de Educação Técnica se transformou em Licenciatura em Ciências Agrícolas (LICA), para dar vida ao IE, e alguns anos depois, por orientação do Conselho Federal de Educação (CFE), foi criado o Curso de Educação Física (EF), também para compor o IE. Diferente destes o Curso de Pedagogia foi aprovado em 1975, mas não foi implantado. Anos depois (2005), um novo projeto foi submetido ao Conselho de Ensino Pesquisa e Extensão (CEPE) e foi aprovado, para que, com os recursos adequados, fosse finalmente iniciado em 2006, o primeiro Curso de

Pedagogia da UFRRJ, no IM, em Nova Iguaçu, e em 2007, o segundo Curso, no IE, em Seropédica.

Neste sentido, definimos como objeto de estudo a dinâmica da inserção da área de Educação em uma Instituição de tradição agrária.

Esta intrigante história somada ao objeto de estudo proposto, nos motivaram a aprofundar as investigações sobre a temática através de um projeto de pesquisa que foi submetido ao processo seletivo da Pós-graduação *strictu sensu*, em nível de mestrado da UFRRJ, o Programa de Pós-graduação em Educação, Contextos Contemporâneos e Demandas Populares (PPGEduc). O citado projeto resultou na presente pesquisa, que à luz dos estudos anteriores nos permitiu observar que a área de Educação da UFRRJ nasceu por intermédio da mudança na legislação educacional, ou seja, não surgiu amparada no crescimento da Instituição, como aconteceu com as Escolas Nacionais da ESAMV, ou foi conquistada através da luta dos docentes, como ocorreu com o Curso de Pedagogia do IE nos anos 2000 (como veremos no Capítulo III). Ela foi “aceita” na recém-nomeada Universidade Rural do Brasil (URB) unicamente para que a Instituição não perdesse o *status* de Universidade.

Nesta perspectiva, coube-nos a questão/problema: Como se deu o estabelecimento da área de Educação na UFRRJ, posto que sua criação não partiu de um desejo genuíno da Instituição?

Sobre a criação da área de Educação, formulamos hipoteticamente, em princípio: A URB foi obrigada a criar a área de Educação. Porém, para investigar esta hipótese, a questão/problema e ainda evidenciar a trajetória e o estabelecimento da área recorreremos ao método científico conhecido como Indutivo.

De acordo com Gil (2012) o método Indutivo é baseado na experiência, portanto, tomamos como referência empírica o processo de implantação e desenvolvimento do Instituto de Educação da UFRRJ, bem como dos Cursos de licenciatura por ele oferecidos, a saber, Licenciatura em Ciências Agrícolas (LICA), Educação Física (EF) e Pedagogia.

No que se refere ao procedimento técnico para a análise deste método, nos baseamos no Estudo de Caso, pois ele envolve o estudo profundo do objeto com a finalidade de conhecê-lo em detalhes. No que se refere à natureza da pesquisa, ela está classificada como Pesquisa Básica, pois objetivou gerar conhecimentos novos para o avanço da temática, sem

uma aplicação prática específica, mas com a intenção de colaborar com o advento de novos estudos que ajudem a complementar a história da UFRRJ (GIL, 2012).

Do ponto de vista da forma de abordagem do problema, a pesquisa aqui proposta se insere na categoria de uma pesquisa qualitativa, por partirmos da consideração de que “há uma relação dinâmica entre o mundo real e o sujeito, isto é, um vínculo indissociável entre o mundo objetivo e a subjetividade do sujeito que não pode ser traduzido em números” (SILVA & MENEZES, 2001, p.20).

O objetivo geral deste estudo foi registrar a trajetória da área de Educação na Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (*campus* Seropédica), investigando suas contribuições, dificuldades e desafios de consolidação no interior de uma Instituição de tradição agrária.

Como objetivos específicos, definimos os seguintes: ampliar o registro da história da Universidade; analisar os movimentos sociais e políticos que favoreceram ou dificultaram a criação do IE; descrever os desafios enfrentados pela área de educação da UFRRJ no *campus* de Seropédica; registrar a história da criação dos cursos de Licenciatura do IE; analisar as contribuições e os desafios do IE na pós-graduação da UFRRJ.

Nesta direção, a pesquisa pode ser classificada também como exploratória, já que seu delineamento foi construído a partir da coleta de dados baseada em variados procedimentos como a pesquisa bibliográfica, a documental e o levantamento de informações complementares (GIL, 2009).

Quanto à pesquisa documental (fonte primária), foram analisadas Atas dos Cursos de Pedagogia e LICA, e consideradas todas as informações registradas sobre suas criações, além dos registros dos professores referentes aos acertos e erros das experiências iniciais das Licenciaturas. Torna-se válido registrar que apesar da ampla procura nenhuma Ata referente ao Curso de EF foi encontrada, portanto para o registro da história deste Curso foram utilizadas apenas as informações já publicadas sobre o mesmo e as entrevistas.

A pesquisa bibliográfica considerou, principalmente, as publicações de Otranto (2007; 2009; 2010) acerca da história da UFRRJ, a dissertação de Oliveira (1998) também referente a história da Instituição e sobre o Curso de LICA, bem como outras publicações que foram de suma importância para a construção do corpo analítico do estudo. Já o levantamento de informações complementares, realizado através de entrevistas, obteve resultados mais expressivos do que somente um complemento. Pois no caso da EF, em que nenhuma Ata foi

localizada, as entrevistas foram fundamentais, também quanto ao Curso de Pedagogia, que passou por vários processos de aprovação ao longo dos anos, e carecia de informações concisas para complementar as recentes publicações de sua história.

Foram admitidos três critérios básicos para definir os entrevistados da pesquisa: 1º dois indivíduos por Curso; 2º que tais indivíduos fossem professores da UFRRJ, para que o acesso a estas pessoas fosse facilitado, além da certeza com o comprometimento dos docentes da Instituição com a pesquisa, colaborando assim para a fidedignidade das declarações concedidas; 3º ter sido aluno(a) do Curso para o qual concedeu entrevista, e de acordo com o critério anterior, ser atualmente professor(a) do Curso, para que possam ser registradas as duas experiências do indivíduo. Na falta de professores que foram ex-alunos admitiu-se entrevistar aqueles que foram docentes pioneiros dos Cursos em questão, ou seja, colaboraram nas comissões para criação e implantação dos Cursos e/ou lecionaram nas primeiras turmas.

Como o Curso de Pedagogia é recente na Instituição, diplomou sua primeira turma em 2010, aplicou-se a ele somente o 1º e 2º critérios, ou seja, foram entrevistadas duas professoras que fizeram parte de seu processo de criação e implantação. No caso da EF o 1º critério foi alterado, na tentativa de compensar a falta de documentos primários escritos. Portanto, foi entrevistada uma ex-aluna que atualmente é professora, e mais dois professores pioneiros do Curso, ou seja, uma entrevista a mais que os outros. Quanto a LICA foram entrevistados um professor e uma professora que são ex-alunos do Curso e que lecionam¹ no mesmo.

De acordo com Neto (1994), a entrevista se insere como meio de coleta dos fatos relatados pelos atores, enquanto sujeitos-objeto da pesquisa que vivenciam uma determinada realidade que está sendo focalizada. Num primeiro nível esta técnica se caracteriza por uma comunicação verbal, que reforça a importância da fala e do seu significado, da linguagem. Em outro nível, serve como um meio de coleta de informações sobre determinado tema científico.

Os dados coletados foram organizados com base na fundamentação teórica pesquisada, e as informações encontradas foram questionadas quanto à sua relevância, no que se refere à temática. A análise final contou com a preocupação em articular os dados e os referenciais teóricos do estudo, respondendo à questão proposta com base em seus objetivos,

¹ Os dois professores entrevistados para a LICA, foram transferidos do DTPE para o recém-criado Departamento de Educação do Campo, Movimentos Sociais e Diversidade (DCAMPD) – IE.

promovendo assim a relação entre o concreto e o abstrato, o geral e o particular, a teoria e a prática (MINAYO, 1992).

A abordagem desta pesquisa teve como lastro a História das Instituições e a História da Educação em articulação com as Políticas Educacionais. Buscamos complementar os registros com análises políticas. Aliado a esta premissa citamos Fávero (2006) a fim de justificar a relevância deste estudo:

Muito já se falou nesses últimos anos sobre a universidade no país. Diferentes interpretações foram apresentadas sobre a história dessa instituição e seus impasses, **mas o desafio maior é transformá-la. Para tanto, faz-se necessário ter conhecimento de sua realidade, criação e organização, como funciona e se desenvolve, quais as forças que podem ser mobilizadas a fim de empreender as mudanças almejadas.** Todavia, tal empreendimento não se faz sem relacionar essa instituição com o conjunto da sociedade, na ótica de sua dimensão política. O ponto de partida para qualquer discussão sobre universidade não poderá ser, portanto, “o fenômeno universitário” analisado fora de uma realidade concreta, mas como parte de uma totalidade, de um processo social amplo, de uma problemática mais geral do país. (FÁVERO, 2006, p. 18. Grifo nosso)

O trecho citado da publicação de Fávero (2006) está em sintonia com o que acreditamos ser relevante na produção do presente trabalho, e quais as nossas pretensões ao propor esta pesquisa. Em primeiro lugar, conhecer a Instituição, fomentar o desvendar de sua história, não somente com os olhos voltados ao passado, mas também no presente e principalmente no futuro. E em seguida, a partir deste prévio conhecimento, colaborar para, como diz Fávero: “o desafio maior” que é transformar a Universidade. Seguindo o exemplo do que nos inspira Fávero, buscamos associar o crescimento da UFRRJ com as mudanças sociais e políticas ocorridas no cenário nacional, a partir do recorte temporal compreendido entre 1968 até 2010. O marco inicial foi escolhido porque se refere ao ano de publicação da Lei nº 5540, e o marco final é referente ao ano de diplomação da primeira turma do Curso de Pedagogia do IE.

Revelar, com o auxílio da história, as forças da Instituição não significa de maneira alguma estigmatizá-las, mas sim direcioná-las para um crescimento total da Universidade. É válido registrar que a UFRRJ cresceu muito, em número, nos últimos anos, mas é urgente que o ensino superior contemporâneo chegue às camadas populares com qualidade e igualdade de oportunidades.

Quanto à estrutura da dissertação, ela está dividida em introdução, três capítulos e considerações finais. A Introdução traz os elementos que motivaram a ampliação da pesquisa, o interesse pelo tema e sua relevância, e ainda o objeto do estudo, seu problema e hipótese seus objetivos e a metodologia admitida, além da presente apresentação do texto. O Capítulo I conta com revisão bibliográfica acerca de questões pertinentes à temática, com foco na história da Instituição desde sua criação como ESAMV e suas mudanças nas décadas de 1960 e 1970, todas relacionadas com as mudanças na legislação, além da discussão com autores de referência. O Capítulo II traz especificamente a trajetória do IE, como e para quê foi criado, seus cursos de graduação e pós-graduação, bem como a discussão com intelectuais que nos permitiram analisar o percurso da área de Educação na Instituição. O Capítulo III, divulga trechos das entrevistas realizadas em discussão com as informações obtidas através das Atas dos Cursos e dos autores que tratam da temática. O objetivo deste Capítulo é registrar e analisar a história dos Cursos de Licenciatura do IE², à exemplo do que foi feito no Capítulo I com a UFRRJ desde suas origens, e no II com o IE, para evidenciar como a área de Educação se estabeleceu na UFRRJ. Nas Considerações Finais há um breve resumo de cada capítulo associado às análises finais do estudo, que pretendemos cessar somente por hora, pois compreendemos que tanto a educação quanto a história são dinâmicas, e carecem de olhares constantes e ativos.

É válido ressaltar que a presente pesquisa foi submetida à avaliação da Comissão de Ética na Pesquisa da UFRRJ, e obteve parecer favorável, no sentido de certificar o atendimento dos princípios éticos durante todo o processo de estudo (Anexo 1).

² Com exceção da Licenciatura em Educação do Campo, porque na época em que o projeto desta pesquisa foi submetido ao PPGEduc, ainda não havia uma turma regular do curso. Na ocasião da qualificação da pesquisa a turma regular do curso acabara de ser iniciada (2014/I), não admitindo tempo hábil para o registro de sua história em profundidade, a exemplo do que foi feito com os demais cursos de Licenciatura regulares do IE.

CAPÍTULO I:

A UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO

*O passado é, por definição, um dado que nada mais modificará.
Mas o conhecimento do passado é uma coisa em processo, que
incessantemente se transforma e aperfeiçoa.
(Marc Bloch, 2001, p.75)*

1.1. Mais de 100 anos de Educação: da ESAMV à UFRRJ

Sabrina Loriga (2009, p. 28-9) nos inspira ao dizer que, “a escrita da história é uma perpétua reescrita”, ela aprofunda-se um pouco mais ao afirmar “no julgamento histórico a ênfase recai, sobretudo, no contexto”. A pesquisadora conclui esclarecendo-nos sobre a tarefa do historiador, que segundo ela é, “não se deixar intimidar pelo postulado de que compreender equivale a desculpar ou justificar”.

Nesta direção, entendemos que buscar, registrar e divulgar a história da UFRRJ é mais do que uma necessidade somente para este capítulo, é uma necessidade para a compreensão do contexto histórico educacional da época em questão.

Ao nos aprofundarmos nesta história, não temos a intenção de criar uma classificação entre as áreas de conhecimento da Instituição, em que uma está à frente das demais e, por consequência, a última a ser classificada foi prejudicada ao longo do processo, não lhe restando outro lugar que não fosse o último. Não, não optamos por isso. Nossa intenção foi, a exemplo de Loriga (2009), compreender a história da Instituição e, principalmente, os caminhos da área de Educação dentro da UFRRJ, a fim de contribuir para o registro da história da Instituição e para fomentar outros estudos sobre o tema, visto que a Universidade vem mudando muito nos últimos anos e os impactos destas mudanças precisam ser evidenciados.

Com base nestes postulados, iniciamos o presente capítulo, que está dividido em duas partes. Na primeira parte, revisitamos a historiografia da criação da UFRRJ, redigida principalmente por Otranto (2005, 2007, 2009, 2010), acrescida por um breve levantamento histórico dos contextos político, econômico e educacional do momento de criação da Instituição. Na segunda parte, analisamos os mesmos contextos, sendo que, associados às

décadas iniciais (1960 e 1970) do recorte temporal que nos propusemos a estudar, que vai do ano de 1968 até 2010.

Sobre a criação da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ), Otranto (2009) afirmou que seu embrião foi o Decreto nº 8.319, assinado pelo Presidente da República, Nilo Peçanha, no dia 20 de outubro de 1910, que criou a Escola Superior de Agricultura e Medicina Veterinária (ESAMV). A UFRRJ surgiu, de acordo com a mesma pesquisadora, a partir da evolução e crescimento da ESAMV. Vamos então conhecer mais de perto esta instituição centenária e os contextos político, histórico e social do Brasil na época do surgimento da Escola.

No que se refere à política, o ano de criação da ESAMV estava inserido no período da Primeira República (1889 a 1930). Em suas pesquisas sobre este período, os autores Fausto (2012) e Faoro (2008) destacam, dentre outras questões, a ascensão política dos militares, que ganharam grande prestígio após a intensa participação na Guerra do Paraguai. A ascensão militar associado à influência dos grandes fazendeiros (latifundiários) na política e economia do país colaborou para a Proclamação da República brasileira. Esta reviravolta na política do país aconteceu sem traumas para a população.

A união de forças entre os militares e a oligarquia rural, colaborou também para ampliar significativamente a importância da agricultura no país, propiciando a criação do Ministério da Agricultura Indústria e Comércio (MAIC) e da ESAMV, a ele vinculada. Por isso, optamos por nos deter um pouco mais a este contexto.

Cabe salientar que, antes da Guerra do Paraguai, a carreira militar não era muito prestigiada, pois de acordo com Faoro (2008) os filhos de famílias abastadas eram enviados a Coimbra, para se formarem bacharéis. Já os meninos de famílias pobres, entre eles os mulatos, procuravam o exército para se formarem em oficiais. Isto demonstrava como a carreira militar era desvalorizada, pois se tornara, em muitos casos, a única opção para os jovens pobres e mestiços. Porém, como dito anteriormente, com o passar do tempo esta realidade foi sendo invertida, a ponto de Fausto (2012, p. 211) afirmar ter sido este um setor importante da República nascente, uma vez que, após a participação do exército brasileiro na Guerra do Paraguai, os militares ganharam o respeito e a admiração da população, chegando até a planejar a derrubada do Império.

Em suas reflexões, Fausto (2012, p. 211) concluiu que: “Como episódio, a passagem do Império para a República foi quase um passeio.” Sobre este aspecto, Faoro (2008) afirmou

que o povo apenas assistiu a tomada do governo pelos militares, não participando em nada, pelo contrário, nem entendia o que estava acontecendo, mais parecia uma parada militar. Ou seja, a República não foi um anseio da população, e sim uma opção para a ascensão dos militares, além de uma alternativa para a continuidade dos grandes fazendeiros no poder.

De acordo com Fausto (2012) o exército foi decisivo para a queda da Monarquia, porém, uma parte expressiva da burguesia cafeeira de São Paulo garantiu à República uma base social favorável à sua estabilidade. Condições que nem a população urbana, tão pouco o exército poderiam proporcionar ao novo regime.

No que se refere à participação dos fazendeiros na passagem da Monarquia para a República, Faoro (2008, p. 518-19) esclarece:

Tentou-se explicar a conexão entre fazenda e República com o despeito, o ressentimento, o desejo de revide da lavoura contra o Império, responsável pela Lei do Ventre Livre (1871) e pela abolição da escravatura. Sem dúvida, um dos fatores de decepção ao trono será o estímulo abolicionista, [...] O agrarismo, portanto, volta-se para os ideais republicanos, atraídos, sobretudo, pela constelação federalista, norte que seria também o das suas afinidades com o Partido Liberal.

A partir deste trecho da obra de Faoro (2008), é possível observar o motivo pelo qual grande parte dos fazendeiros passou a apoiar a República em detrimento da Monarquia. Era fato que a descentralidade proposta pela federalização contribuiria para a manutenção do poder dos senhores de terra em suas respectivas regiões, poder este, que teria se enfraquecido com a abolição da escravatura deflagrada pela Monarquia.

Sobre a importância da agricultura para a economia do país, mencionamos, mais uma vez, Fausto (2012) que cita o peso das atividades agrícolas no final do século XIX até o ano de 1930, caracterizando o Brasil como predominantemente agrícola. O autor corrobora a afirmação citando o censo de 1920, que declara “dos 9,1 milhões de pessoas em atividade, 6,3 milhões (69,7%) se dedicavam à agricultura, 1,2 milhão (13,8%) à indústria e 1,5 milhão (16,5%) aos serviços.” (FAUSTO, 2012, p. 242). Estes dados da época evidenciam o peso da agricultura para a economia e desenvolvimento do país, e para que este quadro continuasse era necessário que sua representação na política fosse adequada às suas responsabilidades e aos seus objetivos de continuar sustentando o maior percentual de crescimento econômico do país.

Pode-se dizer que grande parte do “sucesso” da agricultura se deve à mão de obra dos imigrantes, que vieram substituir os escravos libertos. Quanto a isto, Fausto (2012, p. 236) afirma que houve uma “[...] imigração em massa. O Brasil foi um dos países receptores dos milhões de europeus e asiáticos que vieram para as Américas em busca de oportunidade de trabalho e ascensão social”. Com base neste contexto, mencionamos Otranto (2009) que afirmou que muito se investiu na área agrária, pois se acreditava que ela poderia alavancar o desenvolvimento econômico do país.

Os fatos citados acima proporcionaram o incentivo necessário à criação do Ministério da Agricultura Indústria e Comércio (MAIC).

Articulado pela Sociedade Nacional de Agricultura, o projeto de criação do MAIC chegou à Câmara dos Deputados em 1902, por intermédio do seu presidente honorário, o deputado maranhense Christiano Cruz. Após quatro anos de tramitação, foi aprovada sua criação pelo Decreto n. 1.606, de 29 de dezembro de 1906. (OTRANTO, 2005, p.72)

No entanto, mesmo criado legalmente em 1906, o MAIC só começou a funcionar, realmente, em 1909. Com a implantação do MAIC, surgiu o Serviço de Ensino Agrônômico, concebido a partir do sofisticado modelo do Ministério da Agricultura norte-americano. (OTRANTO, 2005). Ao ensino agrônômico foi destinado o papel de “mola propulsora” da “modernização” agrícola, “à feição dos modelos que nos oferece a legislação similar estrangeira, considerada em seus princípios gerais” (BRASIL. Coleção de Leis da República, Decreto nº 8.319, 1910, p. 6).

O Decreto que criou a ESAMV “também traçou as regras do ensino agrônômico em todo o país, instituindo-o no interior do MAIC, que tinha como titular o Ministro Rodolfo Nogueira da Rocha Miranda” (OTRANTO, 2005, p.72). Esta Escola foi a primeira Instituição de Educação Superior Agrária do país e esteve vinculada, até o ano de 1967, ao citado Ministério, diferente, das demais instituições de educação que estavam vinculadas ao Ministério do Interior, que era responsável pela questão educacional da época. Durante o período que esteve vinculada ao MAIC, a ESAMV era referência no ensino agrônômico em todo o país. Quanto à gestão da Escola, foi convidado o engenheiro agrônomo Gustavo Rodrigues Pereira d’Utra, para organizá-la e dirigi-la, devido a sua grande projeção e influência no meio acadêmico agrônômico. Ele elaborou um extenso relatório que se tornou

fonte de referência obrigatória para todos aqueles que se propusessem a estudar e se dedicar ao ensino da área agrária (OTRANTO, 2009).

Portanto, de acordo com Otranto (2009), é nesse cenário de mudanças políticas, econômicas e educacionais no país, que nasce a ESAMV, uma Instituição que tinha o objetivo de formar Engenheiros Agrônomos e Médicos Veterinários para atuarem no MAIC, e para contribuírem positivamente com a economia do país.

A ESAMV foi a primeira Instituição de Educação Superior Agrária do Brasil. Estruturada a partir de pesquisas realizadas pelo MAIC, em outros países que já dispunham de uma produção agrária bem desenvolvida, foi concebida segundo os moldes de uma universidade, em um país que ainda não dispunha de universidades. No Decreto de sua criação, já constavam as bases para o desenvolvimento do ensino, da pesquisa e da extensão, que caracterizam até hoje uma instituição universitária. No mesmo documento estão definidos todos os laboratórios exigidos a uma Escola Superior voltada para a área agrônômica, além de todos os recursos materiais de cada um deles (BRASIL. Coleção de Leis da República, Decreto nº 8.319, 1910).

Quanto à localização da Escola, o Decreto de criação da ESAMV, indicava que ela deveria ser instalada em uma das propriedades do Governo Federal, a Fazenda Santa Cruz. No entanto, exames realizados no local constataram a inadequação do mesmo. Grillo (1938, apud OTRANTO, 2009) indica que três motivos foram responsáveis por este resultado. Primeiro referente à distância que prejudicaria tanto o regime de externato dos alunos quanto à organização docente. Em seguida, o péssimo estado de conservação dos edifícios existentes na fazenda e por último a pobreza do solo, que em nada contribuiria para uma variedade necessária a um campo experimental. Após mencionar este contexto de dificuldade enfrentada para instalação da ESAMV na Fazenda Santa Cruz, Otranto (2009, p. 63) revela que outro local havia sido escolhido “foi promulgado, em 14 de setembro de 1911, outro decreto, o de nº 8.970, fixando a nova sede na Rua General Canabarro nº 42, em plena área urbana da cidade do Rio de Janeiro, então capital federal”. O prédio era conhecido como antigo Palácio do Duque de Saxe, hoje abriga em seu terreno o CEFET/RJ, e o bairro é conhecido como Maracanã.

Para Gustavo Rodrigues Pereira Dutra, grande personalidade do meio acadêmico agrônômico escolhido para dirigir a ESAMV, a nova localização da Escola num grande centro agregaria valor ao ensino agrícola. O diretor também conseguiu desmembrar terras do

Ministério da Guerra, em Deodoro, para instalar a fazenda experimental da Escola. No entanto, as instalações ainda não estariam totalmente prontas para recebê-la, atrasando por mais alguns anos sua inauguração, que ocorreu efetivamente em 1913 (OTRANTO, 2009).

Em 1915 a Escola foi fechada, sob a alegação de falta de verba. Otranto (2009) divulgou (com base nos estudos de MENDONÇA, 1994), que todas as dificuldades que a ESAMV passara até o momento faziam parte de um golpe, resultante do embate entre a oligarquia paulista, que tinha maior representação na Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz (ESALQ) e o MAIC, criador da ESAMV, bem como toda sua proposta de modernização que pouco agradava a bancada paulista do Congresso Nacional.

O embate fez com que a ESAMV fosse retirada do Palácio do Duque de Saxe, para ser fechada, mas o diretor da Escola se manteve no cargo e, em entendimentos com o MAIC, um novo local foi designado para recebê-la. No ano de 1916, a escola foi para a cidade de Pinheiro, hoje denominada Pinheiral. Uma nova legislação uniu num mesmo prédio a ESAMV, com as Escolas Média ou Teórico-Práticas de Pinheiro e da Bahia, no interior do Estado do Rio de Janeiro. “A Escola Superior, neste período, perdeu prestígio e foi considerada uma escola interiorana. Isso repercutiu imediatamente no decréscimo do número de matriculados”. (OTRANTO, 2009, p.67)

Dois anos depois em 1918 um novo decreto transferiu a ESAMV para os prédios do Horto Botânico do Rio de Janeiro, em Niterói, com a promessa de garantir o aumento das matrículas e otimizar o transporte dos professores, uma vez que na cidade de Pinheiro tudo era muito mais difícil.

Os quase dez anos que permaneceu no Horto contribuíram significativamente para o crescimento e a consolidação da ESAMV. A Escola se destacou pelo ensino que era de alto nível, devido ao padrão elevado dos docentes da Instituição, que já naquela época eram nomeados através de concurso público. Como resultado de seu crescimento, em 1925 foi criado mais um Curso na ESAMV, o de Química Industrial Agrícola, que se juntou aos tradicionais Cursos de Agronomia e Medicina Veterinária.

Em 1927, o local já estava muito pequeno para a Escola. O Ministério da Agricultura cedeu então, o edifício sede do primeiro Ministério da Agricultura, na Av. Pasteur, 404, na Praia Vermelha, para abrigar a Escola, que não parava mais de crescer, inclusive nas pesquisas científicas.

No que tange ao cenário nacional, em novembro de 1930 foi criado o Ministério da Educação e Saúde, que foi o resultado de uma política geral e centralizadora. Porém, desde 1920 já havia tentativas de medidas reformistas para a educação, em diferentes partes do Brasil. No Ceará, em 1922, através de Lourenço Filho; na Bahia, em 1924, por Anísio Teixeira; em Minas Gerais, em 1927, por Mário Cassassanta; e no Distrito Federal, também em 1927, por Fernando de Azevedo. (OTRANTO, 2009)

Em março de 1932 foi divulgado um documento que expressava o ponto de vista dos reformadores liberais, intitulado “Manifesto dos Pioneiros da Escola Nova”. Neste emblemático documento os educadores liberais divulgaram suas ideias de um ensino público e gratuito, sem distinção de sexo e desvinculado das instituições religiosas (FAUSTO, 2012). Neste contexto, quanto à ESAMV, sabe-se que:

A Escola Superior de Agricultura e Medicina Veterinária permaneceu com esta designação até 1934 quando, **devido ao seu crescimento, teve os cursos desmembrados em grandes Escolas Nacionais: Escola Nacional de Agronomia, Escola Nacional de Veterinária e Escola Nacional de Química, que se mantiveram unidas, com uma administração central única.** Daí em diante a Instituição cresceu até se transformar em universidade, mas a ESAMV foi, sem dúvida, o alicerce de toda esta estrutura institucional (OTRANTO, 2009, p. 71. Grifo nosso).

A autora relata ainda que, em 1937, a Escola Nacional de Química foi incorporada à recém-criada Universidade do Brasil (atualmente UFRJ). Lino de Paula (2004) complementa constatando a impossibilidade das duas Escolas Nacionais restantes poderem constituir-se em Universidades, por não atenderem aos pré-requisitos prescritos no Estatuto das Universidades Brasileiras³, instituído pela Reforma Francisco Campos.

Somente em 1943 a ESAMV foi nomeada Universidade Rural (UR)⁴, no mesmo ano, o Centro Nacional de Ensino e Pesquisas Agronômicas (CNEPA) foi reformulado “tendo ‘por finalidade ministrar o ensino agrícola e veterinário e executar, coordenar e dirigir as pesquisas agronômicas no país’” (OTRANTO, 2009, p. 82), mas ainda continuou vinculada ao MAIC.

³ O Decreto 19.851, de 1930, exigia que para se constituir em Universidade a instituição deveria ter pelo menos três dos seguintes cursos: Direito; Medicina; Engenharia; Educação, Ciências e Letras. Sem oferecer os cursos prescritos, e ainda por não estar vinculada ao Ministério da Educação e Saúde Pública a ESAMV não foi elevada à categoria de Universidade (OTRANTO, 2009, p. 81).

⁴Através do Decreto nº 6.155 de 30/12/1943 a Universidade Rural foi composta por: Escola Nacional de Agronomia; Escola Nacional de Veterinária; Cursos de Aperfeiçoamento e Especialização; Cursos de Extensão; Serviço Escolar; Serviço de Desporto (OTRANTO, 2009).

A UR estava localizada na Av. Pasteur, na Praia Vermelha. O espaço urbano já não comportava mais o crescimento da Instituição, principalmente os seus experimentos agrícolas que eram feitos em Deodoro. Em 1938, na gestão do Ministro Fernando Costa, iniciaram-se as obras do *campus* definitivo da UR, localizado às margens da antiga Estrada Rio-São Paulo – BR465, no km 47. Alguns anos depois “em 4 de julho de 1947, com a presença do Presidente da República, Eurico Gaspar Dutra, foi inaugurado o novo e definitivo *campus* da Universidade Rural” (OTRANTO, 2009, p. 84). Depois de inúmeras mudanças, a sede da Universidade permanece instalada neste mesmo local até os dias atuais. Cabe ressaltar que essas mudanças prejudicaram sobremaneira o arquivamento de documentos da Instituição.

Consideramos relevante situar o cenário educacional brasileiro no momento em que a Universidade Rural era transferida para um novo campus especialmente construído para abrigá-la, ou seja, final da década de 1940 e início da década de 1950. Optamos por mencionar, aqui, os órgãos pioneiros de pesquisa do Ministério da Educação por julgarmos que suas investigações podem ter influenciado as políticas educacionais ocorridas ao longo dos anos de 1960 e décadas seguintes, que ocasionaram grandes mudanças na Universidade Rural transformando-a na Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro.

Começamos por destacar o documento intitulado “Sugestões para um plano de auxílio ao ensino superior do país”, produzido por Anísio Teixeira, em 1950, destinado ao então Ministro da Educação, Clemente Mariani. Gouvêa (2010) afirmou que, na época da produção do documento, Anísio Teixeira era secretário estadual de Educação e Saúde da Bahia, e utilizou o documento para fazer críticas ao processo de seleção de alunos e professores para o ensino superior. Dentre outras questões, propôs um levantamento das principais necessidades do ensino, além da contratação de professores de outros países e a concessão de bolsas de estudos para que os alunos pudessem estudar no exterior. Segundo Gouvêa, esses foram os pilares da implantação da CAPES (Campanha de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior).

A CAPES foi criada a partir do Decreto nº 29.741, de 1951, exatamente para fundamentar o ensino superior e a pós-graduação, com o objetivo de que estes pudessem contribuir para a transformação da educação brasileira (GOUVÊA, 2010).

Os anos de 1950 e 1960 foram produtivos para o Brasil no que se refere às exportações (anos posteriores a 2ª Guerra Mundial). A meta do país era fortalecer a indústria

para aumentar a exportação, e com isso gerar mais lucros. Nesta direção, a CAPES foi criada por Getúlio Vargas, para preencher o vazio da pesquisa no país (GOUVÊA, 2010).

Quanto a estas questões Gouvêa (2010, p. 533) esclareceu com maiores detalhes:

Entre as transformações sociais profundas desencadeadas pelo processo de industrialização, destaca-se a alteração progressiva da estrutura de poder, que acaba por transformar uma administração pública ineficaz, mal preparada e corrupta em uma máquina político-administrativa centrada, principalmente, na eficiência. Entretanto, a despeito da necessária transformação, evidencia-se que a nova máquina estatal se deparou com múltiplas dificuldades quando tentou neutralizar o patrimonialismo, o nepotismo e a dominação pessoal, históricos sustentáculos do comportamento social no Brasil. Mesmo com esses problemas, no âmbito da nova máquina estatal que se constituiu, estabeleceram-se ministérios, superintendências, autarquias, institutos, empresas públicas, sociedades de economia mista, serviços de informações e processamentos de dados.

Este novo modelo organizacional (se assim podemos chamá-lo) exigia um pensamento tecnocrático e científico para desempenhar suas funções. Por isso, a necessidade de pessoal qualificado se fazia urgente, e é neste sentido que surgem as maiores demandas para a Educação.

Gouvêa (2010) acrescentou que, o rápido crescimento industrial gerou problemas que repercutiram diretamente na Educação do país. Com isso, foram propostas medidas para adequar a Educação à nova ordem social e econômica emergente, mas o Estado não conseguiu colocar em prática a necessária reforma educacional. No entanto, a CAPES colaborou para solidificar o aperfeiçoamento dos quadros de nível superior, além de consolidar a institucionalização da pós-graduação no país.

Juntamente com Soares, Gouvêa (GOUVÊA; SOARES, 2013) produziu um novo estudo sobre outro órgão ligado à Educação, desta vez o objeto estudado foi o Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais (CBPE), especificamente a análise das pesquisas desenvolvidas e publicadas pelo órgão no período de 1955 a 1964. O CBPE foi extinto no ano de 1977, mas enquanto esteve ativo foi considerado o maior centro de pesquisas educacionais e sociais da América do Sul.

Sobre o principal objetivo do CBPE, Mendonça (2001, p. 130) declara:

[...] À base deste projeto institucional estava a preocupação de Anísio Teixeira com a fundamentação científica do processo de reconstrução educacional do país, que também estava na origem da sua preocupação com a formação de professores para todos os níveis de ensino, presentes em todos

os projetos com os quais este educador se envolveu ao longo de sua vida, inclusive na experiência do CBPE.

Anísio Teixeira esteve à frente do CBPE de 1955 (ano de sua criação) até 1964. O órgão que foi criado no âmbito do Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos (INEP), também foi coordenado pelo citado intelectual. Quanto a tal período histórico, Gouvêa e Soares (2013, p. 43), nos chamam a atenção para o nacional-desenvolvimentismo ocorrido no país à época, destacando que se tratava de um “processo de tentativa de transformação acelerada das relações econômicas e sociais numa perspectiva de dimensionar o progresso representado pela evolução urbana brasileira em contraste com o propalado imobilismo do universo rural”.

Portanto, é coerente deduzir que grande parte dos estudos e pesquisas realizados na época sofreram influências deste momento histórico. Este fato pode ser observado na consulta às publicações do periódico “Educação e Ciências Sociais” do CBPE. Citamos aqui pelo menos uma das publicações, referente ao estudo de Lambert denominado “Os dois brasis”, analisado por Gouvêa e Soares (2013). Lambert (1959, apud GOUVÊA; SOARES, p. 43), evidenciou a dualidade existente entre “rural” e “urbano”, deixando clara esta oposição quando mencionou a existência de “dois brasis: um rural e atrasado; o outro urbano e moderno”. Esta afirmação foi corroborada quando os pesquisadores mencionaram dados de outra pesquisa que divulgou um grande número de crianças em idade escolar que trabalhavam na zona rural, fato que concorria com o horário escolar, prejudicando-o, ou seja, ao invés de estarem na escola as crianças passavam a maior parte do seu tempo trabalhando nos campos.

Nesta perspectiva, Gouvêa e Soares (2013, p. 44) atribuem à rede de impressos do CBPE um processo de ação institucional gerido por um determinado grupo de poder que admitia o uso de três estratégias: “articulação, intervenção e legitimação”. A fim de validar seu tipo de “olhar urbano sobre o mundo rural”, vinculando os produtos destes “olhares” às questões educacionais.

O recorte temporal usado pelos pesquisadores na investigação tanto da CAPES quanto do CBPE contemplou a década de 1950 e os anos iniciais da década de 1960. Neste sentido, cabe destacar que tal recorte é anterior ao período designado para a investigação do presente estudo (1968 – 2010). Porém, faz-se necessário mencionar que a análise destes órgãos associada ao contexto sócio-político-educacional no qual estavam inseridos contribui sobremaneira para a compreensão do nosso objeto de estudo, além de colaborar para a

percepção do lugar marginalizado que o rural ocupava no Ministério da Educação, em contraste ao local de destaque que o mesmo ocupava no Ministério da Agricultura. Como a Universidade Rural se manteve viva e rural, mesmo após ser transferida para a o Ministério da Educação, em 1967? Foi o que buscamos descobrir para dar continuidade à pesquisa.

É possível inferir, com base em Rémond (2003) que o enfrentamento, no interior da Universidade Rural, das dificuldades decorrentes da desvalorização do rural em detrimento do urbano, fazendo com que a Instituição mantivesse sua forte tradição agrária, apesar das forças contrárias, encontraram as condições propícias, pelo fato de ela ter se mantido vinculada ao MAIC. A vinculação fortaleceu as duas Instituições. A UR era rural e queria permanecer rural. O MAIC, por sua vez, apoiava essa tradição da UR, pois a Universidade fortalecia o MAIC com seu ensino de excelência e com a formação de quadros para integrar o Ministério.

Rémond (2003, p.24) destaca abaixo a não neutralidade das instituições:

Na França, **a sucessão de experiências comprovou que as instituições não eram neutras**. Longe de ser apenas a tradução de uma relação de forças na extremidade de uma cadeia causal, numa posição de completa dependência, elas têm uma eficácia própria, e suas consequências desequilibram e tumultuam as relações de forças. (Grifo nosso).

Na obra do citado autor, ele busca de forma mais completa explicar os antagonismos e as diversidades na política. E vai mais a fundo quando conclui que tais ações geram para o governo e seus políticos uma camada de independência, uma determinada liberdade, que eles usam em favor do que acreditam ser conveniente para o bem estar da coletividade. A este contexto, ele compara a realidade das instituições, que munidas de uma não neutralidade, e ainda de uma “eficácia própria”, influenciam, e dependendo do contexto, são responsáveis pelos rumos políticos tomados, os quais são pensados certamente, para que favoreçam as próprias instituições.

A seguir, apresentamos um pequeno recorte do que representou as décadas de 1960 e 1970 para a UFRRJ. Um período de mudanças e adaptações institucionais fortemente influenciadas pela ditadura militar imposta ao povo brasileiro. Contudo, apesar de acatar as normas legais impostas, que incluíram até mesmo uma mudança ministerial, ainda assim a Universidade procurou preservar sua identidade agrária e sua tradição rural. Recorrendo à experiência francesa relatada por Rémond, reconhecemos na UFRRJ a não neutralidade apontada pelo autor, que pode ser percebida, quando as instituições permanecem onde estão

ou quando buscam se adaptar às mudanças para continuar a existir, assim como foi feito pela UFRRJ nas décadas que passamos a analisar.

1.2. A Década de 1960 e 1970 na Universidade Rural

A década de 1960 foi palco de inúmeras alterações na UR, tanto que Otranto (2010, p.23) a designou como “a década que mudou a Universidade”. Primeiramente em relação à denominação, pois em 1960, foi chamada de Universidade Rural do Rio de Janeiro. O mesmo dispositivo legal que permitiu a mudança de nome também promoveu sua desvinculação do CNEPA. Em 1962 foi nomeada Universidade Rural do Brasil e, finalmente, em 1967, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, denominação adotada até os dias de hoje. Ainda em 1967, a Instituição foi transferida para o Ministério da Educação. Esta nova vinculação ministerial não trouxe prestígio para a UFRRJ, pelo contrário, ela foi inferiorizada perante as demais Universidades. Enquanto compunha o MAIC, ela era a Instituição mais importante, ao integrar o MEC passou a ser apenas mais uma instituição de educação superior, e uma das menores, o que acarretou, inclusive, redução drástica dos recursos financeiros para a manutenção da Universidade (OTRANTO, 2009).

A citada década também foi palco de relevantes mudanças no âmbito nacional perpassando o cenário político e educacional, como: o Golpe Civil-Militar de 1964 e a Lei Básica da Reforma Universitária (Lei 5.540/68). É a partir desta Lei que iniciamos efetivamente o recorte temporal desta pesquisa, mas, como dito acima, os acontecimentos sócio-político-educacionais anteriores têm grande relevância e fortes impactos no que aconteceria com a Educação em âmbito nacional, e principalmente com a UFRRJ.

Quanto ao Golpe Civil-Militar de 1964, Romanelli (2013, p. 202) o divide em dois momentos. No primeiro, a autora afirma que há a implantação do novo regime, que traça a política da recuperação econômica, associada à contenção e à repressão, que caracterizaram de forma inconfundível essa fase. Concomitantemente “constatou-se uma aceleração do ritmo do crescimento da demanda social de educação, o que provocou, conseqüentemente, um agravamento da crise do sistema educacional, crise que já vinha de longe.” A autora continuou afirmando que a citada crise contribuiu para justificar a necessidade em estabelecer

diversos convênios entre o MEC e seus órgãos, e a *Agency for International Development* (AID), tais convênios foram nomeados de “Acordos MEC-Usaid⁵”. A agência internacional tinha a função de prestar assistência técnica e financeira ao Brasil, com o objetivo de organizar o sistema educacional do país.

Já no segundo momento do Golpe Civil-Militar, o Governo promoveu, em curto prazo, ações práticas para enfrentar a crise. Esta prática associada à constante influência da Usaid, levou o Governo a concluir que não seria ideal combater apenas a crise instaurada, mas promover uma real reforma no sistema educacional, para que este estivesse em harmonia com o modelo de desenvolvimento econômico que crescia no Brasil.

Fausto (2012, p. 397) afirma que:

O movimento de 31 de março de 1964 tinha sido lançado aparentemente para livrar o país da corrupção e do comunismo e para restaurar a democracia, mas o novo regime começou a mudar as instituições do país através de decretos, chamados de Atos Institucionais (AI). Eles eram justificados como decorrência “do exercício do Poder Constituinte, inerente a todas as revoluções.” [...]

O autor esclarece ainda:

As diferenças entre o regime representativo, vigente entre 1945 e 1964, e o regime militar são claras. Quem manda agora não são os políticos profissionais, nem o Congresso é uma instância decisória importante. Mandam a alta cúpula militar, os órgãos de informação e repressão, a burocracia técnica de Estado. (p. 437).

Pelas mãos dos militares também passaram os Acordos MEC-USAID que mudaram as regras da educação no Brasil.

Romanelli (2013, p. 203) afirmou que “os acordos MEC-Usaid tiveram também o efeito de agravar a crise educacional.” O que seria uma medida de auxílio, provocou o efeito inverso, porque a comunidade universitária não aceitou a característica de dominação reforçada pela política de reestruturação imposta pelos acordos entre as duas instituições.

⁵ Acordo entre o Ministério da Educação e Cultura e o United States Agency for International Development (Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional). Vale ressaltar que a USAID nasceu em 3 de novembro de 1961, portanto, antes da Ditadura Militar. Com a agência nasceu também o espírito de progresso e inovação. Para investigar esta temática de maneira mais ampla sugere-se consulta no site: <http://www.usaid.gov/who-we-are/usaid-history>

Neste contexto surge a Comissão Meira Mattos, que surgiu para completar a definição da política educacional do país. A comissão contribuiu em duas frentes: entendeu o foco de agitação estudantil; e estudou em profundidade a crise na educação, a fim de propor medidas de reforma. Ao final, o relatório proposto pela comissão serviu para corroborar as propostas feitas pelos acordos MEC-Usaid (ROMANELLI, 2013).

A partir de 1964 as perspectivas do Governo eram enfatizar a válida relação entre “recursos humanos x desenvolvimento nacional”. Era comum identificar: “A explicitação em documentos governamentais da necessidade de uma política de formação de recursos humanos como elemento indispensável para concretizar o desenvolvimento do país”. Consta ainda que, em princípio, a citada relação, aproveitou os recursos humanos existentes na época, como os militares e os formados pelas organizações escolares, porém, este quantitativo não era suficiente para o desenvolvimento desejado, e, portanto, as novas perspectivas exigiam uma nova organização escolar (OLIVEIRA, 1980. p. 21).

De acordo com Oliveira (1980), as medidas legais para a reorganização escolar, com objetivo de promover o desenvolvimento nacional, surgiram para o ensino superior em 1968 através da Lei 5.540 e para o ensino de 1º e 2º graus em 1971 com a Lei 5.692⁶.

A Lei 5540/68 surgiu a partir do Grupo de Trabalho (GT) da Reforma Universitária, que segundo Romanelli (2013) elaborou um relatório, que posteriormente foi transformado na Lei 5.540. Sobre isso a autora afirma, “Essa política se concretizou na reforma geral do ensino, criada pela lei 5.540, de 28 de novembro de 1968, que fixou normas para a organização e funcionamento do ensino superior” (p. 203)

Sobre este aspecto Saviani (2010) acrescentou que o governo criou o citado GT através do decreto de 2 de julho de 1968, “no auge da crise estudantil, com as principais universidades tomadas pelos alunos” (p.373). Complementou sua informação, acrescentando que Valnir Chagas, Conselheiro do Conselho Federal de Educação, integrou o mencionado GT, sendo importante para o aspecto doutrinário do projeto que logo em seguida virou lei.

Segundo o autor, o contexto político e econômico do país à época não era favorável, fato que era agravado pelo clima de tensão nas Universidades. Em meio a estas circunstâncias o GT precisava atender a duas demandas diferentes: a) a dos atuais estudantes universitários,

⁶ A Lei nº 5692/71 uniu os antigos primário e ginásio e denominou-os ensino de 1º grau. Transformou o ensino médio em ensino de 2º grau, tornando obrigatório o ensino profissionalizante que foi integrado ao propedêutico no 2º grau.

dos futuros universitários e professores que reivindicavam o fim da cátedra, melhores condições para pesquisas e acesso dos estudantes e a autonomia universitária; b) a demanda do grupo instalado através do golpe Civil-Militar de 1964. De acordo com Saviani (2010, p. 374), este grupo buscava “vincular mais fortemente o ensino superior aos mecanismos de mercado e ao projeto político de modernização em consonância com os requerimentos do capitalismo internacional”.

Saviani esclarece que a tentativa do GT de buscar atender os dois grupos é explicada pela heterogeneidade dos intelectuais que compunham o próprio GT. Quanto ao atendimento das diferentes demandas o autor completa ainda:

O GT da Reforma Universitária procurou atender à primeira demanda proclamando a indissociabilidade entre ensino e pesquisa, abolindo a cátedra, instituindo o regime universitário como forma preferencial de organização do ensino superior e consagrando a autonomia universitária, cujas características e atributos foram definidas e especificadas. Em contrapartida, procurou-se atender à segunda demanda instituindo o regime de créditos, a matrícula por disciplina, os cursos de curta duração, a organização fundacional e a racionalização da estrutura e do funcionamento (SAVIANI, 2010, p.374).

Otranto (2009, p. 142) sinaliza que a chamada “Lei Básica da Reforma Universitária” propôs mudanças em todos os níveis da educação superior, desde os cargos de professores, com a extinção da cátedra, até a estrutura física da Universidade.

Porém, Fávero (2010, p. 105) nos permite recordar que a Reforma Universitária ocorre no período do regime militar, e que, portanto, muitos privilégios arraigados continuaram vivos dentro da “catedralização do departamento”, ou seja, centros criados à “imagem e semelhança” das cátedras perpetuaram seus ensinamentos, caracterizando de forma errônea a Revolução.

Quanto à questão educacional também havia novas determinações, além de uma recomendação específica para as Universidades Rurais:

[...] As universidades deveriam ser organizadas tendo como uma de suas características a “universalidade de campo, pelo cultivo das áreas fundamentais dos conhecimentos humanos” (art. 11,e). [...] ou ser incorporadas por ato executivo às universidades federais existentes nas regiões em que estejam instaladas” (art. 52). (OTRANTO, 2009, p.142)

Apenas um único artigo pôde provocar uma celeuma interna na Universidade, pois sua característica de mudança associada a uma condicionalidade para o cumprimento acabou por

determinar, em tese, a alteração do perfil da UFRRJ. Que passou a ter além dos cursos na área agrícola, os cursos na área de Educação e Ciências Sociais.

Otranto (2009) explora certa dualidade existente na UFRRJ, referente à obrigação em atender as imposições da Reforma Universitária e a necessidade de manter (e fazia questão disto) sua tradição agrária, que ostentava desde seus primórdios, em 1910. A manutenção do título – Rural – pode ser explicada por meio da conquista de prerrogativas simples como a própria tradição, bem como seus laboratórios já estruturados e professores titulares altamente qualificados e conceituados. Também foram levadas em consideração a manutenção de convênios para a realização de pesquisas nas áreas agrárias e a continuação da representação da Confederação Nacional de Agricultura no seu Conselho Superior, prática exercida desde seus primórdios como Instituição de Educação Superior.

Fernandes (1975) fez uma interessante análise dos caminhos seguidos pelo Governo Federal em relação às Universidades após 1964. O intelectual afirmou que, em um primeiro momento, o Governo buscou defender os interesses do grupo conservador que manipulava a cátedra, mesmo diante de alunos e professores que reivindicavam a reforma. Em um segundo momento, ao perceber que a extinção do antigo padrão de escola superior não ameaçava o *status quo*, ou seja, a mudança não acarretaria prejuízo para a elite, as lideranças governamentais resolveram atender à pressão das tendências modernizadoras, e tomaram para si a incumbência de alavancar a nova política de reforma universitária. Em outras palavras, a elite governamental primou por controlar a reforma com o intuito de não romper com os interesses conservadores, nem tampouco com as antigas tradições, o que resultou em poucas mudanças para o ensino superior.

Romanelli (2013, p. 242) é enfática ao afirmar que a modernização proposta com a Reforma tem “uma funcionalidade política, não só pelo controle que exerce externamente sobre a Universidade, mas, sobretudo porque retira da Universidade qualquer chance de interferir sobre, ou de controlar os resultados daquilo que ela mesma produz”. A pouca expressão da Universidade diante de suas próprias questões, segundo Fávero (apud OTRANTO, 2009) é uma problemática referente ao tema da autonomia universitária. Sobre a temática, a autora indica que a autonomia universitária deve ser conquistada a partir de uma

luta coletiva dentro da instituição, e não concedida através de uma dádiva adquirida por um dispositivo legal⁷.

Otranto (2009, p. 141-42) afirma que os anos da década de 1970 foram referência para inúmeras medidas tomadas visando à necessidade de adaptar a UFRRJ às exigências do Governo, caso contrário a Instituição seria incorporada às outras Universidades Federais existentes no Rio de Janeiro. Um exemplo claro de adaptação à legislação foi a criação do Instituto de Educação da UFRRJ, do qual falaremos adiante.

Observou-se que na década de 1970 a UFRRJ passou por problemas de caráter financeiro e administrativo, este, mais precisamente no ano de 1978 onde foi marcado o aumento expressivo do número de alunos, atribuído à nova forma de seleção a partir do Vestibular Unificado e também devido à chamada Lei do Boi⁸. Outro agravante para o aumento do ingresso foi a solicitação do direito contido na alínea “b” do art. 130 do Regimento da Universidade, que permitia a transferência para a Instituição de alunos matriculados em estabelecimentos congêneres, nacionais ou estrangeiros (OTRANTO, 2009).

Para superar os problemas de espaço acadêmico e de pessoal docente, gerados pelo ingresso excessivo de estudantes, a Instituição solicitou ao MEC a redução da oferta de vagas para o vestibular do ano seguinte (1979) em 50%, e ainda a suspensão, temporária, da alínea b do art. 130. Ambas as solicitações foram atendidas pelo MEC (CONSU. Ata da Reunião de 25/5/1978 apud OTRANTO, 2009).

Assim, a UFRRJ foi tentando superar os problemas enfrentados pela nova vinculação ministerial e pela nova legislação que ameaçava seu *status* de Universidade. Para se manter como Universidade tinha que abrir cursos em áreas nas quais não tinha tradição, ameaçando, inclusive, expectativas pessoais de docentes e grupos de pesquisa históricos. Cada desafio acarretava um enfrentamento, que gerava uma nova experiência que, em muitos casos, frustrava expectativas pessoais de grupos consolidados.

Koselleck (2006) estabeleceu a relação entre experiências vividas e expectativas pessoais, e afirmou que a tensão gerada por ambas permite o surgimento de novas soluções, e,

⁷ Para maiores esclarecimentos sobre o tema da autonomia universitária consultar a obra: OTRANTO, Celia Regina. **A autonomia Universitária no Brasil: dádiva ou construção coletiva? O caso da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro**. Seropédica, RJ: EDUR, 2009.

⁸ Tal lei garantia a reserva de 50% das vagas das Escolas Superiores Agrícolas a candidatos agricultores ou filhos destes, proprietários ou não de terras, que residissem com suas famílias em zona rural.

portanto, um novo tempo histórico. A UFRRJ viveu então, na década de 1970, esse novo tempo histórico, de adaptação às novas regras, de abertura para novos campos do saber, ou seja, de busca de novas soluções para os novos problemas enfrentados. Conforme afirmou Koselleck (2006, p. 306), uma nova história foi construída e “todas as histórias foram construídas pelas experiências vividas e pelas expectativas das pessoas que atuam ou que sofreram”.

Em suma, a contribuição de Koselleck (2006) somada à história contada até aqui, nos permite refletir sobre o tempo histórico criado na Instituição a partir das experiências vividas, as quais foram (e são até hoje) motivadas pelas expectativas e, principalmente, protagonizadas pelas ações de seus atores. Com base no que foi visto até aqui, podemos classificar a ESAMV, naquele tempo de acordo com as expectativas/necessidades e experiências da época, como uma Instituição voltada ao atendimento de questões técnicas, ou seja, uma formação específica para uma área ainda mais específica, e a exemplo da ESAMV a Instituição segue este mesmo modelo ao longo de sua história.

Dando sequência a sua trajetória, com as mudanças ocorridas nas décadas de 1960 e 1970, a Instituição sofreu alterações estruturais, e precisou necessariamente se adaptar a elas para continuar a existir. Com isso, a área de Educação que começou a se estruturar na década de 1970 teve dificuldades para se estabelecer, pois dentre outras coisas, ela trouxe para a Universidade uma lógica diferente da formação técnica, para o trabalho. Realidade que entrou em conflito com o que já estava estabelecido na UFRRJ, e isto é o que veremos a seguir.

CAPÍTULO II

O INSTITUTO DE EDUCAÇÃO DA UFRRJ

A função da universidade é uma função única e exclusiva. Não se trata, somente, de difundir conhecimentos.
(Anísio Teixeira, 1998, p. 35)

2.1. Refletindo sobre as categorias de análise

O objetivo primordial deste estudo foi registrar a trajetória da área de Educação na Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (*campus* Seropédica), com a intenção de evidenciar as contribuições, dificuldades e desafios de consolidação da área no interior desta Instituição que tem uma forte tradição agrária sustentada ao longo de sua história.

Neste sentido, o mais indicado seria admitir a categoria “trajetória” para a representação e compreensão dos aspectos do estudo, porém, concordamos com Certeau quando afirma que as trajetórias podem ser incoerentes com os espaços construídos, pré-fabricados e até mesmo com os escritos. Certeau (1998, p. 98) se aprofunda na temática ao afirmar:

Ela [trajetória] deveria evocar um movimento temporal no espaço, isto é, a unidade de uma sucessão diacrônica de pontos percorridos, e não a figura que esses pontos formam num lugar supostamente sincrônico ou acrônico. De fato, essa “representação” é insuficiente, pois precisamente a trajetória se desenha, e o tempo ou o movimento se acha assim reduzido a uma linha totalizável pela vista, legível num instante: projeta-se num plano o percurso de um pedestre caminhando na cidade. Por mais útil que seja essa “redução”, metamorfoseia a articulação temporal dos lugares em uma sequência espacial de pontos.

Porém, o intelectual não se ateu somente à crítica a categoria “trajetória”, ele propôs outro caminho (que inclusive, optamos por utilizar), que apresenta a distinção entre “estratégia” e “tática”, que segundo ele “parece apresentar um esquema inicial mais adequado” (p. 99). Vejamos:

Chamo de estratégia o cálculo (ou a manipulação) das relações de forças que se torna possível a partir do momento em que um sujeito de querer e poder (uma empresa, um exército, uma cidade, uma instituição científica) pode ser isolado. A estratégia postula um lugar suscetível de ser circunscrito como algo próprio e ser a base de onde se podem gerir as relações com uma exterioridade de alvos ou ameaças (os clientes ou os concorrentes, os

inimigos, o campo em torno da cidade, os objetivos e objetos da pesquisa etc.).

No que concerne à tática o intelectual afirma: “Em suma, a tática é a arte do fraco” (p.101), e completa ainda:

[...] chamo de tática a ação calculada que é determinada pela ausência de um próprio. Então nenhuma delimitação de fora lhe fornece a condição de autonomia. A tática não tem por lugar senão o do outro. [...] Ela opera golpe por golpe, lance por lance. Aproveita as “ocasiões” e delas depende, sem base para estocar benefícios, aumentar a propriedade e prever saídas. O que ela ganha não se conserva. Este não-lugar lhe permite sem dúvida mobilidade, mas numa docilidade aos azares do tempo, para captar no voo as possibilidades oferecidas por um instante. **Tem que utilizar, vigilante, as falhas que as conjunturas particulares vão abrindo na vigilância do poder proprietário. Aí vai caçar. Cria ali surpresas. Consegue estar onde ninguém espera. É astúcia.** [...] “Quanto mais fracas as forças submetidas à direção estratégica, tanto mais esta estará sujeita à astúcia”. Traduzindo: tanto mais se torna tática. [...] a tática é determinada pela ausência de poder assim como a estratégia é organizada pelo postulado de um poder. (p. 100 – 101. Grifo nosso)

As contribuições de Certeau (1998) nos permitiram fazer atribuições com base nos cenários encontrados através da pesquisa. Por exemplo, atribuímos à área Agrária o campo de ação da “estratégia”, pois nela é materializado o lugar do poder na Instituição. O poder que é expresso através da consolidação do ensino e da pesquisa, este último estreitamente relacionado com a aquisição de verbas, e ambos gerando prestígio como resultado. Além do poder que é expresso através da tradição agrária na UFRRJ, que veio se fortalecendo desde a instituição que lhe antecedeu, a ESAMV.

Ao admitirmos que a área de Humanidades, com destaque para a Educação, possa ser classificada na categoria “tática”, segundo Certeau (1998), atribuímos a ela também a qualidade de astúcia. Como visto no trecho grifado acima, o autor explica que a categoria tática “[...] Tem que utilizar, vigilante, as falhas que as conjunturas particulares vão abrindo na vigilância do poder proprietário. Aí vai caçar. Cria ali surpresas. Consegue estar onde ninguém espera. É astúcia. [...]”. Ou seja, as Humanidades/Educação, a partir da Lei 5.540, mantinham a Instituição com o *status* de Universidade, esta era, portanto, sua “tática”. Algo que não foi por ela criado, mas sim, uma brecha surgida de fora pra dentro na quase intransponível barreira da tradição agrária da UFRRJ.

Nas Universidades Rurais, a Educação precisou garantir maneiras de se estabelecer, e a mais viável foi apoiar-se na legislação que garantiu sua existência nestas Instituições de

educação superior, e no caso da UFRRJ não foi diferente, pois a área precisou da ação de um dispositivo legal para ser criada, e ainda assim contou com descaso das demais áreas do conhecimento já presentes e consolidadas na UFRRJ.

A categoria “tática” tem como característica a persistência, e esta só pode ser atribuída à área de Educação, pois ao longo dos anos seguiu resistindo ao preconceito dirigido a ela desde sua criação até a contemporaneidade, contando apenas com alguns aliados durante a sua história: primeiramente a legislação, que garantiu sua existência na década de 1970, e seu crescimento nos últimos anos a partir do REUNI⁹; e a ação dos professores do DTPE, ou melhor de uma parte dos professores, grandes aliados na luta pela renovação das licenciaturas e pela criação do curso de Pedagogia.

No capítulo anterior mencionamos a Lei nº 5.540/68 e suas implicações na UFRRJ, bem como seu apoio à criação de novas áreas do conhecimento dentro da Universidade, o que resolvemos aqui denominar de “ações aliadas à Educação”. Em seguida, somente no final dos anos 2000, uma nova política de governo, conhecida como REUNI, acelerou o crescimento da Educação na Universidade, com o apoio a abertura de cursos de licenciatura.

A seguir, com base na história registrada nos documentos primários e no que já foi publicado sobre a história da UFRRJ, e mais adiante, o que foi recolhido com as entrevistas feitas com professores e ex-alunos da Instituição, constatamos o outro tipo de força aliada à Educação que foi citada acima: a ação dos atores envolvidos no processo, especificamente uma corrente de docentes do DTPE/IE.

Cabe destacar que este último aspecto, nos é muito caro, pois envolve a ação instituinte dos docentes, mesmo que em parte, mas retrata uma tomada de decisão baseada na avaliação de uma realidade que não mais contemplava o que se queria para uma Instituição Federal de Ensino, ou seja, a UFRRJ já passara do tempo de aderir às mudanças, e com a luta dos professores somada a mais um incentivo novamente dirigido pela força da lei/política as mudanças encontraram um solo fértil, a despeito da tradição.

⁹ O REUNI foi um programa instituído pelo Decreto nº 6.096, de 24 de abril de 2007, e foi uma das ações que integraram o Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE) para ampliar o acesso e a permanência na educação superior. Com o Reuni, o governo federal adotou uma série de medidas para retomar o crescimento do ensino superior público, criando condições para que as universidades federais promovessem a expansão física, acadêmica e pedagógica da rede federal de educação superior. Os efeitos da iniciativa puderam ser percebidos pelos expressivos números da expansão, iniciada em 2003 e concluída em 2012 (BRASIL, 2010; 2007).

2.2. Avanços e retrocessos do Instituto de Educação

Sobre a criação do Instituto de Educação Otranto (2007; 2009) cita informações contidas nas Atas do Conselho Universitário da UFRRJ (UFRRJ. CONSU. Ata da Reunião de 06/05/1969), referentes à intenção de atender as determinações legais da Reforma Universitária, que exigia das universidades cursos em todos os campos do saber, utilizando-se de um plano de reestruturação que traçava as diretrizes para o Estatuto da Instituição. A divisão administrativa da UFRRJ era feita, e se mantém até os dias atuais, em unidades acadêmicas classificadas como Institutos. Os Institutos deveriam ser compostos por, no mínimo, três departamentos cada um. E havia ainda, a proposta de criação, do Instituto de Educação e Ciências Sociais (IECS), que seria composto pelos seguintes Departamentos: Ciências Econômicas e Sociais; Ciências Pedagógicas; Economia do Lar e o de Línguas. Com isso seria criado um novo Instituto dentre aqueles já tradicionais da UFRRJ, para atender à demanda de criação de cursos na área de humanidades. No entanto, para que isso acontecesse o Estatuto precisava passar pelo CFE e ser aprovado. Ao ser encaminhado ao CFE para aprovação, teve como relatores Valnir Chagas e Newton Sucupira, e foram eles que propuseram as alterações que a Universidade precisaria fazer, dentre elas a divisão do IECS em dois, o Instituto de Educação (IE) e o Instituto de Ciências Sociais (ICS). Esta determinação foi aceita, e o IE foi composto por três departamentos: Departamento de Teoria e Planejamento de Ensino (DTPE); Departamento de Psicologia e Orientação Educacional (DPOE) e Departamento de Educação Física e Desportos (DEFD). Abrigava os cursos de Licenciatura em Ciências Agrícolas (vinculado à área agrária) e Licenciatura em Educação Física (criado por imposição do MEC). (CONSU. Ata da Reunião de 6/5/1969 apud OTRANTO, 2009).

De acordo com Otranto (2007; 2009), a UFRRJ realizou a divisão do Instituto proposta pelo CFE, e os novos Institutos foram alocados em um mesmo prédio que havia sido construído para abrigar o hospital de Itaguaí, e que estava abandonado. A pesquisadora sinaliza que até a localização da nova Unidade Acadêmica era motivo de rejeição, ironia e depreciação, isto pode ser constatado a partir do depoimento de um docente da Instituição que foi entrevistado para o estudo de pós-doutoramento da pesquisadora:

[...] O Instituto de Educação ocupou um prédio que havia sido construído para abrigar um hospital, e esse prédio estava localizado num lugar que era anteriormente um brejo, as pessoas contrárias ao IE diziam que “ele tinha se formado no brejo e que iria terminar no brejo”. Buscavam com isso, ridicularizar o IE (Docente I). (OTRANTO, 2010, p.80).

Vê-se que a oposição citada refere-se apenas ao IE, nada se fala sobre o ICS, mesmo os dois institutos ocupando o mesmo prédio, os insultos eram voltados apenas ao IE.

Apesar da proximidade física dos dois novos Institutos – IE e ICS – pois foram alocados em um mesmo prédio, ambos seguiram caminhos bem diferentes na Instituição. Cabe ressaltar que a jornada foi difícil para os dois, pois precisaram crescer e se estabelecer em uma Universidade consagrada pela área agrária, e que era bastante resistente às mudanças, aceitando-as somente quando eram impostas pela legislação. Porém, é notório o desenvolvimento quantitativo e qualitativo do ICS (que a partir do ano de 1975 passou a denominar-se ICHS)¹⁰, em relação ao IE.

Quem já foi à UFRRJ e teve a oportunidade de visitar os seus diferentes Institutos logo percebe a diferença entre o prédio que abriga o IE e o ICHS e os demais prédios tradicionais da Instituição. Estes, com seus chafarizes localizados no centro de belos jardins, além da estrutura física neocolonial dos prédios, que contam com entradas principais soberanas ornadas com belas colunas. Aspecto bem diferente da estrutura física do IE que contém apenas dois corredores, um horizontal, que é composto em sua maioria por salas de aula, que está localizado paralelo à Antiga Estrada Rio-São Paulo (BR 465), em frente ao Colégio Estadual Presidente Dutra. Este corredor, que está ligado a outro mais largo, que abriga a direção do IE, as coordenações e departamentos de alguns cursos, salas de professores, banheiros, dentre outros espaços, além de outra porta lateral que dá acesso ao estacionamento, que inclusive, foi construído recentemente. Este corredor vertical faz ligação com outra parte do prédio que abriga o ICHS.

Apesar de ocuparem o mesmo prédio e inicialmente compartilharem os mesmos problemas físicos, o ICHS iniciou suas atividades acadêmicas de forma diferente do IE, com a

¹⁰ De acordo com a Deliberação nº 60 de 30 de julho de 2013 do CONSU foi aprovada a criação do Instituto de Ciências Sociais Aplicadas (ICSA) e respectiva Unidade Organizacional (UORG). Ou seja, separaram-se do ICHS os seguintes departamentos: de Ciências Administrativas e Contábeis – DCAC; de Ciências Econômicas – DeCE e de Economia Doméstica e Hotelaria – DEDH. Os quais, passaram a constituir o ICSA, que está instalado no mesmo prédio do ICHS (UFRRJ, 2013). Todas as vezes que citarmos neste texto o ICHS, estaremos nos referindo ao histórico do Instituto antes da referida divisão.

criação de três cursos de expressiva procura pelos vestibulandos, como pode ser constatado na publicação de Otranto (2009) que menciona a criação, pela UFRRJ no ano de 1970, dos cursos de Economia, Administração e Ciências Contábeis¹¹, coordenados pelo Departamento de Ciências Econômicas e Sociais, localizado no ICS (atual ICHS). A partir de análises feitas na Ata da Reunião do CONSU de 23/2/1970, a autora identificou que logo no primeiro vestibular os cursos contaram com grande número de inscritos, o que demonstrou o importante passo da UFRRJ rumo ao seu estabelecimento em áreas diferentes da tradicional área Agrária.

Para compreender o porquê da diferença tão expressiva entre dois Institutos que nasceram juntos, a partir das mesmas condições, citamos Certeau (1998, p. 100) “Este não-lugar lhe permite sem dúvida mobilidade, mas numa docilidade aos azares do tempo, para captar no voo as possibilidades oferecidas por um instante.” Nesta direção, percebemos que o ICHS soube aproveitar a “mobilidade” e as “possibilidades” apresentadas por sua condição de “não-lugar”, ou seja, ousou criar três cursos de grande procura completamente fora da área Agrária, que lhes permitiram notoriedade na Instituição, e que certamente contribuíram para a construção dos pilares de seu crescimento. Ao IE coube o escárnio, e o “brejo” como marco de início e o desejo de desfecho. Seu único Curso, nos primeiros anos de criação, foi a LICA, que surgiu da Escola de Educação Técnica. No entanto, vale ressaltar que, por um longo período a LICA teve um processo de vestibular direcionado somente para ela, e para os demais cursos da área Agrária (como veremos em detalhes adiante), favorecendo assim a entrada de muitos alunos no Curso, e o que é ainda mais positivo, alunos realmente interessando em cursá-lo (visto que os alunos eram oriundos de escolas técnicas e prestavam o vestibular direcionado aos cursos agrários). Quando o Curso de Educação Física foi criado, anos depois, passou a ser a Licenciatura mais procurada da UFRRJ, mantendo essa prerrogativa durante anos, e dando um pouco mais de destaque ao IE. O fato é que os cursos do IE tiveram algum aumento de prestígio em momentos diferentes, provavelmente, por isso, não somaram forças adequadamente para contribuir, de forma mais significativa, com o crescimento do IE, como aconteceu com o ICHS.

No sítio eletrônico da UFRRJ há a confirmação de que o ICHS surgiu em consequência dos seus primeiros cursos: Administração de Empresas, Ciências Econômicas

¹¹ Depois de alguns anos de existência o curso foi extinto, somente depois de mais de 30 anos o curso foi recriado, como pode ser observado a seguir.

e Economia Doméstica. Anos depois, no início da década de 2000 foi criado o curso de História. No final desta década, especificamente no biênio 2009/2010, foram criados os cursos Administração Pública, Belas Artes, Ciências Contábeis, Ciências Sociais, Comunicação Social (Jornalismo), Direito, Filosofia, Hotelaria, Letras e Relações Internacionais por intermédio das ações de expansão do Governo Federal expressas pelo REUNI. Este crescimento garantiu ao ICHS o *status* de maior unidade de ensino, pesquisa e extensão da UFRRJ¹². E ainda completa que:

Dos **16 cursos novos** idealizados para o *campus* Seropédica, **10** foram destinados ao ICHS. Neste sentido, o instituto comemorou não apenas 40 anos em 2010, mas a consolidação da área de Humanas para a UFRRJ, o que legitima uma nova identidade para esta universidade e inaugura outro momento da educação superior no país (UFRRJ, 2010a, grifo do autor).

Realidade diferente da do IE, que não tem números expressivos comparados ao ICHS, tampouco comemorou seu quadragésimo aniversário, não permitindo com isso que novas publicações sobre sua história fossem divulgadas, como ocorreu com o ICHS, dentre outras questões, que prejudicam a atualização de informações do IE no sítio eletrônico da UFRRJ, o que dificultou sobremaneira a coleta de dados sobre o Instituto. Para corroborar esta constatação da discrepância que há entre os Institutos que nasceram juntos e seguiram caminhos distintos, citamos Otranto (2007, p. 07) que afirma que o ICHS “sempre foi mais prestigiado que o IE. Não há registro nas atas do Conselho Universitário de questionamentos à criação do Instituto de Ciências Humanas e Sociais, como os registrados em relação ao Instituto de Educação”.

Agora, analisando de forma direta os caminhos percorridos pelo IE, que é a referência empírica desta pesquisa, citamos Otranto (2009) que identificou nas atas do CONSU relatos bem diferentes daqueles voltados ao ICS, atual ICHS.

Primeiramente, para existir, o IE precisou ser composto por três departamentos: Departamento de Teoria e Planejamento de Ensino (DTPE); Departamento de Psicologia e Orientação Educacional (DPOE)¹³ e Departamento de Educação Física e Desportos (DEFD).

Nesta perspectiva, Otranto (2007, p. 5-6) afirma que:

¹² Sobre a história do ICHS consultar a publicação: ICHS em Revista – 40 anos. Disponível no sítio eletrônico da UFRRJ através do endereço: <http://r1.ufrj.br/wp/ichs/revista-dos-40-anos/>

¹³ Atualmente o DPOE é chamado de Departamento de Psicologia (DPsi).

O Instituto de Educação foi, então, criado por imposição do Conselho Federal de Educação, para atender a uma exigência do Ministério da Educação. O fato, entretanto, não se deu sem protestos no Conselho Universitário. Estes protestos estão descritos em atas relativas aos anos de 1970, 1971 e 1972. Um dos mais significativos é o relato da reunião do Conselho Universitário de 18 de maio de 1972, [...] Na mesma Reunião, a Conselheira Edith Ramos argumentou que “educação é ciência social” e acrescentou que “a Universidade deveria ampliar o Instituto de Educação para justificar sua existência”. Acrescentou porém, que, sob o seu ponto de vista, “esse Instituto não deveria ter sido criado”. Para ela a educação tinha que permanecer dentro do Instituto de Ciências Sociais. O Conselheiro Eurico Cortez retrucou, então “que foi o Conselho Federal de Educação que exigiu, em uma de suas reuniões, a criação do Instituto de Educação”, e o Reitor aproveitou para reforçar que “a Universidade havia proposto um só Instituto, porém o CFE quis o desdobramento.” (UFRRJ. CONSU. Ata da reunião de 18/5/1972 apud OTRANTO, 2007, p. 5-6).

Desta forma, apesar do Conselho Universitário ser contrário à criação do IE, foi obrigado a aceitá-lo e, a partir de então, novos cursos precisaram ser criados para justificar a existência do novo Instituto, fato que aconteceu com o curso de Educação Física, como veremos adiante.

A criação da área de Educação da UFRRJ pode ser pensada através do ideário de Certeau (1998) sobre a “tática”: “Não tem meios para se manter em si mesma, à distância, numa posição recuada, de previsão e de convocação própria: a tática é movimento ‘dentro do campo de visão do inimigo’, como dizia von Bullow, e no espaço por ele controlado. [...]”.

Esta afirmação associada à análise da historiografia da área de Educação, mais especificamente com os anos iniciais e sua dificuldade de inserção na Instituição, nos permite concluir que a área de Educação mantém uma relação de sobrevivência com a área Agrária, ou seja, a “tática é movimento dentro do campo de visão do inimigo”.

O IE criado por determinação do CFE, sofreu muitas críticas e preconceitos proveniente dos docentes, discentes e técnicos administrativos de outros Institutos. Porém, ainda assim, o IE se apropriou das possibilidades decorrentes do “não-lugar” citado por Certeau (1998), pois, este, também lhe permitiu conquistas que foram realizadas ao longo dos anos, mesmo que timidamente, ora com o auxílio das leis, ora pela luta dos docentes.

Otranto (2009, p. 167) afirma que apesar da UFRRJ estar vinculada ao MEC e ter aberto cursos em diferentes áreas do saber, cumprindo a determinação da Reforma Universitária, ela “ainda se mantinha agrária, rural [...] Os cursos recém-criados não tinham

tradição, não tinham história. Não contavam com professores titulares, não funcionavam em prédios tão bem equipados e seus alunos não encontravam livros na nova Biblioteca Central”. Ou seja, o desafio inicial de entender como se estabeleceu a área dentro da Universidade vai se mostrando cada vez mais, através das dificuldades diárias e constantes. Por isso, entendemos que o difícil não foi a criação da área de Educação e de seus cursos em uma Instituição que não lhes dava espaço, e sim, adequar as condições físicas e pedagógicas para que a área funcionasse em sua plenitude, e para que isso acontecesse, mais do que tudo, era necessária a vontade política dos indivíduos envolvidos.

A predileção pela área agrária não é apenas identificada no resultado dos estudos sobre a Instituição, mas em seus próprios documentos legais. O Estatuto anterior da UFRRJ, por exemplo, citava a universalidade de campo (art. 3º), no entanto o Regimento Geral tratou de definir prioridades dentro desta universalidade, fato este que é observado no capítulo intitulado “Da Pesquisa”, onde se priorizou claramente as ciências agrárias, ao dispor: “Sem prejuízo da universalidade de campo, a Universidade dará ênfase, no seu Plano de Expansão, ao desenvolvimento das ciências agrárias e das ciências básicas” (UFRRJ, Regimento Geral, 1975, art. 151, apud OTRANTO, 2009, p.168). Justificou-se a ênfase pelo estabelecimento de convênios, pois contribuiriam com as pesquisas, aquisição de equipamentos para o laboratório, viagens de formação, criação de novos cursos de pós-graduação, ou seja, uma ótima oportunidade para contribuir qualitativa e quantitativamente para a área Agrária, em contrapartida, infelizmente, tais práticas reforçavam a discriminação das demais unidades dedicadas a outras áreas, como por exemplo, o IE e seus novos cursos, que além de sofrer preconceito acerca da falta de tradição, não tinham professores titulares, nem prédios equipados e muito menos livros que fundamentassem as pesquisas na área.

Na época eram nove Institutos (os *campi* em outros municípios não tinham sido criados), e eles foram divididos em duas grandes áreas: básica e profissional. Na área básica estavam incluídos os Institutos de: Biologia, Ciências Exatas e o de Ciências Humanas e Sociais. Na área profissional os Institutos de: Agronomia, Educação, Florestas, Tecnologia, Veterinária e o de Zootecnia. (UFRRJ, Estatuto, 1975, art. 4º, p. 21 e Regimento Geral, 1975, art. 28, § 1º, p. 81 apud OTRANTO, 2009).

Nota-se que o IE ficou no mesmo grupo do Instituto de Agronomia (IA) e do Instituto de Veterinária (IV), o que poderia representar alguma mudança de *status* para a área de

Educação. No entanto, Otranto (2009, p. 169) menciona uma segunda divisão no grupo, que excluiria o IE dos demais:

Dentro da chamada área básica, ficaram os Institutos que ministravam as ciências básicas, portanto amparados pelo artigo nº 151 do Regimento Geral. Na área profissional ficaram os das ciências agrárias: Agronomia, Florestas, Veterinária e Zoologia todos incluídos no referido artigo. Restaram, somente, os Institutos de Tecnologia (IT) e Educação (IE). Entretanto, o IT foi criado com a aprovação unânime do CONSU para atender prioritariamente os cursos agrônômicos e contava, por isso, com todo o apoio, enquanto que o IE foi imposto à UFRRJ, contra a vontade da grande maioria dos integrantes do Conselho Universitário, conforme já mencionado anteriormente.

Otranto (2009, p.169) continua afirmando que “a área de Educação era considerada menos nobre, menos afeita às pesquisas do que aquelas já tradicionais da Universidade. Neste sentido, não precisaria dos mesmos investimentos destinados aos demais Institutos”.

Estes dois trechos da obra de Otranto demonstram uma segregação da área de Educação, o que constitui um verdadeiro paradoxo no que se refere a uma instituição educacional.

Na obra “Os estabelecidos e os *outsiders*”, Norbert Elias e John L. Scotson investigaram uma comunidade que se percebia dividida entre dois grupos sociais bem definidos: os *establishment* e os *outsiders*. “Os primeiros fundavam a sua distinção e o seu poder em um princípio de antiguidade: moravam em Winston Parva muito antes do que os outros, encarnando os valores da tradição e da boa sociedade” (ELIAS; SCOTSON, 2000. p. 07). Esse trecho nos permite fazer uma associação com o contexto da tradição agrária da UFRRJ, estabelecida pelos seus cursos fundadores e disseminada ao longo dos anos pelo corpo docente e discente da Instituição.

A comparação fica ainda mais completa quando os autores caracterizam o segundo grupo da comunidade, os *outsiders*, que “viviam estigmatizados por todos os atributos associados com a anomia, como a delinquência, a violência e a desintegração” (p. 07). Guardadas as devidas proporções, essas características estigmatizadoras são encontradas durante todo o registro histórico-documental e oral da área de Educação da UFRRJ, como destacamos até aqui, e ainda nas relações interpessoais entre os pares, fato que não nos aprofundamos no texto, mas que pode ser observado nas entrevistas e nas Atas de algumas reuniões, ou seja, o desprestígio e a marginalização que alguns professores e alunos sofreram por estarem vinculados à área *outsiders* ou por defendê-la diante de alguma injustiça.

Os autores evidenciam determinadas características de ambos os grupos de indivíduos, e as associam às relações de poder que são evidentes e distinguíveis, como é dito a seguir: “Superioridade social e moral, autopercepção e reconhecimento, pertencimento e exclusão são elementos dessa dimensão da vida social que o par estabelecidos-outsiders ilumina exemplarmente: as relações de poder” (ELIAS; SCOTSON, 2000. p. 08).

Elias e Scotson (2000, p. 09) esclarecem que “[...] no livro, não há nenhuma discussão puramente teórica deste argumento (grupos sociais). Há, em compensação, várias demonstrações empíricas [...]”. No nosso estudo também conseguimos encontrar registros históricos tanto nos documentos da graduação quanto nos da pós-graduação, e ainda no ensino, pesquisa e extensão que puderam exemplificar empiricamente a polarização de áreas na UFRRJ, além de contribuírem para nossa reflexão no sentido de identificar as relações de poder existente entre ambas as áreas.

As reivindicações do IE eram facilmente proteladas, um exemplo claro no âmbito da graduação foi a batalha travada pela diretora do Instituto, Maria Helena dos Santos Mallet, para a criação do Curso de Pedagogia, onde mencionou (e isto está registrado na Ata do Conselho Universitário de janeiro de 1975) que sua criação “seria de grande valia para a Instituição, além do interesse demonstrado pelo MEC nesse sentido” (UFRRJ. CONSU. Ata da Reunião de 14/01/1975 apud OTRANTO, 2009, p.169). Contudo, mesmo em condições favoráveis para início imediato, ele só foi aprovado no ano seguinte em 1976. Na mesma época, vários outros cursos também foram aprovados, mas diferente da Pedagogia logo em seguida foram iniciados. Com base nisto questiona-se: Quais os fatores que impediram a criação de um curso aprovado e em condições de ser oferecido?

Tentando buscar esclarecimentos para esta questão recorreremos mais uma vez à Otranto (2009, p.167) que deixou claro que “a tradição agrícola da UFRRJ ainda a mantinha agrária, rural, apesar da imposição da Reforma Universitária de abrir, em todas as universidades, cursos das diferentes áreas do saber humano”. Tal fato pode ser exemplificado a partir do desenvolvimento das grandes pesquisas na Universidade, que por muito tempo, estiveram sob a responsabilidade dos antigos catedráticos que se tornaram professores titulares da área agrária. Cabe destacar que, durante muitas décadas a UFRRJ fez questão de manter representação na Confederação Nacional de Agricultura, seu Conselho máximo. Somente com o novo Estatuto e Regimento, recentemente aprovados (2011), essa representação foi cancelada.

Na ata da reunião do CONSU do mês de junho de 1980, Otranto (2009) destaca a proposta de criação de uma Creche, feita pelo Reitor Arthur Orlando Lopes da Costa, que comunicou aos presentes que estava organizando a escola, e para tanto contava com a colaboração do Dr. Paulo José de Mello, diretor do Posto Médico da UFRRJ. O Reitor informou ainda, que a seu pedido, o Dr. Paulo elaborou o Regimento Interno da Creche. Ficou decidido que seria cobrada uma taxa, e que a Creche não ficaria restrita aos filhos das professoras, mas que atenderia todas as servidoras, bem como as alunas da Universidade. Após muitos elogios o projeto foi aprovado pelos presentes (CONSU. Ata da 15ª Reunião Extraordinária, 9/6/1980 apud OTRANTO, 2009). No entanto, a supervisão da Creche ficou a cargo do Diretor do Posto Médico, e não do Diretor do Instituto de Educação demonstrando, mais uma vez, não só a inversão de valores, mas o desprestígio da Educação na UFRRJ.

A autora provoca a reflexão “Por que a supervisão da creche e a responsabilidade pela elaboração de seu Regimento ficaram a cargo do diretor do Posto Médico e não do diretor do Instituto de Educação, que seria a unidade mais apropriada para tal?” (OTRANTO, 2009, p. 210). Otranto reconhece que a resposta para tal questão é difícil, pois em nenhum momento o fato foi questionado ao longo da reunião. O diretor do IE, Guilhermino Costa de Souza (docente do DEFD), presente na reunião, não se manifestou, sequer para reivindicar a parte pedagógica da Creche. A autora segue afirmando que “Tudo se passou como se o Instituto de Educação da UFRRJ não existisse, ou, como se a creche fosse uma instituição médica e não educacional” (p. 210).

Ao analisar o contexto histórico no qual está inserido este fato, podemos formular uma hipótese, que possivelmente explicaria o não posicionamento do diretor do IE diante da questão da Creche. Acreditamos que sua posição política de neutralidade seja explicada pela intenção de não entrar em embate com a reitoria, com a finalidade de manter seu cargo na Instituição. Pois, durante a Ditadura Civil-Militar a Universidade foi controlada, assim como a sociedade, com mãos de ferro pelos Reitores designados pelo regime ditatorial do Governo¹⁴. No período que aconteceu a reunião, quando a Creche foi proposta, ano de 1980, alguns professores e alunos da UFRRJ estavam em greve, reivindicando principalmente a volta do professor Walter Motta Ferreira, do IZ, que havia sido demitido pelo citado reitor,

¹⁴ Para aprofundamentos sobre esta temática consultar a obra de Otranto: **Uma viagem no túnel do tempo. A Ditadura Militar vista de dentro da Universidade**. Ed. da UFRRJ, 2010.

por “comportamento considerado desrespeitoso” (OTRANTO, 2009, p. 191). Neste sentido, podemos supor que o diretor do IE tenha se reservado para não contrariar o poder instituído e ser prejudicado profissionalmente.

Otranto (2009, p. 210) continua analisando que:

Isso tudo pode ser visto como um indício de que a Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro ainda não havia incorporado, de fato, o Instituto de Educação como uma de suas unidades ou, também, que a direção da UFRRJ não tinha ainda se conscientizado das verdadeiras atribuições do IE. Parecia que o Instituto, que havia sido criado por imposição do MEC, continuava a ser como um apêndice no interior da Instituição.

Com base no que foi exposto podemos acrescentar que tanto os empreendimentos voltados à graduação quanto à pós-graduação, eram boicotados, quer externamente ou até mesmo no interior do IE. A pesquisa e a extensão, essas eram esquecidas quase que completamente. Nesta direção, Otranto (2007) afirma que os impedimentos voltados para a criação do IE trouxeram um considerável prejuízo para o crescimento da área de Educação e para a Instituição como um todo.

Na década de 1990 encontramos na trajetória do IE uma proposta que foi feita com o intuito de “fortalecer” a área de Educação. A sugestão dada pela própria direção do Instituto foi transformá-lo em um Instituto Superior de Educação (ISE)¹⁵. O ISE teria um compromisso apenas com o ensino, através de formação inicial, complementar e continuada dos professores da educação básica. No entanto, após ampla discussão os docentes da UFRRJ (principalmente do DTPE) concluíram que o ISE não deveria ser criado, e sim, deveria ser dado um maior apoio e valorização às unidades universitárias existentes, afinal é delas a responsabilidade de garantir uma educação ampla e de qualidade para a sociedade (OTRANTO, 1999).

O *status* de menor importância dado ao IE persistiu por vários anos e também pôde ser constatado na pós-graduação, isto pode ser observado quando o “primeiro programa de pós-graduação *stricto sensu* da área de Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação Agrícola (PPGEA), foi localizado no Instituto de Agronomia, e não no Instituto de Educação, como seria natural em qualquer outra universidade brasileira” (OTRANTO, 2010, p.83). E o segundo programa de pós-graduação da UFRRJ, no nível de Mestrado da área de Educação, o

¹⁵ Os ISEs foram propostos na LDB – Lei 9.394/96 e os conselheiros do Conselho Nacional de Educação (através) do Parecer nº 53/99) os definiram “como centros formadores, disseminadores, sistematizadores e produtores do conhecimento referente aos processos de ensino e aprendizagem relacionados à educação básica e educação escolar como um todo” (apud VALLE, 1999, p.62).

Programa de Pós-Graduação em Educação, Contextos Contemporâneos e Demandas Populares (PPGEduc) existe devido a uma parceria entre o IE e o Instituto Multidisciplinar de Nova Iguaçu, que está em funcionamento desde 2006.

O PPGEA foi aprovado pela deliberação nº 22, de 22 de abril de 2003 em reunião do CEPE da UFRRJ. O programa objetiva “a formação e capacitação de docentes cuja função é o de formarem profissionais que atendam as exigências próprias do mundo rural, agrícola e agrário.” O programa conta com a parceria de instituições de ensino nacionais e internacionais, e o corpo docente é composto por professores dos diversos institutos da UFRRJ, bem como de outras instituições. (UFRRJ, 2014a).

O PPGEduc iniciou-se no primeiro semestre de 2009, e tanto os docentes do IE quanto os do IM foram responsáveis pela formulação do projeto do Programa. A primeira reunião do Colegiado aconteceu em 05 de setembro de 2008, no IM. O foco principal do programa está na formação, em alto nível, de pesquisadores na área de Educação, e comprometidos com demandas populares que emergem de diferentes contextos contemporâneos na Educação (UFRRJ, 2014b).

De acordo com publicação sobre o PPGEduc no sítio eletrônico da Universidade (UFRRJ, 2014b) a existência de dois mestrados na mesma área não seria prejudicial para a Instituição, tampouco para ambos, devido às diferenças existentes entre os programas:

É importante destacar que a existência de um Mestrado em Educação Agrícola não é conflitante com a proposta de criação do Mestrado em **Educação, Contextos Contemporâneos e Demandas Populares**, visto que os objetivos de formação são distintos, bem como o público-alvo e as áreas de concentração e linhas de pesquisa que os compõem. Diferentemente da anterior, a presente proposta se caracteriza por uma abordagem urbana, centrada nas demandas populares das periferias das metrópoles, mais especificamente da Baixada Fluminense, onde se situa geograficamente a UFRRJ, em seus campi de Seropédica e Nova Iguaçu. Em contraposição, a demanda do Mestrado em Educação Agrícola é voltada para a formação dos profissionais que atuam na rede federal de ensino profissional, mais especificamente das escolas agrotécnicas federais, e de uma demanda social interessada em pesquisar, de forma especial, a educação agrícola (grifo do autor).

Ao longo de sua existência, o IE vem contribuindo para a formação docente tanto no nível de graduação quanto no de pós-graduação. Na graduação, através do oferecimento de quatro licenciaturas. Porém o DPsi não oferece um curso de licenciatura, e sim o de bacharelado em Psicologia, mas colabora com disciplinas tanto obrigatórias quanto optativas

para as licenciaturas da Universidade, bem como para os demais cursos. Ainda no que se refere à graduação, o IE, especificamente o DTPE, oferece as disciplinas pedagógicas para todas as licenciaturas da UFRRJ. Quanto à pós-graduação, o Instituto ofereceu durante a década de 1980 até o início dos anos de 1990, o Curso de Especialização em Metodologia do Ensino Superior pelo DTPE. Em 1998, o mesmo departamento passou a oferecer o curso *lato sensu* Formação de Professores da Educação Básica: construção crítica do conhecimento, uma pós-graduação que visava a atualizar, prioritariamente, os professores das redes públicas de ensino sobre questões atuais da educação brasileira. Oferece também a disciplina Metodologia do Ensino Superior, que tem por finalidade subsidiar os pós-graduandos sobre a docência no Ensino Superior num amplo espectro. Com carga horária de 60 horas, é oferecida obrigatoriamente (Resolução nº 112, do CFE), aos cursos de Especialização e, optativamente, aos cursos de Mestrado e Doutorado. Mesmo após as modificações legais que tornaram a disciplina não obrigatória ela continuou sendo muito procurada pelos alunos, devido ao fato do colegiado dos cursos reconhecerem sua importância, decidindo por mantê-la em suas respectivas grades curriculares. (UFRRJ, 2014b).

Estas ações, evidenciadas em todos os graus do ensino, e ainda os projetos de pesquisa e extensão protagonizados por discentes e docentes dos departamentos que compõem o IE, vêm contribuindo para o crescimento e fortalecimento deste Instituto, que resiste seguindo na contramão da tradição agrária que tanto rendeu prestígio à Instituição.

Ainda no sítio eletrônico da UFRRJ, no trecho onde há o histórico do PPGEduc, faz-se uma menção à guinada qualitativa que a área da Educação e, conseqüentemente, o corpo docente da mesma área foi adquirindo a partir da década de 1970:

Na UFRRJ, a área da Educação vem sofrendo um incremento positivo de qualidade desde os anos setenta do século passado, seja através da capacitação do seu corpo docente, seja por sua atuação nas esferas do ensino, pesquisa e extensão da universidade. Dessa forma, ela vem criando condições para um novo e consistente programa pesquisa e Pós-Graduação, tão demandado pela região formada pela Baixada Fluminense.

Se na década de 1970 o setor do ensino foi valorizado na instituição, na década de 1990, um grande número de professores do Instituto de Educação constatou a urgência, ou premência, de qualificar-se para acompanhar o perfil institucional que então se configurava com a exigência do grau de Doutor para a maior parte dos pesquisadores e passar a formar um corpo docente apto e hábil para produzir e divulgar conhecimentos a partir do ensino e da pesquisa em nível de pós-graduação. Vários de seus professores lançaram-se à tarefa. (UFRRJ, 2014b).

Os professores buscaram melhores qualificações para agregar valor ao seu trabalho. No entanto, isso só foi possível porque o DTPE se organizou e estabeleceu a capacitação docente como meta. Também a administração superior os apoiou, dando condições para que esses docentes respondessem à demanda que “batia na porta” da Universidade brasileira, e de modo especial na UFRRJ.

Ainda no que se refere aos professores, principalmente os do DTPE, faz-se necessário mencionar um movimento que foi sistematizado a partir de meados do ano de 2002, que teve o objetivo de apresentar uma proposta de reformulação curricular da formação pedagógica dirigida aos cursos de Licenciatura da UFRRJ. Na época a Universidade tinha apenas oito cursos de Licenciatura: Biologia, Ciências Agrícolas, Economia Doméstica, Educação Física, Física, História, Matemática e Química.

A dita sistematização ocorreu a partir da necessidade em atender as determinações de três dispositivos legais básicos:

1. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN 9394/96), que em seu art. 65 determina “a formação docente, [...] inclui Prática de Ensino de, no mínimo, trezentas horas”. O que havia sido observado, na época apenas por dois cursos: Ciências Agrícolas e Física, reformulados para atender a esta determinação.
2. A Resolução CNE/CP, publicada em 18/02/2002, institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores da Educação Básica, em nível superior, curso de licenciatura de graduação plena. Determina ainda profundas alterações nos cursos, especialmente na estrutura de seus Projetos Político-Pedagógicos, e na construção de suas estruturas curriculares.
3. A Resolução CNE/CP 2, publicada em 04/03/2002, que institui a duração e a carga horária dos cursos de licenciatura de graduação plena, de formação de professores da Educação Básica em nível superior. A carga horária mínima é de 2800 horas e três anos letivos, com a mediação contínua da relação teoria-prática. (UFRRJ, 2002).

No documento criado fez-se menção a todos (seja documentos preliminares ou docentes da Instituição) que fizeram contribuições para a sua construção, como por exemplo, o apoio baseado nos registros das discussões realizadas no âmbito do DTPE, e ainda os documentos que foram resultantes das discussões ocorridas no Fórum das Licenciaturas, além

das sugestões feitas pelos coordenadores dos Colegiados dos Cursos de Licenciatura da Universidade. (UFRRJ, 2002).

Pode-se observar grande empenho do corpo docente da Instituição no atendimento aos dispositivos legais citados, pois como o próprio documento mencionou (UFRRJ, 2002, p. 03) “Os cursos que ainda não atenderam a LDBEN vigente acerca das Diretrizes Curriculares e legislação correlata, se encontram em situação ilegal, podendo responder pelo não cumprimento da Lei e acarretar sérios prejuízos aos formandos”. Outro elemento agregador para este empenho foi a convicção de que as disciplinas oferecidas pelo DTPE integram a área de Fundamentos da Educação, e colaboram para proporcionar conhecimentos, saberes e habilidades essenciais à construção da identidade do profissional da educação, no âmbito da UFRRJ e, ousamos acrescentar, em todas as instituições públicas e/ou privadas nas quais os professores formados pela Universidade venham a atuar.

O documento redigido pelo DTPE e apoiado por seus professores além dos professores de outros departamentos, atualmente não está em vigor, mas deu importante aporte para a Resolução 138 que foi elaborada pela administração superior da Universidade e está vigorando para todos os seus *campi* atualmente.

2.3. Os Departamentos e os Cursos de Licenciatura do Instituto de Educação

O Instituto de Educação da UFRRJ é composto atualmente por quatro departamentos: DTPE; DEFD; DPsi e DCAMPD (Departamento de Educação do Campo, Movimentos Sociais e Diversidade). Este último foi criado 2014, e composto em sua maioria por alguns professores oriundos do DTPE, que foram realocados para compor o novo departamento do IE.

O DTPE é o maior dos Departamentos do IE, sendo responsável por duas licenciaturas, além de fornecer a formação pedagógica a todos os cursos de licenciatura da UFRRJ. Conta, atualmente, com um total de 30 professores e oferece 118 disciplinas (destas, 89 serão oferecidas em 2015/I). Quanto ao número de alunos, no semestre passado 2014/II, o Departamento atendeu uma média de 2.049 alunos.

O DEFD é o segundo maior Departamento do IE, responsável pelo oferecimento de 47 disciplinas, contando, para isso, com 19 professores. O DPsi conta com 20 professores e é responsável pela formação no campo da psicologia de todas as licenciaturas da UFRRJ, e oferece um total de 30 disciplinas. O DCAMPD, o mais novo Departamento do IE é formado por 10 professores, responsáveis por 42 disciplinas (das quais só estão sendo ministradas atualmente 18, pois o Curso só tem duas turmas em andamento). O Departamento atende além da LEC, os Cursos de Pedagogia e LICA.

O IE oferece atualmente quatro Cursos de Licenciatura: Ciências Agrícolas, Pedagogia, Educação Física e Educação do Campo. Que passaram a ser vinculados diretamente ao Instituto de Educação, a partir das reformulações do novo Regimento Geral da Instituição, aprovado em 11 de outubro de 2011, e associado ao novo Estatuto da UFRRJ, que foi aprovado pelo CONSU em 28 de abril de 2011 (UFRRJ, 2012).

No ano de 1963, quando a UFRRJ era denominada Universidade Rural do Brasil, foi criado na Instituição um curso pleno e regular de Educação Técnica, que de acordo com Oliveira (1998) foi extinto em 1969, devido às exigências, principalmente, da Reforma Universitária de 1968. O comunicado nº 4 de 1970, que se refere a uma reunião do CONSU ocorrida em 11 de agosto de 1970, não menciona a extinção do curso, mas sim, informa a mudança de nomenclatura do curso de Educação Técnica para Licenciatura em Ciências Agrícolas (UFRRJ, 1970).

O Curso de Licenciatura em Educação Física foi criado a partir da deliberação nº 16 do CONSU do dia 09 de agosto de 1974. A primeira turma teve início no ano de 1976 (UFRRJ, 1974).

O Curso de Licenciatura em Pedagogia do IE teve início no segundo período do ano letivo de 2007, e sua aprovação aconteceu na reunião do dia 07 de agosto de 2006 do CEPE. Esta decisão está registrada na Deliberação nº 142 de 2006 (UFRRJ, 2006).

O Curso de Licenciatura em Educação do Campo (LEC) surgiu na Universidade através de um convênio com o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária/ Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária/ Ministério do Desenvolvimento Agrário (PRONERA/INCRA/MDA), conforme informações contidas na Deliberação do CEPE nº 82 de 18 de junho de 2010 (UFRRJ, 2010b).

A citada Deliberação traz ainda em anexo o Projeto Político-Pedagógico (PPP) do curso, e afirma que o objetivo do convênio era formar uma turma de 60 jovens e adultos

incluídos em projeto de Assentamento da Reforma Agrária para atuação em escolas do campo. A turma teve início em 2010 e a conclusão ocorreu em 2013.

No primeiro semestre do ano letivo de 2014, foi iniciada a primeira turma regular de Licenciatura em Educação do Campo, com entrada regular semestral. O curso foi institucionalizado como curso regular de graduação da UFRRJ a partir da Deliberação nº 55/CEPE do dia 30 de abril de 2014 (UFRRJ, 2014).

Não aprofundaremos os estudos sobre o curso de LEC nesta pesquisa, em virtude de estar fora do nosso recorte temporal, que se inicia no ano de 1968, com a Reforma Universitária, e termina no ano de 2010. Destacamos, ainda, que a primeira turma do curso, em 2010, não foi uma turma regular da UFRRJ, e sua primeira turma regular, com entrada semestral, se deu somente no primeiro semestre de 2014. Com isso nosso recorte temporal, como citado anteriormente compreendeu o período da Reforma Universitária até o ano de 2010, pois este é o ano em que a primeira turma do Curso de Pedagogia se formou, proporcionando a avaliação do mesmo pelo MEC.

CAPÍTULO III

OS CAMINHOS DA EDUCAÇÃO NA UFRRJ

*A história oral seria inovadora primeiramente por seus objetos,
pois dá atenção especial aos “dominados”, aos silenciados e
aos excluídos da história (...)
(Etienne François, apud Amado; Ferreira, 2006, p.4)*

3.1. Licenciatura em Ciências Agrícolas na UFRRJ: 50 anos (1963-2013)

Para tratarmos desta temática recorreremos, basicamente, ao estudo de Oliveira (1998); atas de reuniões encontradas na coordenação de LICA; entrevistas realizadas com professores que também são ex-alunos do Curso e algumas publicações referentes às questões vivenciadas pelos alunos do Curso. As informações foram complementadas com análises do momento histórico-político em que estavam inseridas as primeiras turmas.

Quanto ao contexto histórico de surgimento da educação técnica, que embasou a criação da Escola de Educação Técnica da Universidade Rural do Brasil (URB), que anos mais tarde deu origem ao Curso de LICA, citamos Gramsci (1968 apud OLIVEIRA, 1980, p. 48) que afirmou que, antes do maior e mais rápido desenvolvimento industrial da sociedade moderna, existia, de um lado, a “escola clássica” que transmitia a “cultura geral ainda indiferenciada” para a classe dominante, e, de outro, “escolas profissionais” destinadas à formação de variadas especializações do trabalho, que seriam direcionadas à classe subalterna. Porém, segundo o mesmo autor, esta separação não aconteceu de forma consciente, mas de “modo caótico, sem princípios claros”, fato que não era único da realidade escolar, mas um reflexo da “crise orgânica” que se vinha caracterizando. Em contrapartida, o rápido e contínuo progresso industrial necessitava da formação de modernos quadros de intelectuais, que fossem diretamente produtivos, ou seja, que estivessem em sintonia com o progresso. Esta necessidade não estava ao nível das escolas profissionais (trabalho manual) existentes, portanto, surgiu então, ao lado da escola clássica, a escola técnica (profissional,

mas não manual), o que colocou em discussão o próprio princípio da orientação concreta de cultura geral.

Oliveira (1998), em sua dissertação de mestrado esclareceu que elementos sociais, políticos e econômicos levaram-na a acreditar que a criação e consolidação da Escola de Educação Técnica na URB se tornaram realidade a partir da política educacional da década de 1960, especificamente através da LDBEN de 1961. A autora destacou, também, as fortes influências dos interesses político-acadêmicos do grupo de docentes das Escolas de Agronomia e Medicina Veterinária da URB, atual UFRRJ.

Recentemente, ao entrevistarmos a professora Lia Maria Teixeira de Oliveira, ela confirmou sua tese de anos atrás, descrevendo apenas com outras palavras o que encontrou a partir de seu estudo:

Penso que a expansão da URB (Universidade Rural do Brasil) e a consolidação dela como Universidade e não mais de duas ou três escolas superiores até então, foi a questão para criação da Escola de Educação Técnica. Depois da Reforma Universitária a partir de 1968 a legislação muda, quando as Escolas Superiores passaram à categoria de Cursos de Graduação. Então, em face de tantas outras necessidades administrativas e da legislação educacional envolvendo a criação de cursos, eu acredito que a UFRRJ e seus gestores tinham que ter saídas para que esta se mantivesse como Universidade. Daí é que eu sustento a minha tese de um oportunismo saudável entre a criação da Escola de Educação Técnica em 1963 e a transformação desta em Curso de LICA depois da Reforma Universitária. Tendo os Agrônomos e os Veterinários então ficaria mais exequível a contratação de professores com formação pedagógica. Outro fato, em específico, é que havia um plano de expansão do ensino técnico agrícola e os agrônomos e técnicos agrícolas não tinham formação pedagógica como a LDB/1961 já anunciava e depois a Lei 5692/1971. Uma conjunção de fatores confluiu para isso. (Entrevista 7 – Apêndice 7)

Ao questionarmos nosso outro entrevistado, o professor Tarci Gomes Parajara, sobre a importância da LICA para os cursos tradicionais da Universidade, visto que estes apoiaram sua criação, o professor concluiu:

[...] a importância da criação do curso: Escola Nacional de Educação Técnica – mais tarde Licenciatura em Ciências Agrícolas, **deveu-se na medida da manutenção do status de universidade adquirida pela junção das antigas Escolas Nacionais de Agronomia e Escola Nacional de Medicina Veterinária**, e que por essas legislações só se manteria com a criação de outros cursos em outras áreas do conhecimento [...]. (Entrevista 6 – Apêndice 6. Grifo do entrevistado)

No que se refere à criação da própria URB, a LDBEN com base no artigo 79 favoreceu a criação de novos cursos e a expansão das Universidades. Portanto, em 1963 as

Escolas de Agronomia, Veterinária, Educação Técnica, Educação Familiar e Engenharia Florestal uniram-se, compondo o mínimo de cinco cursos, estipulado pelo artigo 79 da Lei, e organizaram a URB. Ao analisar tal ação, Oliveira (1998, p. 31-32) avaliou que “o artigo 79 contemplou as expectativas político-acadêmicas de um grupo de renomados catedráticos e livre-docentes da área de Ciências Agrárias.” A autora não cita claramente quais eram as expectativas o grupo, mas de acordo com o texto, leva-nos a concluir que era desejo dos docentes corroborar o padrão de excelência das Escolas, através de sua elevação à categoria de Universidade, sem a incorporação de outras Escolas estranhas e/ou distantes. Esta estranheza e distância são referentes a aspectos físicos e, principalmente, ideológicos, provenientes das Escolas de Agronomia e Medicina Veterinária. Nossa impressão foi confirmada quando constatada, em outra parte do estudo, a afirmação da autora:

Acreditamos que tanto a URB, posteriormente UFRRJ, quanto o Ministério da Agricultura estiveram unidos à finalidade de um projeto político para ampliação de novas carreiras para o ramo do ensino agrícola superior. Objetivavam consolidar numa instituição padrão, um modelo de formação de professores que fora solicitado pela política educacional, e que também contribuisse para manter o status de Universidade Rural, nos moldes até então consagrado. (OLIVEIRA, 1998, p. 39).

Quanto à legislação, a autora complementou informando que a LDBEN de 1961 e o Parecer CFE nº 12/67, indicavam cursos especiais de Educação Técnica, com ênfase na complementação pedagógica, tais cursos proporcionariam uma rápida formação de professores para atuação no ensino técnico. Diferentemente disso, a URB adotou outra política e criou um curso superior na Escola de Educação Técnica.

A Escola foi criada em 1963 e extinta em 1969, sob a influência das reformas educacionais de 1968 (Lei 5.540, reforma universitária) e de 1971 (Lei 5.692, reforma do ensino de 1º e 2º graus), que estruturaram os cursos de formação de professores pelas Licenciaturas. O objetivo da Escola de Educação Técnica “era formar um professor que formasse um técnico agrícola comum ao perfil de agente de produção”. Ou seja, um técnico agrícola que pudesse desenvolver com presteza sua função de agente de produção e disseminador de técnicas agrícolas, ambas de extrema relevância para o incremento do modo de produção. A formação do docente se fazia ainda mais importante devido à escassez do profissional nos colégios agrícolas, implicando em muitos casos no fechamento destas instituições de ensino médio. (OLIVEIRA, 1998, p. 38).

Ainda quanto a LDBEN e aos seus desdobramentos a autora afirmou:

O artigo da LDB de 1961 instituiu nacionalmente as Escolas de Educação Técnica como *locus* de formação de professores para o ensino técnico agrícola, industrial e comercial. Com a promulgação da Lei, ficou estabelecido, no artigo 6º, que o Ministério da Educação e Cultura exerceria as atribuições cabíveis ao Poder Público Federal em matéria da educação escolar e universitária, e apenas o ensino militar seria regulado por **lei especial**. A partir desse momento, o ensino agrícola nos três níveis passaria à jurisdição do MEC e suas instâncias.

No entanto, este artigo vigorou efetivamente no ensino agrícola em 1967 quando, por meio do Decreto nº 60.731, foi extinta a SEAV (Superintendência do Ensino Agrícola e Veterinário) do Ministério da Agricultura. Desde então o vínculo neste ramo do ensino estaria delegado à Diretoria do Ensino Agrícola (DEA) do MEC.

Após este decreto, os casos relativos ao ensino técnico agrícola, à formação de seus professores e os programas de profissionalização ficaram sob a jurisdição da DEA. Para os assuntos pertinentes ao nível e ensino superior, dos cursos de ciências agrárias, as decisões deveriam passar pela Diretoria do Ensino Superior e estavam vinculados às Escola/Faculdades/Universidades que, face à LDB de 1961, gozavam de autonomia didático-científica e administrativa. (OLIVEIRA, 1998, p. 21. Grifo da autora).

Capdeville (apud OLIVEIRA, 1998) estudou o ensino superior agrícola e evidenciou que a LDBEN de 1961 projetou esta área para o ensino superior, porém as mudanças foram pequenas e ocorreram lentamente. As mudanças mais notórias foram as transformações de algumas Escolas de Agronomia e Veterinária em Universidades Rurais, como foi o caso da URB, atual UFRRJ.

Chegando ao nosso recorte temporal, o ano de 1968, quando foi promulgada a Lei 5.540, Oliveira (1998) informou que a partir de então, sob a influência da citada Lei, ocorreram mudanças no processo de formação do Curso e até em sua nomenclatura, que passou à denominação de Curso de Licenciatura em Ciências Agrícolas (LICA). Quanto a isto, citamos o Comunicado nº4 de 1970 (Anexo 2), que resolve no parágrafo VI aprovar a mudança de nome da Escola para Curso de LICA. Em 1971, novas mudanças foram necessárias, em decorrência da Lei 5.692, que reformulou o ensino de 1º e 2º graus, este último, principalmente, com o foco na educação para o trabalho.

A Instituição em análise também passou por mudanças de denominação, de Universidade Rural do Brasil (URB) para Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ), nomenclatura assumida até os dias atuais, além da mudança ministerial, do

Ministério da Agricultura para o Ministério da Educação e Cultura, conforme já mencionado no Capítulo I deste estudo.

Oliveira (1998, p. 43) elenca alguns fatores que contribuíram para a implantação do Curso de LICA na UFRRJ: “O desenvolvimento, a expectativa do Estado pela modernização do setor agropecuário e a divisão das carreiras profissionais das ciências agrárias foram processos que associados contribuíram para a institucionalização do Curso [...]”. Este contexto político, econômico e social atrelado às mudanças propostas pela legislação contribuíram para as adaptações ocorridas no Curso e na Instituição, demonstrando que há empenho dos atores quando os resultados lhes parecem favoráveis.

Neste sentido, após a implantação da Lei de Reforma Universitária, a estrutura curricular do Curso de LICA passou a contar com disciplinas oferecidas por 21 departamentos em 9 institutos. Havia todo um cuidado para que as diferentes atividades oferecidas pelos departamentos, que compunham os Institutos, estivessem sempre em consonância com as diretrizes dos cursos e da própria Instituição (OLIVEIRA, 1998). Vale ressaltar que o Curso de LICA perpassava todos os institutos da Universidade (que na época eram um total de nove), isto certamente proporcionava ao Curso uma ampla visibilidade dentro da Instituição. Também nos pareceu haver uma preocupação ímpar com a quantidade e a qualidade da formação dos alunos do Curso.

A preocupação também se estendia aos egressos como podemos ver a seguir:

Mediante a legislação vigente, em 1969, a Reitoria da UFRRJ encaminhou ao CFE um documento com duas solicitações. A primeira solicitava o direito das turmas da Escola de Educação técnica de 1967 em diante de se registrarem profissionalmente no MEC. A segunda dizia respeito à regulamentação do currículo dessa Escola.

A resposta do CFE foi emitida somente em 1970, pelo Parecer nº 337, quando a Escola de Educação Técnica já havia passado a Curso de LICA. No Parecer, o CFE aprovava o primeiro pedido e negava o segundo.

A negativa do CFE centrou-se nas disciplinas do currículo, pois considerava as disciplinas inadequadas aos objetivos do curso. Questionou as inúmeras disciplinas de conteúdo específico, muito semelhantes as disciplinas do Curso de Engenharia Agrônômica. Segundo esse parecer 337/70, “A semelhança é evidente o que torna confusa a finalidade do Curso: formar professores para o magistério de grau médio? ou formar agrônomos? Aliás, a própria Universidade reconhece ecletismo na formação dos futuros mestres atribuindo o despreparo do mercado de trabalho para destinações específicas”. (OLIVEIRA, 1998, p. 62-63)

Oliveira (1998) completou ressaltando que após formação de comissão para nova apelação junto ao CFE, ficou constatado que naquele período o Curso ainda era constituído por uma maioria de disciplinas provenientes da Escola Nacional de Agronomia, e outras mesclas de disciplinas pedagógicas que garantiam a formação dos professores no ramo agrícola. Com as mudanças para o atendimento da Reforma Universitária a grade foi sendo adequada, e após novo envio ao CFE através do Parecer CFE nº 4062/74 o curso de LICA foi regulamentado.

Em alguns exemplares da Revista da Associação Brasileira de Educação Agrícola Superior (ABEAS), encontramos artigos que revelavam as dificuldades vivenciadas pelo Curso.

Como exemplo, podemos citar o estudo de Akiba (1985), onde a autora preocupou-se em analisar os motivos da falta de interesse dos alunos nas disciplinas de Didática Especial e Práticas de Ensino I e II, do Curso de LICA. A autora, também professora das disciplinas, evidenciou que no período de 1979 a 1982 os alunos que frequentavam as disciplinas eram oriundos do vestibular unificado (CESGRANRIO), e estes, tinham tido formação média diferente da técnica agrícola, e vinham, em grande parte, da zona urbana. Ela ainda avaliou que, talvez, por essas razões, muitos não tivessem vocação agrícola. Portanto, o vestibular unificado configurava um problema que afetava diretamente os cursos da área Agrária na UFRRJ, e ainda, especificamente quanto à LICA, muitos estudantes selecionados escolheram este Curso como segunda opção, e estavam apenas aguardando a possibilidade de mudança para o seu curso de interesse.

Outro agravante observado pela autora foi a falta de vocação para o magistério, apresentada pelos alunos oriundos do vestibular unificado. Quando chegavam a cursar as disciplinas do IE, consideravam as mesmas irrelevantes e, conseqüentemente, apresentavam um rendimento muito ruim, tanto nas disciplinas teóricas, quanto nas práticas, e até mesmo nos estágios de extensão e/ou nos estágios curriculares do Curso.

A autora afirmou que este grupo de alunos não assumia o seu curso. “Sentiam-se marginalizados por toda a comunidade universitária, na medida em que ‘seu curso’ não oferecia a ‘tradição’ que outros cursos da Rural possuíam.” (AKIBA, 1985. p.132).

Em contrapartida, segundo a autora, os alunos provenientes do vestibular isolado¹⁶ eram interessados e comprometidos nas disciplinas, bem como, com as questões referentes ao Curso, no que se refere à sua própria formação, e ao mercado de trabalho. Eram ativos e críticos, sempre propondo melhorias e mudanças para o Curso diante dos demais dentro da UFRRJ. Portanto, ao longo do artigo, ficou evidente a intenção da autora e professora do Curso de LICA, em enaltecer a manutenção do vestibular isolado para preenchimento das vagas dos cursos da área agrária na UFRRJ e, principalmente, para a LICA.

Foi encontrada uma fala do professor Tarci, um de nossos entrevistados, enquanto aluno do Curso de LICA, em uma das Atas de reuniões consultadas, na qual ele destacava a importância do vestibular isolado para o Curso, ou “isoladinho” como era conhecido. Na entrevista concedida para esta pesquisa o professor também mencionou a temática, concluindo que era um processo de interiorização do acesso ao ensino superior, somada aos demais benefícios para o Curso de LICA. A professora Lia completou o exposto ao afirmar que o aluno oriundo do isoladinho era supermotivado (como já foi dito antes), o que não era percebido nos demais alunos. De acordo com a professora Lia, foram dez anos de convênio ininterruptos com a COAGRI, que foi extinta em 1985.

Soares e Oliveira (1993) buscam em seu artigo fomentar o debate sobre uma formação docente mais preocupada com a relação entre o conhecimento técnico-científico e a prática cotidiana, para que o profissional licenciado possa, no seu dia a dia, compreender a cultura da comunidade, e utilizar os avanços tecnológicos da ciência em benefício desta população, e não aos serviços daqueles que detêm o poder. Desta forma, dar-se-ia oportunidade à população, que munida dos conhecimentos e técnicas adequados poderiam contribuir para o desenvolvimento socioeconômico e cultural da população.

As autoras afirmam que tais encaminhamentos são de extrema relevância, principalmente no que se refere às suas aplicabilidades para o homem do campo, pois o trabalho do técnico em agropecuária é importante no sentido de melhorar as condições de vida do homem do campo. De uma maneira geral, a publicação visava a contribuir e motivar o

¹⁶ Era uma modalidade de seleção realizada através de convênio entre a UFRRJ e a Coordenação Nacional do Ensino Agropecuário – MEC (COAGRI). Este convênio foi assinado em 1980, e tinha o objetivo de atender os Cursos de Ciências Agrícolas e Economia Doméstica. Para tanto, buscava-se separadamente do CESGRANRIO (vestibular unificado) realizar inscrições e provas seletivas em variados locais do país, de preferência, em Escolas Agrotécnicas da rede COAGRI, com a finalidade de selecionar tanto no interior quanto na cidade estudantes mais identificados com os referidos cursos. (AKIBA, 1985, p. 133).

debate nacional sobre o ensino agrícola, em todos os seus níveis, a fim de definir de maneira concreta a criação de políticas públicas para a área.

Foi-nos possível perceber que durante o período de existência da Escola Técnica na URB, que era vinculada ao MAIC, a raiz das ciências agrárias era forte dentro e fora da Universidade. Quando a Escola dá lugar à LICA, a URB é nomeada por UFRRJ, o Departamento de Ciências Pedagógicas se transforma em DTPE, o Curso adquire um discurso pedagógico operado por sua nova vinculação ministerial, o MEC. Esta série de mudanças também trouxe modificações, como visto anteriormente, ao *status* da área agrária, e da própria Instituição em relação às outras, mas dentro da UFRRJ observou-se uma luta dos pares para que a “tradição rural” não perdesse sua força, pelo menos dentro da Instituição.

A Ata mais antiga encontrada no arquivo da coordenação da LICA é de 1967. Está nomeada por “Ata da 1ª Reunião do Conselho Departamental da Escola de Educação Técnica da Universidade Rural do Brasil, realizada no dia dezoito do mês de abril de mil novecentos e sessenta e sete na sala nº 21 do Pavilhão Central.” (URB, 1967, p. 01).

Os professores presentes representavam cada um seus respectivos departamentos, como: Biologia Animal; Ciências Pedagógicas; Fitotecnia; Horticultura; Biologia Vegetal; Clínica Veterinária e Genética. Além de um aluno do Diretório Acadêmico da Escola. A reunião foi presidida pelo diretor da Escola prof^o Rômulo Cavina.

O primeiro ponto da pauta da reunião propunha a discussão sobre o currículo do Curso. Ao longo da reunião, muito foi discutida a nomenclatura das disciplinas, a troca entre uma e outra nas diferentes séries, o acréscimo de disciplinas específicas à grade, o “enxugamento” da mesma etc. Um dos professores chama a atenção para a atuação dos egressos do Curso, que segundo ele, estariam responsáveis por promover o desenvolvimento do meio rural, portanto, as disciplinas deveriam estar voltadas a este objetivo. Ao final da discussão curricular a grade foi aprovada. A partir de um consenso, decidiu-se não discutir os demais pontos da pauta, e encerrou-se a reunião. Cabe destacar de não há outro registro de reunião neste livro, ou seja, somente esta reunião foi transcrita para o livro. (URB, 1967).

O segundo registro em Ata mais antigo arquivado na coordenação do Curso foi feito em outro livro, e é datado do ano de 1976, tendo como título “Ata da Reunião da Instalação e Posse dos membros do colegiado do Curso de Licenciatura em Ciências Agrícolas da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, realizada no dia 29 (vinte e nove) de setembro de mil novecentos e setenta e seis.” (UFRRJ, 1976e)

Nota-se que nesta reunião o Curso já foi registrado como Licenciatura, ou seja, já estava funcionando como um curso de graduação, em consequência de todas as mudanças já mencionadas anteriormente. Nesta Ata há o registro da Instalação e posse do Colegiado do Curso de LICA. Na época, a chefe do DTPE e também presidente da reunião era a professora Diva Lopes da Silveira. Registrou-se também em Ata que, os nove professores presentes na reunião iriam compor o Colegiado do Curso, e haviam sido escolhidos através de eleição em seus respectivos Departamentos.

A reunião seguinte ainda em 1976, e as demais em 1977 registram em suas pautas e discussões problemas referentes à grade curricular, como por exemplo, excesso de carga horária. Pela quantidade de vezes que o assunto esteve na pauta das reuniões, pode-se dizer que era uma preocupação para o Colegiado do Curso.

Na reunião do dia 02 de julho de 1985, presidida pelo então chefe do DTPE professor Flavio Ribeiro Teixeira, deliberou-se convidar as professoras Ana Maria Dantas Soares e Maria Alice Curvello Akiba (que escreveram os artigos anteriormente citados) para fornecerem subsídios sobre o delineamento do perfil do licenciado em Ciências Agrícolas, para a reunião do próximo dia 09, além da definição da participação das docentes nas reuniões do Colegiado com direito à voz e sem direito ao voto. Outra consulta a ser feita seria aos alunos do Curso, acerca de suas sugestões para o currículo do Curso. (UFRRJ, 1985a).

Como planejado o Colegiado se reuniu novamente no dia 09 de julho, e as professoras convidadas começaram a falar sobre o perfil do egresso em LICA. A professora Ana Maria iniciou sua fala questionando os presentes sobre o que eles entendiam sobre currículo, pois segundo ela, “antes mesmo de falar sobre o perfil do profissional que se quer formar, necessário se torna saber o que se entende por currículo, pois não adianta partir para uma prática se não se tem uma visão conceitual do problema a ser desenvolvido” (UFRRJ, 1985b, p. 09). Vários membros do Colegiado se manifestaram sobre o tema, e ao final a professora Ana Maria apresentou o conceito moderno de currículo, no qual existe uma sintonia com o contexto cultural e as relações homem-sociedade são respeitadas e refletem a necessidade de um planejamento participativo entre professores e alunos em prol da melhoria curricular. A professora Ana Maria acrescentou ainda: “os obstáculos ao desenvolvimento dos currículos, são de ordem administrativa, didático-pedagógica e de relacionamento interpessoal, além das barreiras ocasionadas pelos grupos de poder que se formam e emperram o trabalho.” (p.09). Já a professora Maria Alice comentou o papel dos egressos dos colégios técnicos agrícolas, no

que se refere às disciplinas profissionalizantes. Ao final da reunião foi deliberada a proposta de novas reuniões para que o Colegiado continuasse a tratar o tema, a fim de que se chegasse a estabelecer os passos reais para a constituição do perfil do egresso em LICA. (UFRRJ, 1985b).

Nas reuniões seguintes também identificamos preocupações do Colegiado referentes ao currículo. Para obter maiores esclarecimentos, questionamos nossos dois professores entrevistados que estiveram presentes em muitas das reuniões registradas, como é o caso da professora Lia Maria Teixeira de Oliveira, que presidiu muitas reuniões, e do professor Tarci Gomes Parajara, que participou de algumas reuniões na condição de aluno do Curso de LICA, e, em outras, como professor. Quanto a esta constante preocupação com o currículo da LICA a professora Lia respondeu:

Exatamente porque este curso precisava redimensionar currículo, profissão, áreas de conhecimento... incluir questões sobre extensão rural mais atualizada, desenvolvimento local, agroecologia e educação ambiental para uma agricultura familiar em um novo rural, com todos incluídos. (Entrevista 7 – Apêndice 7)

O professor Tarci fez uma associação do currículo do Curso com a identidade do mesmo e com sua inserção no mercado de trabalho “mercado, antes dominado por agrônomos que não conseguiam colocação na área da produção, ou técnicos agrícolas que descobriam a docência, não tão valorizada a ponto de ter curso específico.” O professor relembra que na década de 1980 a UFRRJ assinou um convênio com o MEC/Coordenação do Ensino Agrícola, ação amadurecida a partir da fase de valorização dos cursos técnicos inspirada pela consolidação da teoria do capital humano. O convênio objetivava trazer os egressos dos cursos técnicos agrícolas para a universidade, com a finalidade de formarem docentes para retornar às suas escolas e formar novos técnicos. O professor concluiu que estas questões associadas às necessidades do mercado de trabalho refletiam nas especificidades do currículo do Curso de LICA da Universidade, e completou, ainda, dizendo que:

[...] a comissão do antigo Conselho Federal de Educação textualmente recomenda à UFRRJ modificar o currículo do curso de cá para se aproximar com a proposta da Universidade Federal Rural de Pernambuco, esta, tal como a ESALQ de Piracicaba, preferia fazer uma formação docente do tipo 3 + 1, onde o aluno de qualquer curso das agrárias, fazia um ano de formação pedagógica ao final para sair com os dois diplomas, bacharel em... e Licenciado.

Por alguma razão bem específica da Rural RJ, isto foi contestado e optou-se ao longo dos anos por ser curso independente e dar a formação docente desde seu início, por isso por muito tempo se dizia que era o único curso de formação docente para o ensino agrícola do Brasil. (Entrevista 6 – Apêndice 6)

Perguntamos aos nossos entrevistados, que foram alunos e lecionam há anos no Curso de LICA, se eles identificaram algum benefício quanto ao *status* do Curso, visto que Cursos tradicionais e prestigiados na Instituição como Agronomia e Medicina Veterinária deram apoio a criação da LICA.

Não pelo contrário, esses embora tenham criado, eles criaram por oportunismo e assim sempre mantiveram certo controle ou sombreamento. Concordo até que tivessem renomes, mas o prestígio foi em grande parte garantido pelo trabalho dos professores e coordenadores de curso, diretores do Instituto de Educação ao longo dos anos juntamente com os alunos e alguns raros professores da agronomia, biologia. (Entrevista 7 – Apêndice 7)

O professor Tarci apontou mais aspectos negativos do que positivos quanto à tradição:

A impressão que tenho, até pelos depoimentos dos antigos alunos e de alguns egressos, isto nunca foi bem recebido por toda a comunidade universitária, sempre, acho que desde o nascedouro, se criou a sensação de um estranho no ninho. Esta tradição não conviveu muito bem com questões educacionais. Se pudesse apostar, o que não aconteceu em Lavras e na Esalq, foi justamente por essa resistência em parte do corpo docente e talvez, até no corpo discente. Convivi como aluno, com tentativas de desvalorização do curso de Ciências Agrícolas e até cooptação por parte de professores e alguns alunos, isto já no fim dos anos 80, e início dos 90. Logo, se pudesse apontar efeitos dessa “tradição”, seriam efeitos mais negativos do que positivos. Porém, do ponto de vista social, o apelo para um curso de formação de professores para o ensino agrícola, sobrepujou e muito essa resistência, uma vez que o sistema de ensino paulista durante os anos 70 e depois o sistema de ensino federal através da Coordenação de Ensino Agrícola do MEC durante os 80 procurou a Rural e garantiram nesses anos a inserção de seus egressos, provocando de fora para dentro essa valorização. Ainda hoje, é difícil ver liqueiro¹⁷ sem emprego ou trabalho. A capilaridade nacional da colocação desses profissionais, que encontraram colocações tanto no ensino técnico agrícola, quanto na educação familiar rural, abrangendo atividades além da sua formação técnica [...] (Entrevista 6 – Apêndice 6)

Tanto o professor Tarci quanto a professora Lia afirmaram que, enquanto alunos, não sofreram marginalização por terem cursado uma Licenciatura do IE, diante dos demais colegas da área Agrária, nem tampouco, enquanto professores perceberam algum

¹⁷ Quem está cursando ou já concluiu o Curso de LICA.

estranhamento dos colegas de departamento e/ou de Instituto quanto a receberem alunos da área Agrária em suas disciplinas pedagógicas.

A Rural nunca se pensou como uma universidade que buscasse ser um centro completo do conhecimento, sempre os cursos originais, mais fortes e tradicionais, exerceram tal força durante as últimas décadas da história da Rural, a fim de consolidar suas pós-graduações, de manter seu corpo docente e espaço, que pouco ou nada representava os demais que se criaram. Isto talvez mude com os efeitos do REUNI, já que as agrárias agora são uma pequena parte da Rural e a própria noção de universidade deixou de ser local e busca uma importância nacional. Durante os anos 90, quando as crises pelas vagas docentes se exacerbou nas universidades por conta das políticas neoliberais implantadas desde o governo Collor até todo o período do governo FHC, tais departamentos e Institutos tradicionais não perderam nenhuma vaga e a relação às aposentadorias precoces havidas na época, muito pelo contrário, questionaram outros espaços, inclusive o próprio Instituto de Educação que não apresentava a mesma “produtividade” acadêmica na pós-graduação ou titulação que eles. Estes por conta de seu poder tradicional, teve inúmeras vantagens de afastamentos para estudos no exterior durante os governos militares e com isso se consolidaram desde cedo. (Entrevista 6 – Apêndice 6)

A fala do professor Tarci, principalmente esta última, bem como as colocações da professora Lia estão em consonância com o que foi levantado sobre a UFRRJ no Capítulo I deste estudo, e ainda com o histórico do IE registrado no Capítulo II, pois suas falas denunciam o espaço limitado concedido ao IE, e à área de Educação como um todo na Instituição. O espaço concedido à área de Educação foi dado pela área Agrária para abrigar sim um curso de Licenciatura, mas uma Licenciatura totalmente voltada ao rural, tanto que sua grade foi criticada dentro e fora da Universidade por conter muitas disciplinas do Curso de Agronomia, chegando o curso a ser questionado quanto a sua finalidade: “formar professores para o magistério de grau médio? ou formar agrônomos?” (OLIVEIRA, 1998, p. 62).

O professor Tarci afirmou que a Escola de Educação Técnica criou o IE: “Pois tudo relacionado à educação começa com a Escola de Educação Técnica”. Portanto, mesmo a área de Educação recebendo incentivo ministerial e da legislação para existir, ficou subjugada por anos à área Agrária, na condição de “criatura”, crescendo somente em prol do crescimento e da manutenção do *status* agrário na Instituição.

3.2. Educação Física na UFRRJ: o surgimento e os porquês

De acordo com Otranto (2007, p. 05), na Ata do CONSU do dia 18 de maio de 1972 partiu do Reitor Fausto Aita Gai a proposta de criação do Departamento de Educação Física para compor o IE, além de atender a mais uma exigência do MEC. A autora afirmou ainda, que na ata estava descrito que o reitor “Propôs ‘a criação do Departamento de Educação Física, Esportiva e Recreativa subordinada ao Instituto de Educação’ e justificou sua iniciativa como ‘decorrente de imperativo legal’” (UFRRJ. CONSU. Ata da Reunião de 18/5/1972, apud OTRANTO, 2007).

A autora continuou relatando que na ocasião houve várias reações contrárias da comunidade universitária direcionadas à criação do Departamento, bem como à sua localização no IE:

Os questionamentos giraram em torno, principalmente, do objetivo de um provável Curso de Educação Física. Seria ele voltado para o “ensino de Educação Física ou para a prática da Educação Física?” (ibid.). O Reitor prontamente respondeu às indagações esclarecendo aos Conselheiros que era necessária a criação da “equipe de educação física, porque a lei determinava e porque o governo já havia feito recomendações nesse sentido” e, ainda, que deveria ser criado “um Departamento para este fim, localizado no Instituto de Educação” (ibid.). (UFRRJ. CONSU. Ata da Reunião de 18/5/1972 apud OTRANTO, 2007).

Ao discutir as falas presentes na Ata, Otranto (2007) registra a percepção da importância, para os militares, do direcionamento das atividades dos universitários para a Educação Física. Segundo a autora tal direcionamento tinha duas finalidades: ocupar os estudantes com atividades consideradas não subversivas e formar atletas universitários para competir com as demais instituições internacionais. Tal ideário foi amplamente aceito pela reitoria da UFRRJ, que não poupava esforços para cumprir as legislações impostas pelos governos militares.

A autora mencionou ainda que a partir da leitura da Ata é notória a ideia de que o CONSU (Conselho Universitário) não estava de acordo com a criação do IE, isolada do ICHS. Queriam um único instituto para as humanidades, uma vez que dois institutos poderiam representar mais poder para uma área considerada estranha à Universidade. Porém, o CONSU foi obrigado a aceitá-lo, e, para justificar sua existência, precisava criar novos cursos. Por isso, somada à obrigação em criar o IE e a determinação legal em criar o curso de

Educação Física, foi aprovada a criação do Departamento de Educação Física e Desportos (DEFD), para ser vinculado ao IE.

Em 1974, foi criado oficialmente o curso de Educação Física, através da Deliberação nº 16, de 9 de agosto de 1974 (Anexo 3) do CONSU. A primeira turma foi oferecida no vestibular de 1975, para início em 1976. E seu reconhecimento ocorre em 1979 pelo Parecer nº 1.211/79 do CFE, Decreto 1.704/79 – MEC. O curso de EF foi voltado para o ensino tornando-se, então, um curso de Licenciatura (OTRANTO, 2009).

Quanto ao DEFD e ao Curso de Educação Física (EF), encontramos no sítio eletrônico da UFRRJ informações sobre suas origens, e que antes da existência do Curso o Departamento já era responsável pela disciplina de Educação Física Curricular (IE 109), que era obrigatória para todos os cursos da Universidade, além disso, já era de responsabilidade do Departamento a gestão administrativa da praça esportiva da Instituição. Em 1976, o DEFD adquiriu outros contornos, devido à criação do Curso de EF. Com isso, passou a receber diversos docentes para distintas áreas de formação voltadas ao novo Curso (UFRRJ, 2014a).

Para a complementação do percurso histórico do Curso de EF foram feitas entrevistas com dois professores pioneiros do Curso e com uma ex-aluna que atualmente também é docente do mesmo.

Como dito anteriormente, na Introdução deste estudo, diferentemente do levantamento histórico dos demais Cursos, para o de EF registramos mais uma entrevista, na tentativa de compensar a falta de fontes primárias (atas) que não foram encontradas.

Quanto à disciplina IE 109, a professora Amparo Villa Cupolillo, que foi aluna no período de 1981 a 1985, e em 1997 regressou como professora lotada no DTPE, complementou que “quando acontece o golpe militar, se cria a disciplina Educação Física (IE 109), o departamento inicialmente surgiu para atender essa disciplina que era obrigatória para todos os cursos do ensino superior”. A professora também ressaltou a utilização da Educação Física numa visão esportiva na Universidade para atender à proposta do governo de controlar a força de reação da juventude:

Durante esse tempo todo, o departamento grande do tamanho do nosso (DTPE) [...], sem curso de graduação. Ele foi criado para atender a essa especificidade, que é uma especificidade que dá uma ideia do esporte como canalizador da força da juventude, da energia da juventude, que estava vinculada ao movimento estudantil, que foi um movimento de resistência ao golpe militar. (Entrevista 3 – Apêndice 3)

Segundo o professor Abimael Soler Garcia, um dos professores pioneiros do Curso de EF atualmente aposentado, em 1974 o Curso foi criado apenas “no papel”. Em março de 1975, ao ingressar na Instituição, ele participou da elaboração do currículo, da criação das ementas e programas do Curso, junto com os professores Jonas Correia da Costa, Romeo Lima da Graça, Celby Vieira e Rui Souza de Paula, todos coordenados pelo Professor Guilhermino Costa de Souza. O professor Abimael afirmou que os docentes citados formaram o primeiro corpo docente do Curso, que não foi iniciado logo após sua aprovação, mesmo com a estrutura da praça de esportes pronta na época, porque necessitava dos resultados do trabalho do grupo de professores para iniciar efetivamente sua primeira turma.

Cabe ressaltar que, quando o professor Abimael entrou na Instituição os demais já estavam lotados no DEFD, e eram responsáveis por ministrar as aulas da disciplina IE 109 para os cursos da UFRRJ. Com a criação do Curso de EF passaram a compor o quadro docente, e no decorrer do tempo novos professores foram contratados.

De acordo com o professor Abimael, no início do Curso, não eram permitidas turmas mistas, ou seja, compostas por meninos e meninas. Segundo ele, não existiam desportos mistos, só havia desportos na modalidade masculina, e estes eram proibidos para mulheres, como por exemplo, o futebol e o salto com vara. Somente as disciplinas teóricas de outros departamentos é que eram feitas de maneira mista.

O professor José Camilo Camões (a seguir o denominaremos apenas por Professor Camilo, como ele é conhecida na Universidade), que também compõe o grupo dos professores pioneiros do Curso, confirmou a informação e ainda acrescentou que em algumas disciplinas práticas de contato físico, como por exemplo, o judô, as próprias meninas faziam questão de ter uma turma separada, porque alegavam que normalmente se machucavam quando praticavam as atividades com os meninos.

A professora Amparo mencionou como motivo para a separação das turmas em gênero nas disciplinas práticas, a diferença entre as habilidades esportivas. Ela concluiu que “realmente naquele momento a gente tinha muita diferença na habilidade esportiva, especialmente no futebol.”

Sobre a realidade do Curso mencionada nas entrevistas, é possível afirmar que nos anos finais da década de 1970 e nos anos iniciais da década de 1980, o Regime Militar valorizava a Educação Física, mas não lhe atribuía importância cabível a um Curso de formação docente, e sim estimulava uma perspectiva esportiva com forte caráter competitivo.

Sobre este aspecto a professora Amparo afirmou:

A Educação Física no Brasil, como campo de conhecimento vem do movimento higienista do final do século XIX, logo depois os militares entram com bastante força nesse campo, e quando chega na década de 60 com o golpe militar o esporte invade a Educação Física de forma avassaladora então a gente se confunde: Educação física é esporte? Passam a ser quase sinônimos. (Entrevista 3 – Apêndice 3)

Com base nas informações coletadas, conclui-se que, com o golpe militar, a Educação Física ganhou esse caráter esportivo muito forte, e passou a ser utilizada pelo governo como uma ferramenta a favor dos seus interesses: formar quadros competitivos nas universidades e direcionar a atuação dos alunos para as competições, desvinculando-os do movimento estudantil e das ações contra o regime ditatorial militar.

Sobre este contexto, citamos Oliveira (2002) que fez uma interessante associação entre a prática da Educação Física institucionalizada e as ações de dominação de um grupo sobre o outro:

Segundo uma interpretação corrente na historiografia, o esporte, aliado à interferência governamental no desenvolvimento da educação física escolar, tornava-se referência praticamente exclusiva para a prática de atividades corporais no plano mundial, seja dentro ou fora da escola. Isso teria ocorrido, em parte, porque numa certa perspectiva o esporte codificado, normatizado e institucionalizado pode responder de forma bastante significativa aos anseios de controle por parte do poder, uma vez que tende a padronizar a ação dos agentes educacionais, tanto do professor quanto do aluno; noutra, porque o esporte se afirmava como fenômeno cultural de massa contemporâneo e universal, afirmando-se, portanto, como possibilidade educacional privilegiada. Assim, o conjunto de práticas corporais passíveis de serem abordadas e desenvolvidas no interior da escola resumiu-se à prática de algumas modalidades esportivas (OLIVEIRA, 2002, p. 53).

Neste caso, o esporte se relacionava com a ideologia do Golpe de 1964, que tinha a aptidão física como sustentáculo do desenvolvimento, além do espírito de competição, do ideal de coesão nacional e social, a promoção externa do país, o senso moral e cívico e o senso de ordem e disciplina. (BETTI, 1991, p. 161 apud OLIVEIRA; 2002).

Em sua entrevista a professora Amparo também revela uma informação interessante sobre a dinâmica do Diretório Central dos Estudantes (DCE), durante a Ditadura Militar: “Com a Ditadura Militar terminam os DCEs, mas as Atléticas tinham começado [...] então o esporte invade a Universidade e os cursos de formação”, deixando assim bem compreensível a intenção do Governo em neutralizar atividades contrárias à sua política nas instituições de

ensino superior, pois o DCE é uma entidade estudantil com o papel de representar o corpo discente e organizar suas lutas, então, fechando os DCEs e começando as Atléticas, ele passa a incentivar as atividades esportivas na Instituição, pois a Atlética é uma organização estudantil com o objetivo de fomentar o esporte universitário através da formação de equipes esportivas para participação em jogos universitários.

Com o fim da Ditadura Militar, a EF começa a perder o excessivo caráter esportivo e entra num momento crítico, em que passa a ser vista como um campo de conhecimento com crise de identidade muito forte, pois até então era um campo muito pouco fundamentado cientificamente. Com o surgimento de diversas publicações de autores clássicos dessa área, os cursos passam a ser modificados, no intuito de assumir um perfil mais voltado para a licenciatura, passando por reformulações curriculares, podendo assim incorporar uma nova concepção de Educação Física. Desse modo, no final da década de 1980 e início da década 1990, o curso sofre modificações, assumindo um perfil mais voltado para a Educação. (Entrevista 3 – apêndice 3).

Embora o Curso esteja classificado na área de Ciências da Saúde, na UFRRJ por vocação, desde sua criação, denota o perfil fortemente delineado e comprometido com a formação de profissionais para a atuação na área escolar. Um fato que demonstra esta vocação pode ser explicado pelos egressos que, em sua maioria, são aprovados em concursos para atuação na educação básica. (UFRRJ, 2014a).

Sobre a diferença entre os currículos do Curso, tanto para a formação docente quanto para a realização de esportes, a professora Amparo explica:

Quando eu fiz a minha graduação o currículo era um currículo esportivizante, até pela história da Educação Física mesmo, isso era muito comum, não era uma coisa da Universidade Rural, era uma coisa de praticamente todas as instituições de Educação Física brasileiras. A perspectiva de Educação Física brasileira era uma perspectiva esportivizante, e tinha umas pinceladas pedagógicas, na verdade, como a maior parte das Licenciaturas, e a Educação Física também... Esse currículo no qual eu fui formada era desse jeito [...] a gente vinha pra cá [para o IE], e fazia Organização da Educação (tinha esse nome), Didática e a Prática de Ensino. Era isso que a gente fazia, não tinha nenhuma Filosofia da Educação, professora de Educação, isso não existia. E a maior parte do curso era feita lá mesmo no Departamento de Educação Física, e as disciplinas eram esportivas... Tinha alguma coisa de Anatomia, Fisiologia, e assim, a base mesmo, o fundamento do curso era o esporte. Isso, quando eu retornei (como professora), o currículo já tinha passado por várias reformulações. E eu entrei numa época em que o departamento [Departamento de Teoria e

Planejamento de Ensino – DTPE] estava discutindo a reformulação das licenciaturas, em função das novas legislações, final da década de 90, que a gente teve a LDB, a resolução 1 e 2... O departamento tava num reboição muito grande, porque tinha que adequar os cursos a essas legislações. E eu entrei nessa turbulência, e pra mim foi muito bom, porque eu aprendi muito... [...]. (Entrevista 3 – Apêndice 3)

A fala da professora ilustra dois momentos distintos do Curso de EF, no que se refere à sua estrutura curricular, bem como sua sintonia com o momento histórico-político no qual estava inserido, ou seja, na década de 1980, e provavelmente na anterior (quando foi criado), o curso tinha uma identidade muito ligada ao esporte. Já na década de 1990, o curso passou por diversas modificações, principalmente influenciado pelas mudanças na legislação e a necessidade de adequação às novas diretrizes legais. Com isso, o Curso foi ganhando cada vez mais, uma identidade baseada na Educação, mantendo-se, portanto, um curso de Licenciatura, vinculado ao DTPE do IE.

Algumas disciplinas do Curso de EF eram realizadas em outros Institutos da Universidade, no entanto, as disciplinas mais específicas eram realizadas no próprio Departamento do Curso. O DEFD foi situado na Praça de Esportes da Universidade, e na época a infraestrutura esportiva era de ótima qualidade como afirma a professora Amparo:

Ah! A piscina era perfeita. O ginásio muito bom, mas a grande diferença era a pista de atletismo. Embora a nossa pista de atletismo fosse de areia, mas ela era pintada, totalmente pintada, as caixas de areia dos saltos eram preservadas, as raias pra corrida preservadíssimas, nós tínhamos barreiras, para as corridas com barreira, bastão pra fazer corrida com bastão, nós tínhamos os discos pra fazer lançamento de disco, os dardos pra lançamento de dardos, os pesos pra fazer arremesso de peso. [...] Ah! As salas de aula eram uma coisa precária, a parte de ginástica olímpica, todos os aparelhos da época eram zerados. Os dois professores, tanto de atletismo quanto de ginástica olímpica eram ex-atletas, então muito preocupados com isso. Nossa prova de ginástica olímpica era com o ginásio fechado. Era um acontecimento! Havia um grande investimento nessa parte. (Entrevista 3 – Apêndice 3)

O professor Camilo, também descreve a infraestrutura do local onde ocorriam as aulas práticas e faz uma comparação com a atualidade, e situação de abandono que se encontram:

Por incrível que pareça era muito melhor do que estamos vivenciando hoje, a piscina era perfeita, as quadras estavam arrumadas, o ginásio sem problema, e como toda estrutura física como tempo ela vai se deteriorando, a Universidade não conseguiu manter, o nosso curso cresceu em quantidade e

qualidade, porem em estrutura física ela caiu bastante. [...] nosso espaço, nosso departamento era no ginásio de esportes. Ali nós tínhamos algumas salas, quatro salas na parte de cima mais uma ou duas salas na parte de baixo, e as demais disciplinas realizávamos em outros departamentos, outros institutos, como no próprio IE, Instituto de Zootecnia... Nós éramos nômades aqui, nós não tínhamos uma “casa própria”. As aulas teóricas eram em algumas salas do ginásio, e em alguns institutos também, e as aulas práticas no ginásio nas dependências esportivas. (Entrevista 4 – Apêndice 4)

Com base nas entrevistas realizadas, foi possível identificar que nesta época as estruturas para as aulas práticas do Curso de EF eram consideradas de excelente qualidade, em contrapartida as aulas teóricas eram realizadas em salas improvisadas, localizadas embaixo das arquibancadas do ginásio poliesportivo, mostrando assim uma maior preocupação com a parte prática e com as atividades esportivas do que com a parte teórica e/ou pedagógica do Curso. O professor Camilo concluiu: “[...] a universidade não conseguiu manter, o nosso curso cresceu em quantidade e qualidade, porém em estrutura física ela caiu bastante”. Esta é uma realidade constantemente denunciada pelos alunos e professores do Curso, mas que depende do esforço e organização da Instituição para que seja mudada.

O que era considerada uma praça de esportes de qualidade durante a criação do Curso e por mais algumas décadas seguintes, vem enfrentando nos últimos anos uma situação péssima em relação à manutenção e conservação das estruturas esportivas, dentre eles: parque aquático sem funcionamento por problemas na bomba da piscina; o ginásio anexo 2, quando precisou ser reformado, foi através do apoio de um deputado, atualmente a cobertura do ginásio está danificada oferecendo riscos aos alunos; o ginásio, anexo 2, foi construído seguindo o padrão de ginásio europeu e, devido ao calor do nosso clima, alcança temperaturas elevadas demais para sua utilização; a pista de atletismo que não foi modernizada para uma pista sintética está sendo usada em condições precárias.

Então, em 1992 surge o Currículo Pleno para o Curso de Graduação em Educação Física – Modalidade Licenciatura da UFRRJ, determinando o campo de atuação voltado para o ensino de 1º e 2º graus nas disciplinas da área da Educação Física, com uma carga horária de um total de 2.955 horas, incluindo a obrigatoriedade do estágio supervisionado e a duração mínima do Curso de 4 anos (UFRRJ. CONSU. Deliberação nº 91 de 20/08/92).

Segundo a professora Amparo, as reformulações curriculares forneceram uma conotação mais pedagógica para o Curso, no entanto, era necessário criar uma identidade para os cursos de licenciatura UFRRJ:

Em 97, [...] a Educação Física era praticamente o curso que tinha mais disciplinas pedagógicas, de todas as licenciaturas. Tanto que a gente tinha o estágio e as outras licenciaturas não tinham... Então as reformulações curriculares do final da década de 80 até o final da década de 90, foram reformulações que deram um caráter mais pedagógico, de licenciatura ao curso. Talvez porque ele não tivesse nenhum vínculo... fosse mesmo muito esportivizante... então, quando eu entrei (como professora), a Educação Física já tinha esse viés mais pedagógico, mas a gente precisava naquele momento (como departamento de educação do Instituto de Educação) criar uma identidade. Essa era a nossa preocupação, a criação de uma identidade para os cursos de licenciatura. Até para fazer as adequações às legislações. Então, nós tivemos muitas discussões... foi o momento em que o departamento [DTPE] teve mais discussões pedagógicas. (Entrevista 3 – Apêndice 3)

Nessa busca por uma identidade dos cursos de licenciatura, e da adequação com as legislações da época, foi necessário fazer algumas modificações, como por exemplo, na carga horária da prática de ensino, estágio e das atividades complementares. De acordo com a professora, na Educação Física aconteceu facilmente, pois o Curso já possuía uma carga horária para tal, então só foi necessário aumentar essa carga horária pedagógica, o que foi aceito facilmente pelos professores do DEFD, apesar de sempre defenderem a parte do bacharelado da formação, que são as atividades não formais (academias, clubes, entre outros). (Entrevista 3 – Apêndice 3)

A Educação Física da UFRRJ nos últimos anos está passando por um embate a respeito do campo de atuação do egresso. O Departamento do Curso defende uma Licenciatura ampliada, em que os formados possam atuar tanto na área formal (escolas), como na área não formal (clubes, academias). Porém, o Conselho Regional de Educação Física (CREF) é radicalmente contra, defendendo uma formação de licenciatura e de bacharelado separadamente, como acontece nas demais instituições do Estado do Rio de Janeiro.

Quanto a isto o professor Camilo esclareceu:

Olha, no que consta, pela Universidade, o nosso perfil é voltado para a Licenciatura, mas como é um perfil muito ampliado os alunos ainda tem condições e poderiam trabalhar também na área não formal, porém o nosso carro chefe mesmo é a Licenciatura (mas os nossos alunos vão ficar limitados, em termos de mercado de trabalho), porém nós estamos vivendo um momento difícil, em que o CREF (Conselho Regional de Educação Física) não aceita o nosso currículo como Licenciatura ampliada, porque eles seguem uma norma, uma determinação. Os nossos alunos que já estão no mercado de trabalho, não estão conseguindo mais renovar as suas carteiras, sua autorização. Embora tenhamos disciplinas voltadas para o Bacharelado,

o nosso perfil, nosso curso, é voltado para a Licenciatura. Nosso curso está ligado ao Instituto de Educação, eu não consigo desassociar qualquer professor dessa área, porque tem que ter uma base em educação, tem que ter qualificação para ai sim, ele poder trabalhar na academia ou não, só que em todo país a Educação Física está ligada a área de saúde, a nossa parece que é o único curso do Brasil que está ligada a área da educação. (Entrevista 4 – Apêndice 4)

O professor continua seu esclarecimento em tom de desabafo:

Uma preocupação que tem sido constante, torno a falar novamente, é sobre o Bacharelado e a Licenciatura. Se o nosso Conselho aceitasse como o nosso currículo é atualmente, não teria nenhum problema, só que a gente esta criando um problema sério... Eu não sei até quando a Universidade e os alunos vão resistir. Na minha concepção eu acho que tem que ter as duas qualificações, tem que ter uma visão de bacharel e uma de licenciado realmente, mas a gente esta contra o mercado de trabalho. Não estamos em consonância com o que a lei exige. Uma coisa é o que a gente quer, e a outra é o que a lei exige. Os alunos estão lá fora pedindo pelo amor de Deus pra que a gente resolva essa questão e isso está nos deixando muito preocupados, mas não depende mais do curso de Educação Física, depende da administração superior e do MEC. Isso ai está me deixando muito preocupado... Eu acho que não pode ser só bacharel ou só licenciando, tem que trabalhar nas duas áreas, mais a gente está indo contra lei e isso ai está me preocupando bastante, e acho que está preocupando a coordenação e a chefia do Curso de um modo geral. (Entrevista 4 – Apêndice 4)

Quando questionado se o Curso realmente consegue formar os alunos de maneira ideal nas duas áreas, Bacharelado e Licenciatura, o professor Camilo respondeu:

Em partes sim, só que hoje em dia não dá autorização, o aluno não pode trabalhar na área de bacharelado, que o curso é uma licenciatura e foi constatado pela própria avaliação do MEC que o nosso curso está “inchado” de disciplinas, ou seja, a gente esta com muita disciplinas do bacharelado, só que as condições físicas dos laboratórios não atendem. (Entrevista 4 – Apêndice 4)

Tal embate tem suas origens na própria história de divergências desse campo de conhecimento que é recente não só na universidade, como em todo o país. Apesar das transformações ao longo dos anos na Educação Física, novos embates dificultam a construção da identidade do Curso da UFRRJ. A maioria de seus docentes defende a visão da área da saúde e da educação juntas no que se refere à Educação Física. Esse embate ainda está em aberto e provavelmente deverá alcançar uma esfera jurídica para poder ser decidido qual

caminho irá seguir a Educação Física da UFRRJ. O que se espera é que esta decisão não tarde em acontecer, pois os primeiros e maiores prejudicados são certamente os alunos/egressos.

3.3. Criação do Curso de Pedagogia na UFRRJ: 30 anos de história

Sobre o Curso de Pedagogia em Seropédica iniciamos as entrevistas com a professora Helena Corrêa de Vasconcelos, pois ela participou como coordenadora em dois momentos distintos do curso no *campus* sede da Instituição. O primeiro foi na comissão para concepção e implantação do curso e o outro nos quatro anos iniciais do mesmo. A professora Helena é lotada no DTPE do Instituto de Educação, e ingressou na UFRRJ em 2003. Quando indagada sobre os motivos que teriam sido responsáveis pela não criação do Curso na década de 1970, fez questão de pontuar a diferença entre as duas propostas de criação, a dos anos de 1970 e a dos anos 2000, devido ao momento histórico-político em que estavam inseridos:

Mas este curso a que você se refere “caducou”... pelo tempo, pela atualização de legislação, por tudo. Além disso, eu acho que na época ele não tinha condição de ser implantado, pois se tivesse, teria sido implantado. Se agora foi difícil, muito difícil, exatamente por falta de condições, sobretudo por falta de corpo docente, imagina naquela época? Mas eu não saberia te dizer exatamente porque não foi implantado naquela época, pois eu estou aqui na Rural há apenas dez anos (Entrevista1 – Apêndice 1).

Já no primeiro ano de sua posse, a professora Helena foi convidada a integrar a equipe que pleiteava a criação do curso de Pedagogia na Instituição. Acreditando que poderia contribuir positivamente nas discussões ela aceitou o convite e paralelamente às atividades docentes, passou a coordenar a comissão para implantação do Curso. Já no primeiro ano de atividades, a comissão enviou para o Reitor da época o projeto de criação, mas não houve resposta. Sobre isso a professora declarou: “Só na administração dele o projeto ficou três anos dentro da gaveta. Pra mim, porque levou todos esses anos de chá de gaveta? Por que não era prioridade política na administração Superior?”. Com isso, podemos observar que mais uma vez o Curso foi negligenciado pela Instituição.

A professora Helena em sua fala enfatiza ainda o compromisso do ensino superior com a educação básica. Levando-nos a refletir sobre o ostracismo da Universidade em relação aos demais níveis da educação.

Não havia uma visão de alcance suficiente para perceber que enquanto universidade, esta instituição também tem compromisso com a educação básica, lá com a raizinha, a educação infantil... tudo mais... Não importa o ensino médio, se o ensino superior em si não tem compromisso. Eu só acho que o nível de alcance e percepção das pessoas eram tão restritos que elas não conseguiam ver ou alcançar isso. E talvez não havia um grupo com poder de sedução, poder de convencimento, pra dizer pra eles: “Olha... é importante esse curso. Ele já foi formalmente criado...” Isso seria importante, mas não tivemos isso (Entrevista 1 – Apêndice 1).

No final de sua fala fica expressa também a importância das relações políticas no âmbito de uma instituição. Como se faz necessária a ação de certos atores políticos na construção de “pontes” entre os diferentes grupos, para a conquista de objetivos em comum.

Otranto (2009) afirma que na década de 1970 a diretora do Instituto de Educação certificou ao CONSUNI que já dispunha dos professores para o Curso de Pedagogia. A lotação da maioria destes docentes era o DTPE que, na época, atendia aos poucos cursos de licenciatura oferecidos pela UFRRJ. A diretora, Maria Helena Mallet, também contava com os professores do DPOE (atualmente DEPsi). Em contrapartida, não sabemos qual era o número de pedagogos existentes no DTPE na época, pois como afirmou a professora Helena “Se agora foi difícil, muito difícil, exatamente por falta de condições, sobretudo por falta de corpo docente, imagina naquela época?”.

Buscando investigar ainda mais a situação de criação do Curso na década de 1970 consultamos os Livros Ata do DTPE. E mencionamos especificamente os relatos manuscritos das reuniões ordinárias e extraordinárias do departamento no período compreendido entre 13 de outubro de 1975 a 20 de março de 1980. Pôde-se constatar que nestes registros de quase 5 (cinco) anos de reunião departamental, o curso de Pedagogia foi mencionado apenas 4 (quatro) vezes. Além disso, foi observado descaso no trato do assunto, visto que em todas as vezes que o Curso foi citado, o assunto sequer foi discutido. Por exemplo, na reunião do dia 30 de janeiro de 1976, a então chefe do DTPE, professora Maria Cloris Magalhães de Almeida, retirou da pauta uma proposta de assunto a ser discutido na reunião, e colocou outra no lugar, que julgou ser mais urgente: o processo 9277/76 sobre o Curso de Pedagogia. No entanto, sua proposta não foi votada, e, outros assuntos não foram colocados em discussão. No final, foi marcada uma nova reunião para o dia 04 de fevereiro de 1976 (UFRRJ, 1976a).

Como combinado, reúnem-se novamente os professores para a reunião do dia 04, onde o segundo item mencionado como assunto da pauta é “a situação do curso de Formação de

Especialistas em Educação (Pedagogia)”. Após a divulgação da pauta, a professora Maria Cloris Magalhães de Almeida, lembra que o objetivo da reunião é a análise dos programas e assuntos que não foram discutidos na reunião anterior. Em seguida, professora Iacy Andrade Leitão, propõe discutir o assunto das eleições de chefia e subchefia do departamento. Em contrapartida, professora Maria Antonietta de Araújo Marinho salientou que deveria ser definida a agenda da reunião. Com isso, a professora Maria Cloris Magalhães de Almeida relatou novamente a pauta da reunião, sendo que desta vez não mencionou o ponto referente ao Curso de Pedagogia. Professora Iacy, opinou que a prioridade da reunião era discutir o problema da eleição de chefia do departamento, pois, segundo ela, a partir desta definição seria traçada a linha de trabalho para 1976. A mesma professora acrescentou ainda que, segundo notícias publicadas pelo jornal O Globo (edição de 31/01/1976), o Curso de Pedagogia havia sofrido modificações e Dr. Arthur (o reitor da época) prometeu trazer de sua viagem à Brasília o parecer do Conselho Federal de Educação sobre o assunto para a Diretora do IE, professora Maria Helena dos Santos Mallet, para em seguida ser devidamente submetido ao Conselho Universitário. Diante do exposto, opinou que o Curso de Pedagogia não deveria ser assunto naquela reunião. Professora Maria Clóris, sugeriu que deveria ser formado um grupo para estudar o assunto, porém nenhuma opinião foi dada quanto à referida sugestão, e mudou-se drasticamente de assunto, sem o mesmo ser votado ou sequer dado um encaminhamento (UFRRJ, 1976b).

Dias depois, exatamente em 16 de fevereiro de 1976 entrou novamente na pauta da reunião o assunto: “Estudo do currículo pleno do curso de Formação de Especialistas em Educação” (o pedido para tal assunto, foi proveniente de um ofício encaminhado pela diretora do IE, professora Maria Helena dos Santos Mallet). Porém, não houve tempo para discutir o assunto, e o mesmo foi deixado para a próxima reunião. Inclusive, foi dito que a próxima reunião deveria ocorrer o mais breve possível (UFRRJ, 1976c).

Com isso, foi agendada nova reunião para o dia 24 de fevereiro de 1976. Neste novo encontro, o primeiro item da pauta foi: “Apreciação do currículo de Formação de Especialistas em Educação”, porém, a pedido da professora Diva Lopes da Silveira o assunto foi deslocado quanto a sua ordem, ficando em segundo lugar, para que a professora Iacy pudesse chegar a tempo para discuti-lo com os demais. Curiosamente, mais uma vez, o assunto não foi discutido, a justificativa descrita na ata foi, “falta de quorum na reunião”

(UFRRJ, 1976d. p. 56). Esta foi a última vez que o Curso foi citado em todo o livro de atas, que tem registro até a data de 20 de março de 1980.

A partir destes relatos das reuniões departamentais ocorridas em meados da década de 1970 e início da década de 1980, é possível perceber que o curso não foi criado nestas décadas também por falta de interesse dos próprios professores do DTPE. Analisando mais cuidadosamente as referidas atas das reuniões é possível concluir que houve mais do que falta de interesse, houve de fato um boicote ao assunto Curso de Pedagogia em todas as reuniões. Tanto naquelas onde o assunto foi deixado para depois quanto noutras onde sequer foi mencionado.

Para refletirmos sobre este fato, utilizamos o pensamento de Bourdieu (1983, p. 89) que analisou a relação do campo científico com os outros campos e com seus personagens, bem como o interesse destes pelo assunto:

Um campo, e também o campo científico, se define entre outras coisas através da definição dos objetos de disputa e dos interesses específicos que são irredutíveis aos objetos de disputas e aos interesses próprios de outros campos (não se poderia motivar um filósofo com questões próprias dos geógrafos) e que não são percebidos por quem não foi formado para entrar neste campo (cada categoria de interesses implica a indiferença em relação a outros interesses, a outros investimentos, destinados assim a serem percebidos como absurdos, insensatos, ou nobres, desinteressados).

Para que um campo funcione, é preciso que haja objetos de disputas e pessoas prontas a disputar o jogo dotadas de *habitus* que impliquem o conhecimento e o reconhecimento das leis imanentes do jogo, dos objetos de disputas, etc. [grifo nosso]

A partir da contribuição de Bourdieu (1983), retomamos à declaração da Professora Helena, que questionou a existência de um número ideal de profissionais formados em Pedagogia lotados na Instituição na década de 1970, para lutarem tanto pela criação do Curso como pela sua implantação, visto que no início dos anos 2000, esta foi uma das maiores dificuldades para a implantação. Ou seja, se na contemporaneidade a falta de pedagogos no DTPE foi um problema real, o que se pode dizer sobre esta realidade há 30 anos, mesmo a diretora do IE afirmando que havia professores suficientes para iniciarem imediatamente o Curso?

Ainda sobre a citação de Bourdieu (1983), (especificamente o trecho grifado), relacionada aos fragmentos das atas do DTPE anteriormente citados, nos foi possível refletir que era uma vontade expressa da diretora do IE que o Curso existisse, e que não havia

interesse em comum dos professores pela sua criação, tampouco um ambiente político favorável para tal, pois havia pouca informação sobre os rumos do Curso nos âmbitos superiores da educação, além de problemas de ordem administrativa e econômica no interior da Instituição. Parece-nos que, no caso do Curso de Pedagogia, faltaram pessoas prontas a “disputar o jogo”.

Ao entrevistarmos a professora Lucília Augusta Lino de Paula, que colaborou na construção do projeto do Curso em Seropédica e da implantação da Pedagogia em Nova Iguaçu, ela faz referência ao momento político que o DTPE passara, e ainda suas mudanças físicas e administrativas. Este contexto, segundo a professora, influenciou a não implantação do Curso:

Eu acredito que os problemas políticos não são apenas macro, eles são referentes também ao momento que o Departamento Pedagógico (que originou o atual DTPE) estava vivendo, porque era um departamento que estava se instituindo, passando de Departamento Pedagógico para Departamento de Teoria e Planejamento de Ensino. A criação do Instituto, naquela época o ICHS e o IE eram um único instituto, e em meados da década de 1970 foi esse momento de separação em dois institutos distintos (Entrevista 2 – Apêndice 2).

Durante a entrevista a professora mencionou ainda como empecilho para o Curso a falta de vontade política dos professores do DTPE, fato este que já havia sido citado pelas demais entrevistadas. Portanto, ratifica-se este como um dos motivos para a não implantação do Curso logo após sua aprovação.

De acordo com Bloch (2001, p. 60), “nunca se explica plenamente um fenômeno histórico fora do estudo de seu momento”. Portanto, cabe ressaltar que tanto a Universidade passava por um momento político-econômico-administrativo ruim, quanto o então Departamento Pedagógico sofria dificuldades internas que prejudicavam diretamente a implantação do Curso de Pedagogia em 1976.

Quanto ao interesse dos professores do departamento pelo Curso, a Professora Lucília afirmou: “Qualquer criação de curso implica nos professores assumirem uma sobrecarga maior de trabalho até que o curso fique consolidado.” A professora continuou sua fala declarando como “falta de visão” dos professores da década de 1970, o fato de não apoiar o Curso. E esta problemática, segundo a professora entrevistada, também contribuiu para a tardia implantação do Curso na Universidade.

Não podemos deixar de considerar, também, o embate político entre a área Agrária e a nova área de Humanidades (subárea Educação) proposta pela legislação. Os estudos desenvolvidos demonstram o receio da área dominante de perder parte do poder já conquistado ao longo dos anos. Para a área agrônômica, a UFRRJ era rural e deveria continuar sendo rural. A Educação era somente uma concessão para que a Instituição se mantivesse como Universidade. Esse quadro geral de embate de poder na universidade não pode ser deixado de lado em nossas avaliações.

Continuando a entrevista com a professora Lucília, ela informou que quando o Curso voltou a ser discutido, aproximadamente em 1997, foi o período em que ocorreu uma renovação docente no departamento, já intitulado DTPE. Muitos professores se aposentaram, e novas vagas surgiram, sendo preenchidas através de concurso público, por novos professores, que entram na Universidade com novas ideias, renovando os ânimos e com a compreensão da importância de um Curso de Pedagogia para uma Instituição de ensino. Tal fato fica explícito através de sua declaração:

Foi uma grande renovação, com pessoas que estavam vindo de diferentes formações e com diferentes visões. Muitos destes professores tinham uma visão de que o DTPE não se consolidaria como departamento e como área, ou seja, a educação não seria forte como área dentro da Universidade se não tivesse um curso específico de Educação, no caso do Brasil, é o curso de Pedagogia (Entrevista 2 – Apêndice 2)

No final de 2004 houve uma eleição para reitoria, e em 2005 um novo grupo tomou posse, inclusive a vice-reitora era a professora Ana Dantas, pedagoga e lotada no DTPE. Com isso, a professora Lucília afirmou que tal contexto contribuiu para renovar o ânimo do grupo favorável à criação do Curso de Pedagogia, até porque, a própria professora Ana Dantas sempre foi a favor de sua criação.

Em contrapartida, a professora Helena relatou que houve sim uma conversa com a vice-reitora sobre o Curso, mas que “no princípio ela não se mostrou muito receptiva à ideia”. A professora também se recordou de outro fato, que, segundo ela, teria fragilizado a relação da comissão com a reitoria, que foi exatamente a ida da professora Lucília para o IM, pois ela havia iniciado o trabalho com a comissão e precisou se ausentar para dirigir o novo *campus* da UFRRJ em Nova Iguaçu. A ausência da professora Lucília representou uma perda significativa para a comissão, pois ela representava “uma grande força perante outras forças políticas da universidade”.

A professora Helena também destacou a ação do reitor da UFRRJ, na época, o professor Ricardo Motta Miranda, em favor da criação do Curso de Pedagogia:

Mas o Ricardo [Reitor Ricardo Miranda] prometeu que faria o possível, e então ele foi à Brasília, e falou... mas eles [MEC] disseram para o Ricardo que naquele momento tinha um projeto que estava sendo desenhado, e que no ano seguinte iria ser colocado em todas as universidades, e que a Pedagogia poderia ser contemplada, porque era um projeto de ampliação das universidades que veio a ser o REUNI. No final nós acabamos conhecendo o tal projeto que eles faziam um mistério danado, e que foi o REUNI. Mas acho que você já deve ter visto pela história do curso, que ele foi o último a ser implantado na Rural antes do REUNI. Então nós pegamos esta fase... isso com muita dificuldade, porque pra dizer assim: “vamos implantar, vamos colocar o vestibular”... isso porque quando a instituição coloca o vestibular você sabe que colocou o bloco na rua, não tem jeito. Para colocar o vestibular nós tínhamos que contar com um corpo docente mínimo, mas ao mesmo tempo nós já sabíamos, de antemão, as dificuldades do corpo docente, pois eram poucos pedagogos que nós tínhamos aqui no IE, e os poucos tinham outros compromissos dos quais não podiam abrir mão para se envolver com a implantação do curso de Pedagogia, então tudo isso acabou afetando e adiando um pouco a implantação, mas no momento em que a gente estava fazendo o projeto, nós tínhamos uma previsão das dificuldades... (Entrevista 1 – Apêndice 1).

Como visto na fala da professora Helena, o MEC pretendia contribuir para a implantação do Curso de Pedagogia na UFRRJ, através do REUNI, e foi exatamente o que aconteceu, no *campus* de Nova Iguaçu, no ano de 2005 (como pode ser visto no trecho grifado da próxima fala). No entanto, no *campus* de Seropédica os professores se orgulham ao dizer que o Curso de Pedagogia do DTPE foi o último a ser implantado antes do REUNI chegar à sede (de início só abrangia os novos *campi*), exatamente como forma de ressaltar a luta dos docentes pelo Curso.

A professora Lucília também relatou o processo de implantação de ambos os cursos, como pode ser visto na fala baixo:

Em 2005 esse projeto passa pelo CEPE – Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão, e não é aprovado, ele é aprovado no mérito, mas não é aprovado por que neste projeto nós dizíamos que para o curso acontecer eram necessárias quatro ou cinco vagas para professores, pois nós não tínhamos pessoal para ministrar algumas disciplinas específicas, e com isso o CEPE (nem chegou ao Conselho Universitário) avaliou que não poderia aprovar um curso se não havia ainda a contrapartida de vagas. **Concomitante a isso, a Universidade entra no programa de expansão do governo federal, só que esta expansão estava proposta apenas para a criação de novos campi, no caso da Rural o campus de Nova Iguaçu, então naquele**

momento, em 2005, a proposta de expansão de vagas e cursos era apenas para Nova Iguaçu. Com isso a reitoria anunciou que não haveria condições para criar o curso de Pedagogia em Seropédica, mas que em Nova Iguaçu haveria vagas para contratação de professores e o curso seria criado lá, e foi pré-determinado que o curso de Pedagogia seria um dos cursos do campus da Rural em Nova Iguaçu. Em 2005, nessa corrida para fazer os projetos políticos pedagógicos de 6 novos cursos, para o campus Nova Iguaçu, o projeto adotado inicialmente para Nova Iguaçu, foi aquele idealizado pela comissão do IE, só que com determinadas adaptações [...]” (Entrevista 2- Apêndice 2. Grifo nosso)

Neste trecho a professora Lucília afirmou a aprovação do Curso de Pedagogia primeiramente no *campus* de Nova Iguaçu, enquanto que no *campus* de Seropédica a luta pelo Curso continuava. Em 2006, o projeto é novamente apresentado no CEPE, e finalmente ele é aprovado, visto que o momento no Governo Federal era outro, ou seja, havia a intenção de propor vagas não somente para Nova Iguaçu, mas também repor as vagas surgidas através das aposentadorias no *campus* da UFRRJ em Seropédica, com isso o DTPE pôde ver seu Curso aprovado em 2006, e finalmente, com previsão de início para 2007, como pode ser visto na Deliberação nº 142 de 07 de agosto de 2006 (Anexo 4).

A professora Lucília em publicação recente sobre a Pedagogia na UFRRJ (PAULA et al., 2013), esclareceu que no segundo semestre de 2007 o Curso de Pedagogia foi iniciado oficialmente em Seropédica, primeiramente eram apenas sete (7) períodos, mas tanto o corpo discente quanto docente demonstrou a necessidade de aumentar a carga horária do Curso, como isso uma reformulação curricular foi proposta e aprovada, e o Curso passou a ser integralizado a partir de oito (8) períodos, ou seja, quatro (4) anos.

Um assunto de grande importância para a Pedagogia de Seropédica, e principalmente para o DTPE, assim como para a UFRRJ como um todo, foi a avaliação da comissão do INEP/MEC ocorrida em 2010, na ocasião da conclusão da primeira turma do Curso. A comissão de avaliadores concedeu ao Curso o conceito avaliativo máximo, ou seja, a nota 5,0. Este fato rendeu muitas comemorações no DTPE e também no IE.

Quanto a esta avaliação entrevistamos a professora Helena, pois ela participou ativamente deste processo. Ao ser questionada sobre os fatores que contribuíram para o sucesso na avaliação, ela disse que fez durante três anos, dez avaliações acerca do Curso de Pedagogia. Portanto, conhecia muito bem o instrumento no qual o Curso seria avaliado, no que poderia ser punido ou premiado. A questão que mais era cobrada providências da direção do IE, estava relacionada à acessibilidade, ou seja, dar condições mínimas para que

cadeirantes, por exemplo, pudessem utilizar o Instituto. A professora afirmou ainda que muitos fatores contribuíram para um resultado final proveitoso:

[...] O corpo docente altamente qualificado. Nós tínhamos uma gestão muito engrenada, depois que eu saí a vice ficou no meu lugar. A colaboração de muito professores, em detrimento de outros, claro, mas a contribuição grupal efetiva é um grande diferencial, pois estes professores estão sempre atentos, e com isso o trabalho de equipe foi algo que pesou muito. A proposta curricular foi feita a partir das disponibilidades eventuais dos professores, mas possibilita ao nosso aluno circular por outros espaços da universidade, vivendo experiências que lhes enriquece o currículo. Com isso conseguimos unir forças. No âmbito do DTPE eu acredito que havia uma vontade política para colocar o curso na rua. Contamos também com apoio do DEPSI, do DED, DLCS, enfim, contamos com muitas colaborações. E fizemos um ajuste da nossa proposta curricular às DCN, e as avaliadoras do MEC gostaram muito, da nossa estratégia de formação curricular (Entrevista1-Apêndice 1).

Destacamos que este movimento de promover alianças com outros departamentos do IE e até com departamentos de outros Institutos da UFRRJ, a fim de encontrar disciplinas oferecidas por professores daqueles departamentos que também pudessem ser oferecidas para a Pedagogia, rendeu muito trabalho à comissão de criação do Curso do DTPE, pois como relatou a professora Helena “Esse foi um movimento grande, demorado, porque a gente foi garimpar as disciplinas, e depois entrar em contato com os coordenadores e cursos, não só para a parte de obrigatórias, (...) mas também na parte das optativas”.

Este método de aproveitar disciplinas já existentes na Universidade, bem como seus professores, associado a um segundo aproveitamento que a professora Helena relatou que ficou conhecido como “o aproveitamento do que chamamos de carga horária residual dos professores, na verdade foi assim, um pouquinho de carga horária que cada um se dispôs a dar pelo curso”, estas duas estratégias foram cruciais para ampliar as possibilidades de que o Curso desse certo no *campus* de Seropédica. Esta dinâmica diferenciada contribuiu também para a avaliação positiva do Curso por parte dos avaliadores do MEC.

Neste sentido, cabe destacar que o Curso de Pedagogia recebeu conceito máximo em sua avaliação pela comissão do MEC, pois diferentemente do momento vivido na década de 1970 e seguintes até o início da década de 2000, o quadro docente do DTPE, agora renovado, reconheceu a importância de tal Curso da área de Educação para um departamento e instituto da mesma área, e este reconhecimento se deu através do esforço dos docentes do DTPE em ceder seu tempo “livre” para o Curso, e da coordenação de negociar com os coordenadores de

outros cursos que abrissem turmas para a Pedagogia. Foi um verdadeiro movimento em favor do Curso em Seropédica, quanto a isso, vale destacar a constatação da professora Helena ao afirmar “Enquanto em todo Brasil o curso de Pedagogia acabou puxando outras Licenciaturas, aqui na Rural o movimento foi inverso, foram outras Licenciaturas que puxaram e deram condições para que o curso de Pedagogia pudesse existir.”

A avaliação ocorrida em 2010, como dita anteriormente, foi motivo de muito orgulho e comemoração para o DTPE, contexto diferente dos anos de 2004/2005 onde todo este “terreno” era preparado. A professora Helena afirmou que a chefe do DTPE da época, professora Ana Cristina, buscou fazer articulações com a vice-reitora e com a decana de graduação, que era a professora Nídia, e que esta estava muito preocupada, porque a correlação de forças que vigia no CEPE naquela época era bem diferente da atual, e havia a possibilidade dos conselheiros não se sensibilizarem com a proposta do Curso, e com isso ele novamente não seria implantado. Diante desta dificuldade a professora Helena recordou:

Com base nisso, nós fizemos um *lobby* com alguns coordenadores de curso, diretores de institutos, com pessoas que estariam lá sentadas e ainda assim a Nídia pediu para que eu fosse ao CEPE fazer a apresentação do projeto. E eu fui fazer a apresentação, ou seja, eu e Ana Cristina estivemos presentes na sessão do CEPE que aprovou o projeto. Fiz a apresentação e ouvi elogios do tipo: “estou nesta universidade há tantos anos... e nunca vi um projeto tão bem elaborado. Então a gente não tem outra alternativa, vai ter que aprovar”... Com isso o bloco estava na rua. Vestibular e tudo mais... (Entrevista 1 – Apêndice 1).

Com base na história do Curso de Pedagogia do *campus* de Seropédica da UFRRJ, uma história permeada por negligências e preconceitos, não é com surpresa que recebemos a frase que aprova o curso “Então a gente não tem outra alternativa, vai ter que aprovar”. Esta frase anuncia e denuncia a total falta de interesse do Conselho em aprovar uma licenciatura da área de Educação, que tem por finalidade formar docentes e gestores para as instituições basilares que formarão os potenciais alunos do nível superior. No entanto, naquele momento, os professores do DTPE estavam prontos para “disputar o jogo” no sentido colocado por Bourdieu (1983).

Assim como foi difícil a aprovação e implantação da Pedagogia em Seropédica, sua trajetória também contou (e conta até os dias atuais) com muitas dificuldades. De acordo com a professora Helena, que foi a primeira coordenadora do Curso, a sala da coordenação da LICA, no IE, precisou ser dividida para acomodar a coordenação do Curso de Pedagogia. No

entanto, esta foi a menor das dificuldades, pois não havia nada: móveis, computadores, verba e etc. Com base neste contexto voltamos à frase “Então a gente não tem outra alternativa, vai ter que aprovar”. Ora, se não há como impedir que o Curso seja aprovado, vamos então boicotar a sua implantação. Será que esse era o plano? Não sabemos, o que sabemos e foi confirmado pela professora Helena, é que os docentes do DTPE estavam empenhados para que o Curso existisse de fato, tanto que houve muitas doações de materiais para o colegiado, e até para a brinquedoteca, que só foi criada porque cada professor doou um conjunto de brinquedos. A professora Helena em sua entrevista afirmou que a brinquedoteca estava prevista no projeto do Curso que foi aprovado, mas quando ela foi cobrar a administração superior a este respeito, foi informada que não havia verba para tal.

O IE não estava preparado para funcionar regularmente à noite, segundo a professora Helena, somente algumas disciplinas eram ministradas à noite para os cursos de História e Química, ou seja, não havia um curso funcionando todos os dias em período noturno no IE, o de Pedagogia seria o primeiro. Para isso, tiveram que ocorrer modificações no prédio, principalmente quanto à iluminação externa que era quase inexistente e prejudicava o acesso dos alunos ao Instituto.

Questões externas à Instituição também renderam problemas ao Curso de Pedagogia em Seropédica. De acordo com a professora Helena, mesmo a comissão divulgando o vestibular da UFRRJ e dando destaque ao curso nos municípios da redondeza, ainda assim as inscrições foram muito menores do que se esperava. No final do processo seletivo, das quarenta (40) vagas oferecidas, apenas dezoito (18) foram preenchidas.

A professora Lucília também mencionou esta problemática enfatizando que:

Houve uma grande tristeza ou decepção, pois se esperava uma demanda muito grande para essa primeira turma de Pedagogia, só que só tivemos aprovados 5 alunos, e para não ter uma turma muito pequena se fez um aproveitamento, pessoas que tinham o curso de Pedagogia como segunda opção, não passaram na primeira e foram convidados para integrar essa turma, que sempre foi uma turma pequena, creio que foi uma turma que não chegou a ter 20 alunos, foi também a única turma que começou no 2º semestre de 2007, 1 ano e meio depois da turma de Nova Iguaçu. (Entrevista 2 – Apêndice 2).

Quanto às diversas dificuldades que o Curso enfrentou a professora Helena desabafou:

(...) mas dói você lutar por algo que era uma vontade política no grupo do DTPE, e observar que isso não tinha repercussão, não tinha eco, na

universidade como um todo, em outras instâncias. O que não impediu que fizéssemos todo aquele esforço de articulação, mas na hora do pega-pra-capar a coisa pega. (Entrevista 1 – Apêndice 1)

A fala da professora Helena evidencia a falta de prestígio que durante muito tempo foi direcionada à área de Educação como um todo na UFRRJ.

Nos últimos anos a Instituição cresceu muito, e o Curso de Pedagogia somado às demais licenciaturas vêm contribuindo sobremaneira para que este crescimento esteja associado a um ensino, pesquisa e extensão de qualidade.

Paula et al. (2013, p.23) analisam que a UFRRJ conseguiu através da luta dos professores do DTPE criar o Curso de Pedagogia, tão esperado desde os anos 70. O recém-criado Departamento de Educação e Sociedade (DES) do IM, devido a um momento político favorável, se adiantou na criação do mesmo curso. Por isso, atualmente a Universidade tem dois cursos de Pedagogia em funcionamento. No entanto, a diferença não é observada apenas pela alocação nos diferentes *campi*, mas principalmente nas matrizes curriculares que refletem os olhares distintos dos professores que compõem o corpo docente de cada curso, bem como a realidade peculiar dos distintos municípios onde estão instalados os *campi*. Estes fatores contribuem para a criação de identidades e perfis diferentes dos “mesmos” cursos em uma mesma Instituição.

Evidenciamos que os obstáculos da década de 1970 foram bem diversos daqueles enfrentados nos anos 2000. Há trinta anos, os empecilhos nos pareceram mais políticos, por parte do próprio CONSUNI e do desinteresse dos professores dos Departamentos, principalmente do DTPE, que estariam envolvidos no processo. Isso não significa, porém, que a proposta da década de 2000 não tenha enfrentado, também, os entraves políticos para a criação do Curso de Pedagogia em uma instituição de tradição agrária. Porém, no segundo momento de proposta de implantação, as maiores dificuldades foram pedagógicas, por falta de horário do corpo docente existente e dificuldades para contratação de novos professores.

Entendemos que ao se posicionar contra a abertura do Curso de Pedagogia, a UFRRJ assumiu, por muitos anos, de forma velada é claro, a postura de também negar boa parte da educação. Postura esta contraditória, pois a UFRRJ é, acima de tudo, uma Instituição educacional.

Este estudo nos permitiu concluir que há uma relação cíclica na educação: Educação Básica – Nível Superior – Educação Básica. Por ser um ciclo não sabemos onde começa,

tampouco onde termina, pois é o licenciado que formará os alunos da educação básica, e por sua vez, são alguns destes mesmos alunos que futuramente ingressarão nas licenciaturas, para assim continuar o processo cíclico. Portanto, quando dizemos que a UFRRJ negou boa parte da Educação, ao negar a Pedagogia, entendemos que a parte da Educação Básica foi prejudicada neste ciclo, pelo fato da Universidade não dar a devida importância à formação do profissional que atuaria neste nível de ensino. Tal ação pode não ter efeitos na própria Universidade em curto prazo, mas em médio e longo prazo ela própria, a Universidade, poderá ser prejudicada por ações e omissões de sua trajetória.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como dito na introdução, o objeto de estudo, bem como a questão problema (que buscamos responder), foram surgindo gradativamente através das pesquisas que antecederam à atual. A temática nos pareceu ser uma escolha natural, visto que já estávamos inseridas no universo da pesquisa. As questões que surgiram foram sendo respondidas ao longo dos capítulos, porém nas considerações finais optamos por fazer um retrospecto dos pontos essenciais do estudo, bem como um breve aprofundamento das análises realizadas.

Por entendermos que a história da UFRRJ, desde sua raiz, a ESAMV, através de sua dinâmica com as legislações educacionais dos respectivos períodos, poderia contribuir para a compreensão das decisões tomadas pela Instituição ao longo de sua existência, decidimos compor o Capítulo I com a exposição desta história.

Partimos do Decreto nº 8.319, que no dia 20 de outubro de 1910 criou a ESAMV, e buscamos contextualizar as mudanças ocorridas na Instituição com as legislações educacionais e encaminhamentos políticos e sociais da época. Enfatizamos mais especificamente as décadas de 1960 e 1970, que foram anos de extrema relevância para a UR, que passou por várias mudanças, inclusive de nomenclatura, até adquirir o nome que conserva até os dias atuais.

Ao buscarmos a história do país, desde que se constituiu como uma nação, nos foi possível observar que a relação do homem com a terra sempre ocupou papel de destaque no Brasil. Um destaque que envolvia variadas questões, como as relações de trabalho (trabalho escravo e dos imigrantes), de compra e venda dos produtos agrícolas e de terras, do *status* que os donos de terra adquiriam diante da sociedade, etc. Estas questões foram relevantes para o estudo a partir da constatação da ampliação do espaço da agricultura no Brasil. A associação da agricultura ao desenvolvimento do país permeou o ideário nacional e ocasionou a criação do MAIC, em 1906. O MAIC instituiu a ESAMV para formação em nível superior, de seus quadros, ousando traçar os rumos do ensino agrônomo no país.

Assim foi criada a ESAMV, uma Instituição de educação superior agrônoma. Conforme já discutido no Capítulo I, ela não foi uma Instituição neutra, aliás, nenhuma instituição é neutra, pelo contrário, ela admitiu uma “eficácia própria”. Muitas instituições influenciam ou até mesmo respondem pelos direcionamentos políticos da sociedade, com o

único intuito de que os favoreçam. Portanto, a exemplo dos donos de terras, e de maneira não neutra, a ESAMV ao longo do tempo também buscou aliar-se a quem poderia garantir a manutenção do seu poder.

Neste sentido nos foi possível concluir que logo no início do século XX houve a necessidade de criação da ESAMV exatamente para prestar um serviço, principalmente no que se refere à formação de profissionais para comporem os quadros funcionais do recém-criado MAIC, além da evidente contribuição para o desenvolvimento da área no país.

A ESAMV foi criada para ser modelo nacional, e conquistou este *status*. Diferenciava-se das instituições congêneres, pois admitia seus discentes e docentes através de concursos, e não por indicações, o que lhe proporcionou quadros altamente qualificados.

A criação do MAIC, da ESAMV e o prestígio da Escola ocorreram no período da Primeira República do Brasil. Como constatado no Capítulo I, a nova situação política do país coroou a ascensão dos militares conquistada a partir da Guerra do Paraguai. Neste contexto, a República encontrou na área Agrária uma aliada favorável à sua estabilidade, e a área por sua vez aproveitou o apoio do novo regime para crescer.

Nos registros consultados foi-nos possível concluir que o poder da área Agrária na UFRRJ só esteve ameaçado diante das demais instituições educacionais do MEC, quando na ocasião a Instituição precisou se desvincular do MAIC e passar a ser submetida ao MEC.

No Capítulo II estudamos os anos finais da década de 1960 e início dos anos da década de 1970, em que a Instituição se adaptou à Lei 5540, Lei Básica de Reforma Universitária. Voltamo-nos especificamente para a história dos avanços e retrocessos do IE, e através do registro de fatos reais que marcaram essa história optamos por associá-los às contribuições dos intelectuais e das demais pesquisas consultadas para podermos gerar uma discussão sobre a área de Educação baseada na empiria.

Desde o princípio, definimos como objeto deste estudo, a dinâmica da inserção da área de Educação em uma Instituição de tradição agrária. Uma inserção que não ocorreu a partir de um “desejo genuíno” da UFRRJ, como citado na introdução, ou seja, não surgiu através de uma necessidade da Universidade de ampliar seu campo educacional, ou, o que seria ainda mais interessante, pela necessidade de uma aproximação da Instituição com a comunidade de seu entorno. Não, a área surgiu a partir de legislações externas à Instituição, e foi aceita justamente para não comprometer o seu *status* de universidade rural, ou seja, para não comprometer também sua tradição rural.

Com base no exposto, questionou-se: Como se deu o estabelecimento da área de Educação na UFRRJ?

Para responder a questão criada, partimos da seguinte hipótese inicial: A URB foi obrigada a criar a área de Educação.

Ao longo do estudo constatamos que a UFRRJ não foi obrigada a vincular-se ao MEC, assim também como não lhe foi imposta a área de Educação, pois havia a opção de que, caso não houvesse tais mudanças a Instituição seria incorporada a outras mais próximas, que já tivessem incorporado as orientações citadas na legislação. A obrigação em criar a área de Educação, se deu a partir da própria UFRRJ, que não admitiu perder sua autonomia e o *status* de Universidade duramente conquistado, para se ligar a outra instituição. Era como se não houvesse outra opção, ou seja, ela precisava/era obrigada por si própria, a criar a área de Educação para se manter como Universidade independente.

Constatamos que a área de Educação nunca ofereceu riscos ou ameaças à área Agrária, pelo contrário esta sempre oprimiu e marginalizou aquela, que por sua vez conformou-se com o lugar em que a colocaram, mostrando-se como uma estranha no “ninho agrário”. Em contrapartida, ao longo dos anos outras subáreas do campo das Humanidades, cresceram e colaboraram para o crescimento da Universidade, como é possível observar o caso do desenvolvimento do ICHS e do salto quantitativo do seu número de cursos e de seu espaço físico nos últimos anos, crescimento este que foi ampliado a partir dos recursos do REUNI.

Para compreender como o IE se estabeleceu após sua criação na UFRRJ, mesmo vivendo com alto nível de estagnação, comparado ao ICHS que foi criado junto com ele, nos valem da teoria de Certeau (1998) que nos apresentou as categorias “estratégia” e “tática”.

Tais categorias nos permitiram compreender e localizar as relações de poder existentes na Instituição. Também é válido ressaltar que as publicações de Otranto (2007; 2009) e de Oliveira (1998) foram de suma importância para que pudéssemos compreender a UFRRJ desde sua criação até a contemporaneidade. Já as entrevistas nos permitiram uma maior aproximação com os fatos através daqueles que os vivenciaram, neste caso professores da Instituição que são referências nas histórias dos seus respectivos Cursos, e alguns deles que também vivenciaram o outro lado, na condição de alunos.

A categoria estratégia apresentada por Certeau contribuiu para explicar em detalhes a atuação da área Agrária na UFRRJ. A história exposta pelas publicações consultadas e pelos relatos dos entrevistados somadas às características da estratégia tornaram evidentes as

relações de poder da área Agrária em relação à área de Educação. Por outro lado, a categoria tática pareceu ter sido desenvolvida para explicar o crescimento da área de Educação na UFRRJ, com o uso de características como a astúcia, no sentido de manter-se vigilante para identificar as possíveis aberturas e/ou falhas no sistema imposto para ali tentar se estabelecer. Isso foi mais visível no caso da criação do Curso de Pedagogia.

Outro aspecto importante, que destacamos ainda com base no mesmo autor, foi a astúcia da área Agrária para aceitar a Educação na UFRRJ. O fato foi evidenciado principalmente na estratégia de criação do IE, que foi condicionada à transformação da Escola de Educação Técnica em Curso de Graduação (LICA). O objetivo principal do Curso foi a formação de docentes para a atuação em colégios técnicos agrícolas, ou seja, um Curso de licenciatura que foi criado para dar vida ao IE servindo diretamente à área Agrária, e que ainda tem em sua grade uma quantidade considerável de disciplinas provenientes do Curso de Agronomia da UFRRJ. Neste sentido, como visto no Capítulo III, o Curso de LICA foi criado para justificar a existência do IE, ficando caracterizada a dependência vital entre a área de Educação e a área Agrária, como foi identificado pelo autor na relação entre seus conceitos de astúcia e estratégia, que utilizamos para ilustrar a conceituação e a dependência das áreas estudadas.

Todas as mudanças ocorridas nas décadas de 1960 e 1970 foram admitidas dentro da Universidade, sempre com a preocupação de se manter a sua tradição rural. Já apontamos o exemplo do seu primeiro curso de licenciatura, a LICA, que objetivava sim formar professores, mas professores para escolas técnicas agrícolas com currículo altamente inspirado e em alguns aspectos até mesmo copiado do Curso de Agronomia, levando o Curso a repensar constantemente sua identidade, seu currículo, como foi observado nos primeiros registros das reuniões de Colegiado Curso. Um Curso que foi julgado por muitos como complemento do Curso de Agronomia ou como uma possibilidade, depois de adequada reestruturação, de pós-graduação na área, porém o Curso de LICA seguiu resistindo às dificuldades e completou 50 anos em 2013. Demonstrou, em evento comemorativo da data, exaltação de sua história e muitas expectativas para o futuro dentro e fora da Instituição.

Nesta mesma direção também associamos os conceitos de *establishment* e *outsiders* definidos por Elias e Scotson (2000) com a relação de poder existente entre a área Agrária, *establishment*, e a área de Educação, *outsiders*. Pelo fato da primeira, ostentar uma tradição conquistada através dos anos e de seus méritos acadêmicos em detrimento da segunda, que

chegou muitos anos depois na Instituição e enfrentou dificuldades para ocupar seu espaço, não conseguindo se desenvolver desvinculada da área tradicional da Universidade. Constatamos que a colaboração recente do REUNI propiciou um grande crescimento das licenciaturas na UFRRJ, mas a maioria delas está lotada no ICHS, e nenhuma no IE, visto que o Curso de Pedagogia do IE foi o último a ser criado antes dos incentivos do Programa no *campus* de Seropédica.

Questões identitárias também permearam a história do Curso de EF, que foi criado na Instituição por interesse dos militares, em uma época de forte ditadura em todos os setores da sociedade, e na universidade ainda mais, pois era ela a responsável por criar e difundir o conhecimento. Neste sentido, ocupar os estudantes e cansá-los fisicamente, na concepção dos militares, provavelmente atrapalharia seus pensamentos revolucionários, além de disseminar outros valores como disciplina e competitividade.

Em outras palavras, o presente estudo contribuiu também para constatar que a criação do Curso de EF da UFRRJ, foi motivada por interesse do governo na época da Ditadura Civil-Militar, com o intuito de promover uma Educação Física no contexto esportivo, para atuar como um instrumento disciplinador e de prevenção da submissão dos jovens universitários ao governo da época. A mesma ideologia passou a ser disseminada na sociedade, à medida que esses profissionais formados na instituição iam se inserindo no mercado de trabalho, levando essa metodologia ao ensino de 1º e 2º graus.

A Educação Física era um campo do conhecimento ainda muito recente e sem muita fundamentação teórica, sua sustentação inicialmente na Universidade se deu, como visto acima, pelo respaldo do Governo Militar. Com o fim da Ditadura Civil-Militar, a falta de estruturação teórica gerou uma crise para a Educação Física. Por outro lado, essa crise incentivou as publicações de grandes pensadores sobre esse campo do conhecimento, fornecendo a oportunidade de ser pensada e construída uma estrutura para a Educação Física. Dessa maneira, deu-se início à busca por uma identidade do Curso na UFRRJ, no patamar mais pedagógico e menos esportivo.

Com o passar dos anos o Curso foi ganhando, cada vez mais, uma identidade baseada na Educação, firmando-se como uma graduação que habilita o aluno ao bacharelado, mas também para a licenciatura. Tal realidade vem sendo amplamente discutida em seu Conselho Regional, que tem feito pressão para que o Curso de EF da UFRRJ forme seus alunos em apenas uma das citadas modalidades, proposta que em nada interessa a grande parte dos

docentes e discentes do Curso. Esta é uma questão que não está concluída, e que certamente ainda renderá muitos debates.

Quanto à criação da área de Educação na UFRRJ, entendemos que as citadas legislações colaboraram com o processo. Porém, assim como a Lei 5540/68 favoreceu a criação da área na Universidade, os professores do DTPE, especificamente dos anos 2000, também criaram uma situação favorável à área, quando lutaram pela criação do Curso de Pedagogia.

A ação dos professores do DTPE em favor do Curso foi de extrema relevância para a sua criação, que se arrastava desde a década de 1970. Identificamos também reflexos dessa ação no IE, pois o Instituto conquistou sua primeira Licenciatura, fruto de uma demanda do corpo docente, e não de órgãos externos à Universidade, como aconteceu com a EF, ou por interesse da área Agrária como ocorreu com a LICA. Vale destacar que a luta dos professores do Departamento pela Pedagogia, foi inspirada por debates acerca do Curso e das adequações curriculares para as demais licenciaturas, promovidas por órgãos externos de referência, como a ANFOPE.

A renovação curricular das licenciaturas da UFRRJ (proposta de maior qualidade nas disciplinas pedagógicas), a mudança da administração da Universidade, os incentivos para a expansão universitária, as discussões sobre formação nas associações de classe e nas de pesquisa, dentre outros fatores contribuíram para que se formasse nos anos 2000 um contexto histórico, político e social fértil para o crescimento do curso de Pedagogia no país, e principalmente na UFRRJ. Diferentemente da década de 1970, em que havia uma incerteza sobre o curso no país, e tal insegurança foi mencionada em uma das Atas do DTPE, fazendo com que a criação do Curso de Pedagogia fosse excluída das pautas das reuniões. O novo século trazia novos estímulos para a educação.

Observamos que a UFRRJ, ao longo de sua história, buscou atender as determinações legais, baseada no princípio da não neutralidade, próprio das instituições, ou seja, suas ações de mudança e adaptação às legislações foram consentidas para que se conservassem as conquistas anteriores da Universidade.

Em outras palavras, a área de Educação foi criada na Universidade, mesmo sob alguns protestos, para que se mantivesse o que a Instituição conquistou ao longo dos anos – o título de Universidade – além de sua identidade como Instituição referência na área Agrária.

No entanto, mesmo com a oportunidade de criação veiculada pela legislação, o IE pouco cresceu comparado aos outros institutos (principalmente o ICHS que foi criado junto com o IE), o que refletiu na marginalização da área de Educação da UFRRJ.

Em contrapartida, nos últimos anos a área de Educação tem se firmado na Universidade. Muito ainda há de ser feito, isso é inegável, mas as conquistas da área devem ser registradas, pois se devem principalmente à união de alguns docentes do DTPE que resolveram “disputar o jogo” quando: se uniram para discutir a reformulação curricular das licenciaturas da UFRRJ; lutaram sem cessar pela criação do Curso de Pedagogia; se mobilizaram para adequar o Curso às normas do MEC para sua aprovação, que foi conquistada com louvor; reivindicaram a institucionalização do Curso de LEC (que culminou na criação do DECAMPD); se uniram ao DES/IM para a criação do PPGEduc, primeiro curso de mestrado em Educação vinculado ao IE.

Nesta direção, também é válido mencionar a luta da maioria dos professores do DEFD diante do CREF, a fim de legitimar a habilitação dos egressos do Curso de Educação Física em licenciatura e bacharelado, no mercado de trabalho. Uma formação peculiar diante das outras instituições, mas de grande significado dentro da UFRRJ, além de ampla sintonia com a história de criação do próprio Curso.

Resolvemos nomear esta parte da pesquisa com o termo “Considerações Finais” (diferente de Conclusão, comumente usado), pois entendemos que nosso objeto de estudo é dinâmico e vem crescendo nos últimos anos, apontando novos caminhos e possibilidades de análise. Essa continuidade histórica interferiu, inclusive, durante esta pesquisa, fazendo com que alguns dados ultrapassassem o recorte temporal designado à priori. Portanto, esta dinamicidade, nos impulsionou nomear os esclarecimentos obtidos com o estudo por um termo que o representasse.

Como dito no início, não pretendemos exaltar uma área de conhecimento em detrimento da outra, apenas buscamos entender a história da área de Educação e seu estabelecimento dentro da UFRRJ. Com isso, ousamos compreender o papel da Educação dentro da área de Humanidades e sua relação com a área Agrária. A partir desta compreensão desejamos que, em um futuro bem próximo, não somente a área de Educação rompa paradigmas, mas também as demais áreas do conhecimento, desde que, esses novos caminhos sirvam ao desenvolvimento da UFRRJ e à ampliação de seu acesso em quantidade e qualidade adequadas, além do crescimento da prestação de seus serviços à sociedade.

REFERÊNCIAS

AKIBA, Maria Alice Curvello. O vestibular isolado como solução dos problemas existentes nas disciplinas Didática Especial e Prática de Ensino do Curso de Licenciatura em Ciências Agrícolas. **Revista Educação Agrícola Superior**. Brasília – DF. v 3, n. 1, p. 131-134, mar. 1985.

AMADO, Janaína; FERREIRA, Marieta de Moraes (coord.). **Usos e Abusos da história oral**. 8 ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

BLOCH, Marc Leopold Benjamin. **Apologia da História ou O ofício do historiador**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

BOURDIEU, Pierre. **Questões de sociologia**. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1983.

BRASIL, **Coleção de Leis da república (CLR)**. Brasil; 1900 – 1933.

_____. Decreto nº 8.319, de 20 de outubro de 1910. Cria o Ensino Agrônômico e aprova o respectivo regulamento. **Diário Oficial da União**. Poder Executivo. Rio de Janeiro, DF, Seção 1, p. 9.139, 2 de nov. de 1910.

_____, Lei Ordinária nº 4.024, de 20 de dezembro de 1961. Fixa as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília: Presidência da República Subchefia para Assuntos Jurídicos. **Diário Oficial da União**. Poder Legislativo. Brasília, DF, Seção 1, p. 11429, 27 dez. 1961

_____, Lei nº 5.540, de 28 de novembro de 1968. Fixa normas de organização e funcionamento do ensino superior e sua articulação com a escola média, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**. Poder Legislativo. Brasília, DF, Seção 1, p. 10369, 29 nov. 1968.

_____, Lei Ordinária nº 5.692, de 11 de agosto de 1971. Fixa diretrizes e bases para o ensino de 1º e 2º graus, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**. Poder Legislativo. Brasília, DF, Seção 1, p. 6377, 12 ago. de 1971.

_____, Decreto nº 6.096, de 24 de abril de 2007. Institui o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais – REUNI. **Diário Oficial da União**. Poder Executivo. Brasília, DF, Seção 1, p. 7, 25 abr. de 2007.

_____, Ministério da Educação. **O que é o Reuni (2010)**. Disponível em: <http://reuni.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=25&Itemid=2> Acesso em: 27 de jan. de 2014.

CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano. Artes de fazer**. (Cap. III – Estratégias e Táticas) 3ª ed. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 1998.

CRUIKSHANK, Julie. Tradição oral e história oral: revendo algumas questões. In: AMADO, J.; FERREIRA, M. de M. **Usos e abusos da história oral**. 8 ed. – 5.reimpr. – RJ: Ed. FGV, 2006.

ELIAS, Norbert; SCOTSON, John L. **Os estabelecidos e os outsiders. Sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora, 2000.

FAUSTO, Boris. **História do Brasil**. 14 ed. Atual e ampliada. **São Paulo**: Editora da Universidade de São Paulo, 2012.

FAORO, Raymundo. O Renascimento liberal e a República (cap. XII). In: _____, **Os donos do poder. Formação do patronato político brasileiro**. 4 ed. São Paulo: Globo, 2008

FÁVERO, Maria de Lourdes de Albuquerque. A Universidade no Brasil: das origens à Reforma Universitária de 1968. **Educar**, Curitiba, n. 28, p. 17-36, Editora UFPR, 2006.

_____, **Universidade do Brasil: das origens à construção**. 2 ed. rev. e ampl. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2010.

FERNANDES, Florestan. **Universidade Brasileira: Reforma ou Revolução**. São Paulo: Afa-Omega, 1975.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4ª ed. 12. Reimpr. São Paulo: Atlas, 2009.

_____, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de Pesquisa social**. 4ª ed. São Paulo: Atlas, 2012.

GOUVÊA, Fernando César Ferreira. O primeiro decênio da Capes: uma campanha extraordinária (1951-1960). **Rev. Brasileira de Estudos pedagógicos**. Brasília v. 91, n. 229, p.528-542, set/dez. 2010.

GOUVÊA, Fernando César Ferreira; SOARES, Rafael José Galozi. Formação de professores e pesquisadores nos anos 1950 e 1960: as contribuições do Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais na gestão Anísio Teixeira (195-1964). In: OTRANTO, Celia Regina; DAMASCENO, Allan. **Políticas educacionais e formação de professores. Pesquisas em confluência**. Seropédica, RJ: Ed. da UFRRJ, 2013.

KOSELLECK, Reinhart. “Espaço de experiência” e “horizonte de expectativa”: duas categorias históricas (Cap. 14). In: _____, **Futuro passado: contribuição à semântica dos tempos históricos**. (tradução do original alemão: Wilma Patrícia Maas e Carlos Almeida Pereira. Revisão da tradução: César Benjamin). Rio de Janeiro: Contraponto: Ed. PUC – Rio, 2006.

LORIGA, Sabrina. A tarefa do historiador. (Cap. 1. Pg. 13-38) In: GOMES, Angela de Castro; SCHMIDT, Benito Bisso (Org.) **Memórias e narrativas (auto) biográficas**. RJ: Editora FGV, 2009.

MENDONÇA, Ana Waleska. Do pensamento pedagógico brasileiro à história das ideias e instituições educacionais. **Educação em Revista**. Belo Horizonte, nº 34, dezembro, 2001.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde**. São Paulo-Rio de Janeiro: HUCITEC-ABRASCO, 1992.

NETO, Otávio Cruz. O trabalho de campo como descoberta e criação. In: MINAYO, Maria Cecília de Souza (org.). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1994.

OLIVEIRA, Betty Antunes de. **O estado autoritário brasileiro e o ensino superior**. São Paulo: Cortez Editora: Autores Associados, 1980.

OLIVEIRA, Lia Maria Teixeira de. **A licenciatura em ciências agrícolas: perfil e contextualizações** (Dissertação) Mestrado em Ciências Sociais. Seropédica: UFRRJ, CPDA, 1998.

OLIVEIRA, Marcus Aurélio Taborda de. Educação Física escolar e ditadura militar no Brasil (1968-1984): história e historiografia. **Educação e Pesquisa**. São Paulo, v. 28, n. 1, jan/jun. 2002.

OTRANTO, Celia Regina. A Universidade Rural e a discussão sobre os Institutos Superiores de Educação. In: SOUZA, Donaldo Bello; CARINO, Jonaedson (Org.). **Pedagogo ou professor? O processo de reestruturação dos Cursos de Educação no Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro – RJ: Quartet, 1999.

_____, Do Ministério da Agricultura Indústria e Comércio ao Ministério da Educação e Cultura: a trajetória histórica da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. In: Educação. **Revista do Centro de Educação da Universidade Federal de Santa Maria**. v.30, nº 2, p. 71-86, 2005.

_____, A criação do Instituto de Educação da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. Trabalho apresentado no **I Encontro de História da Educação do Estado do Rio de Janeiro – IEHERJ**. Niterói- RJ: UFF, 4 a 6 de junho de 2007. Disponível em CD-ROM.

_____. **A autonomia Universitária no Brasil: dádiva ou construção coletiva? O caso da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro**. Seropédica, RJ: EDUR, 2009.

_____. **Uma viagem no túnel do tempo: a ditadura militar vista de dentro da Universidade**. Seropédica, RJ: EDUR, 2010.

PAULA, Lucília Augusta Lino de; SANTOS, Ingrid Bernardo dos; SANTO, Nathália Cortes do Espírito. Pedagogia na UFRRJ: identidades, trajetórias e saberes em diálogo. In:

DAMASCENO, Allan; OTRANTO, Celia Regina (org.). **Políticas educacionais e formação de professores: pesquisas em confluência**. Seropédica, RJ: Ed. da UFRRJ, 2013.

RÉMOND, René. Uma história presente (cap.I). In: _____, **Por uma história política**. (direção de René Rémond; tradução Dora Rocha. 2 ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003.

ROMANELLI. Otaíza de Oliveira. **História da Educação no Brasil: (1930/1973)**. 39 ed. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 2013.

SAVIANI, Dermeval. **História das Ideias Pedagógicas no Brasil**. Campinas, SP: Autores Associados, 2010.

SILVA, Edna Lúcia da; MENEZES, Estera Muszkat. **Metodologia da pesquisa e elaboração de dissertação**. 3. ed. rev. .atual. Florianópolis: Laboratório de Ensino a Distância da UFSC, 2001. 121p.

SOARES, Ana Maria Dantas; OLIVEIRA, Lia Maria Teixeira de. Formação de professores para o ensino agrícola de 1º e 2º graus – um desafio. **Revista Educação Agrícola Superior**. Brasília – DF. v 11, n. 01, p. 17-31, jan/jun 1993.

TEIXEIRA, Anísio. **Educação e Universidade**. Rio de Janeiro: UFRRJ, 1998.

UFRRJ, **Conselho Universitário – Secretaria dos Órgãos Colegiados**. 3ª Reunião Ordinária do Conselho Universitário da UFRRJ. Itaguaí, 11 de agosto de 1970.

_____, **Conselho Universitário – Secretaria dos Órgãos Colegiados**. (não há registro do número da reunião). Itaguaí,, 26 de junho de 1974.

_____, **Ata da VII Reunião Ordinária do Departamento de Teoria Planejamento de Ensino**. Itaguaí, 30 de jan. de 1976a.

_____, **Ata da VIII Reunião Ordinária do Departamento de Teoria Planejamento de Ensino**. Itaguaí, 04 de fev. de 1976b.

_____, **Ata da IX Reunião Ordinária do Departamento de Teoria Planejamento de Ensino**. Itaguaí, 16 de fev. de 1976c.

_____, **Ata da X Reunião Ordinária do Departamento de Teoria Planejamento de Ensino**. Itaguaí, 24 de fev. de 1976d.

_____, **Ata da Reunião da Instalação e Posse dos membros do Colegiado do Curso de Licenciatura em Ciências Agrícolas da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro**. Itaguaí, UFRRJ, 29 de setembro de 1976e.

_____, **Ata da 5ª Reunião Ordinária do Colegiado do Curso de Licenciatura em Ciências Agrícolas da UFRRJ**. Itaguaí, UFRRJ, 02 de julho de 1985a.

_____, **Ata da 6ª Reunião Ordinária do Colegiado do Curso de Licenciatura em Ciências agrícolas da UFRRJ.** Itaguaí, UFRRJ, 09 de julho de 1985b.

_____. Deliberação nº 91, de 20 de agosto de 1992. Inclui o anexo 20, referente ao currículo Pleno do Curso de Educação Física e delibera sobre os estágios do curso. **Conselho Universitário.** UFRRJ. Itaguaí, 1992.

_____, **Proposta do Departamento de Teoria e Planejamento de Ensino (DTPE) do Instituto de Educação, para Reformulação Curricular da Formação Pedagógica dirigida aos Cursos de Licenciatura, da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ), atendendo à exigências Legais e Político-Pedagógicas, dirigidas à formação dos Profissionais da Educação.** Documento impresso, 2002.

_____, **Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão – Secretaria dos Órgãos Colegiados.** 244ª Reunião Ordinária (Sessão II). Seropédica, 07 de agosto de 2006.

Disponível em:

<http://www.ufrj.br/soc/DOCS/deliberacoes/cepe/Deliberacoes_2006/Delib142CEPE2006.pdf> Acesso em 08 de abr. de 2014.

_____, Deliberação nº 142, de 07 de agosto de 2006. **Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão.** Secretaria dos Órgãos Colegiados da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. Seropédica, RJ.

_____, **ICHS – Comemoração dos 40 anos,** 2010a.

Disponível em: < <http://r1.ufrj.br/wp/ichs/>> Acesso em: 06 de mar. de 2014.

_____, **Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão – Secretaria dos Órgãos Colegiados (2010b).** 288ª Reunião Ordinária. Seropédica, 18 de junho de 2010.

Disponível em:

<http://www.ufrj.br/soc/DOCS/deliberacoes/cepe/Deliberacoes_2010/Delib082CEPE2010.pdf> Acesso em 08 de abr. de 2014.

_____, Deliberação nº 015, de 23 de março de 2012. Aprova as modificações do Estatuto da UFRRJ e a Reforma do Regimento Geral. **Conselho Universitário.** Secretaria dos Órgãos Colegiados da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. Seropédica, RJ.

_____, **Conselho Universitário – Secretaria dos Órgãos Colegiados.** 291ª Reunião Ordinária. Seropédica, 30 de julho de 2013.

Disponível em: <http://www.ufrj.br/soc/delib_consul3.htm> Acesso em: 17 de mar. de 2014.

_____, **PPGEA – Apresentação (2014a).** Disponível em: < <http://www.ia.ufrj.br/ppgea/>> Acesso em: 10 de mar. de 2014.

_____, **Histórico do PPGEduc (2014b).** Disponível em: <<http://www.ufrj.br/posgrad/ppgeduc/paginas/home.php?id=Historico>> Acesso em: 10 de mar. de 2014.

_____, Deliberação nº 55, de 30 de abril de 2014. Institucionalizar o Curso de Licenciatura em Educação do Campo como um curso de graduação regular da UFRRJ. **Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão**. Secretaria dos Órgão Colegiados da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. Seropédica, RJ.

URB, Ata da 1ª Reunião do Conselho Departamental da Escola de Educação Técnica da Universidade Rural do Brasil. Itaguaí, 18 de abril de 1967.

VALLE, Bertha de Borja Reis do. A Nova LDB e os Institutos Superiores de Educação: histórias do passado, do presente e do futuro. In: SOUZA, Donaldo Bello; CARINO, Jonaedson (Org.). **Pedagogo ou professor? O processo de reestruturação dos Cursos de Educação no Rio de Janeiro.** Rio de Janeiro – RJ: Quartet, 1999.

ANEXOS

Anexo 1



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
COMISSÃO DE ÉTICA NA PESQUISA DA UFRRJ / COMEP

Protocolo N° 430/2014

PARECER

O Projeto de Pesquisa intitulado *“ROMPENDO PARADIGMAS: os caminhos da área de educação em uma Instituição de tradição agrária”* sob a responsabilidade da Profa. Célia Regina Otranto, do Departamento de Teoria e Planejamento em Educação, Instituto de Educação, processo 23083.001886/2014-45, atende os princípios éticos e está de acordo com a Resolução 466/12 que regulamenta os procedimentos de pesquisa envolvendo seres humanos.

UFRRJ, 24/03/2015.

A handwritten signature in blue ink, reading 'Jairo Pinheiro da Silva'.

Prof. Dr. Jairo Pinheiro da Silva
Pró-Reitor Adjunto de Pesquisa e Pós-Graduação

Jairo Pinheiro da Silva
Pró-reitor Adjunto de
Pesquisa e Pós-Graduação
SIAPE nº 1109555

Anexo 2

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
CONSELHO UNIVERSITÁRIO

COMUNICAÇÃO Nº 4/70

Resoluções aprovadas na 3ª Reunião Ordinária do Conselho Universitário da UFRRJ, realizada em 11/8/70.

O Conselho Universitário, usando das atribuições que lhe confere o Estatuto da UFRRJ, em vigor e tendo em vista as decisões da reunião realizada em 11/8/70,

R E S O L V E:

- I - Autorizar o afastamento dos Professôres Assistentes JOACHIM FRIEDRICH WILHELM von BULOW e MARIA VITTORIA von BULOW a fim de cursarem, em Grau de Doutorado, a Universidade de Wisconsin, nos Estados Unidos da América do Norte, dependendo, esta última, de pronunciamento favorável do Departamento onde está localizada. (Processos 752/70 e 1417/70);
- II - Homologar a aprovação das seguintes datas para inscrições e exames em 2ª época nos diversos cursos desta Universidade, propostas pela D.E.E.: - Inscrição - de 25/7 a 1/8/70.
Exames: de 3 a 7/8/70.
(Processo UR-5688/70);
- III - Designar a Professôra Maria Antonietta Araujo Marinho para relatora do Proc. 5219/70, referente ao Currículo do Curso de Geologia;
- IV - Aprovar a data de 20 de dezembro próximo vidouro para a solenidade de Colação de Grau dos formandos em 1970 (Processo UR-7029/70).
- V - Encaminhar a D.E.E. os Processos 4337/70 e 4579/70, referentes ao pedido de trancamento de matrícula dos alunos Dobel Farias de Macedo e Ney Joppert Junior, respectivamente, para esclarecimentos;

- 2.
- VI - Aprovar a denominação de "Licenciatura em Ciências Agrícolas" para o antigo Curso de Educação Técnica, ficando a mudança do nome do Curso de Educação Familiar para ser examinado na próxima reunião, conforme consta do Processo UR-4225/70;
- VII - Designar o Professor Geraldo Goulart da Silveira para relatar o Processo 4106/70;
- VIII - Autorizar o Professor Alberto Leandro Pereira a frequentar o Curso de Pós-Graduação em Fitotecnia (Especialização em Horticultura) na Universidade de Viçosa, após o regresso do Professor Celso Monnerat Araújo que se encontra atualmente cursando àquela Universidade. (Proc. UR-4102/70);
- IX - Autorizar, pela última vez, a inclusão do nome "Escola Nacional de Agronomia" nos diplomas a serem expedidos no corrente ano para a turma concluinte do Curso de Engenharia Agrônômica. (Processo UR-3906/70);
- X - Homologar o afastamento do Professor José Freire de Daria para ocupar cargo na Organização Panamericana de Saúde, da Organização Mundial de Saúde, em Lima - Peru. (Processo UR-6857/69);
- XI - Não autorizar, no momento, a saída do Professor Airtton Manzano para fazer curso de Pós-Graduação no exterior, devendo o interessado aguardar nova oportunidade;
- XII - Aprovar a indicação dos Professores José Lobão Guimarães, Roberto Alvahydo, Edith Ramos, Maria Antonietta Araujo Marinho, Layette Estellita Romeiro de Mello, Octacilio Pinto Cordeiro de Souza e Eurico Cortez, para, na qualidade de Coordenadores, promoverem a implantação dos Institutos de Biologia; de Matemática, Física e Química; de Ciências Sociais; de Educação; de Tecnologia; de Veterinária; e de Zootecnia, respectivamente, bem como, a realização das eleições para a composição da lista sextupla a ser encaminhada para a nomeação dos respectivos Diretores, na forma da legislação vigente. Para efeito das eleições acima mencionadas, fica estabelecido que os Institutos serão constituídos pelos docentes dos atuais Departamentos, relacionados a

seguir, independente de futura redistribuição:

Instituto de Biologia:

Departamento de Biologia Animal
" " Biologia Vegetal
" " Ciências Fisiológicas
" " Genética

Instituto de Matemática, Física e Química:

Departamento de Física - Química
" " Matemática - Estatística

Instituto de Ciências Sociais:

Departamento de Ciências Econômicas e Sociais
" " Economia do Lar
" " Línguas

Instituto de Educação:

Departamento de Ciências Pedagógicas
Serviço de Desportos

Instituto de Tecnologia:

Departamento de Tecnologia
" " Engenharia Rural

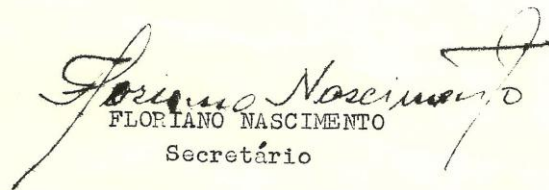
Instituto de Veterinária:

Departamento de Clínica Veterinária
" " Patologia
Hospital Veterinário

Instituto de Zootecnia:

Departamento de Zootecnia

(Processo UR-7273/70).


FLORIANO NASCIMENTO
Secretário

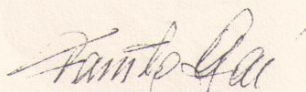
Anexo 3

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO

DELIBERAÇÃO Nº 16, DE 09 DE AGOSTO DE 1974.

O CONSELHO UNIVERSITÁRIO da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, tendo em vista a decisão tomada em sua reunião de 26 de junho de 1974, por seu Presidente, designado na letra c, do Art. 12 do Estatuto aprovado pelo Decreto nº 66.355, de 20 de março de 1970,

- R E S O L V E
1. Criar os Cursos de:
 - a) - Educação Física
 - b) - Engenharia Metalúrgica
 2. O número de vagas e o início dos referidos Cursos serão fixados pela Reitoria.
 3. Revogam-se as disposições em contrário.



Fausto Aita Gai
Presidente do Conselho Universitário

MCCB/mlc,

Anexo 4



**UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
CONSELHO DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO
SECRETARIA DOS ÓRGÃOS COLEGIADOS**

DELIBERAÇÃO Nº 142, DE 07 DE AGOSTO DE 2006.

O CONSELHO DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO DA UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO, tendo em vista a decisão tomada em sua 244ª Reunião Ordinária (Sessão II), realizada em 07 de agosto de 2006, e considerando o que consta do processo n.º 23083.004504/2004-83,

RESOLVE: aprovar, de acordo com o disposto no Artigo 65, do Estatuto, combinado com a alínea "b", do Artigo 10, do Regimento Geral desta Universidade, a criação e o funcionamento do Curso de Graduação em Pedagogia, no período noturno, na sede desta Universidade, em Seropédica, a partir do ano de 2007.

RICARDO MOTTA MIRANDA
Presidente

APÊNDICES

APÊNDICE 1- Entrevista 1

Profª Helena Corrêa de Vasconcelos - Entrevista concedida em 17 de maio de 2012.

Gabriela: “Gostaria de começar agradecendo a senhora por contribuir com a nossa pesquisa. E queria falar rapidamente sobre o que é esse trabalho. Eu consegui uma bolsa do PIBIC para realizar esta pesquisa, que está centrada na criação do curso de Pedagogia da UFRRJ, campus de Seropédica. E a questão problema com a qual estamos trabalhando é: quais fatores impediram que um curso recém aprovado e com condições de ser oferecido demorasse tanto tempo para ser iniciado? Visto que o curso de Pedagogia foi aprovado na década de 1970, mais especificamente em 27/02/1976 a partir do processo nº 9.277/75 (CONSU. Ata da Reunião de 27/02/1976) e a turma só iniciou efetivamente em 2007”...

Helena: “Mas este curso a que você se refere ‘caducou’... pelo tempo, pela atualização de legislação, por tudo. Além disso, eu acho que na época ele não tinha condição de ser implantado, pois se tivesse, teria sido implantado. Se agora foi difícil, muito difícil, exatamente por falta de condições, sobretudo por falta de corpo docente, imagina naquela época?”. Mas eu não saberia te dizer exatamente porque não foi implantado naquela época, pois eu estou aqui na Rural a apenas dez anos (...)”

Gabriela: “Outros cursos como Educação Física, Matemática... foram criados na década de 1970 e logo em seguida iniciados, enquanto o curso de Pedagogia não foi viabilizado pela instituição, ou seja, muitas dificuldades foram enfrentadas... A senhora como primeira coordenadora do curso, que iniciou em 2007, também deve ter encontrado algumas dificuldades. Quais foram as dificuldades encontradas enquanto a senhora esteve à frente da coordenação do curso?”

Helena: “São dois momentos distintos em que pude participar como coordenadora. O primeiro foi na comissão para implantação do curso e o outro nos anos iniciais do mesmo. Quando eu cheguei aqui (UFRRJ) em 2003, me colocaram como uma possibilidade de trabalho, paralela às atividades de ensino a integração a uma comissão que vinha discutindo a implantação do Curso. Eu disse: ta bom, eu sou pedagoga, acredito que possa contribuir e lá acredito tenha sido um trabalho importante, pois, na época, nós usamos todas as estratégias possíveis, dialogando com o contexto, com os textos possíveis, tudo para montar uma versão preliminar do projeto. Feito isso fomos falar com o reitor da época, o qual disse que estava tudo bem, e que nós poderíamos fazer o projeto e contar com ele. Com este apoio, fizemos o projeto e entregamos a ele. Só na administração dele o projeto ficou três anos dentro da gaveta. Pra mim, porque levou todos esses anos de chá de gaveta? Por que não era prioridade política na administração Superior. Não havia uma visão de alcance suficiente para perceber que enquanto universidade, esta instituição também tem compromisso com a educação básica, lá com a raizinha, a educação infantil... tudo mais... Não importa o ensino médio, se o ensino superior em si não tem compromisso. Eu só acho que o nível de alcance e percepção das pessoas era tão restrito, que elas não conseguiam ver ou alcançar isso. E talvez não havia um grupo com poder de sedução, poder de convencimento, pra dizer pra eles: ‘Olha... é importante esse curso. Ele já foi formalmente criado...’ Isso seria importante, mas não tivemos isso”.

Gabriela: Essa tentativa ocorreu em que ano?

Helena: Isso foi assim que eu cheguei, entre 2003 ... 2004, foi na administração anterior a que está agora. E aí, depois que esta administração entrou, na medida em que nós tínhamos a vice-reitora como uma pessoa ligada ao nosso departamento, o qual era o mesmo que vinha com essa frente de trabalho... nós então conversamos com ela, e no princípio ela não se mostrou muito receptiva à idéia, e também a gente não contava mais com a Lucília, que a Lucília iniciou o trabalho conosco, e ela era uma grande força perante outras forças políticas da universidade. A Lucília a esta altura já estava no IM. Então isso fragilizou a nossa relação com a reitoria da época, que também é a atual. Mas o Ricardo prometeu que faria o possível, e então ele foi à Brasília, e falou... mas eles (MEC) disseram para o Ricardo que naquele momento tinha um projeto que estava sendo desenhado, e que no ano seguinte iria ser colocado em todas as universidades, e que a Pedagogia poderia ser contemplada, porque era um projeto de ampliação das universidades que veio a ser o REUNI. No final nós acabamos conhecendo o tão projeto que eles faziam um mistério danado, e que foi o REUNI. Mas acho que você já deve ter visto pela história do curso, que ele foi o último a ser implantado na Rural antes do REUNI. Então nós pegamos esta fase... isso com muita dificuldade, porque pra dizer assim: 'vamos implantar, vamos colocar o vestibular'... isso porque quando a instituição coloca o vestibular você sabe que colocou o bloco na rua, não tem jeito. Para colocar o vestibular nós tínhamos que contar com um corpo docente mínimo, mas ao mesmo tempo nós já sabíamos, de antemão, as dificuldades do corpo docente, pois eram poucos pedagogos que nós tínhamos aqui no IE, e os poucos tinham outros compromissos dos quais não podiam abrir mão para se envolver com a implantação do curso de Pedagogia, então tudo isso acabou afetando e adiando um pouco a implantação, mas no momento em que a gente estava fazendo o projeto, nós tínhamos uma previsão das dificuldades.... A Lucília, isso foi uma orientação dela, quando ela ainda estava na comissão, e nós devemos isso à ela, que foi o aproveitamento do que chamamos de carga horária residual dos professores, na verdade foi assim, um pouquinho de carga horária que cada um se dispôs a dar pelo curso, e esta iniciativa rendeu homenagens da equipe avaliadora do MEC. Porém, somente isso não era suficiente para colocar o bloco na rua, a gente precisava de uma carga horária maior. E aí veio a idéia da Lucília: já que a gente tem na universidade alguns cursos na área de ciências humanas, vamos tentar aliançar com estes cursos e pegar algumas disciplinas que eles oferecem e que possam ser oferecidas para nós, porque já tem professor lá, então a gente monta nossa grade de disciplinas. Esse foi um movimento grande, demorado, porque a gente foi garimpar as disciplinas, e depois entrar em contato com os coordenadores e cursos, não só para a parte de obrigatórias, que a gente acabou aliançando com o ICHS, sobretudo, mas também na parte das optativas, a gente viu que algumas disciplinas de outros departamentos, de outras áreas também poderiam ser buscadas por alunos nossos, mas era importante que nós tivéssemos o aval desses cursos. Então se iniciou uma verdadeira peregrinação por todos os cursos, pra poder conversar com os coordenadores e diretores, para que com o aval deles, pudéssemos colocar o curso na rua, e ampliar o nosso leque de possibilidades para dar certo. Foi assim que a gente conseguiu. Enquanto em todo Brasil o curso de Pedagogia acabou puxando outras Licenciaturas aqui, na Rural o movimento foi inverso, foram outras Licenciaturas que puxaram e deram condições para que o curso de Pedagogia pudesse existir. No início, a chefe de departamento era a prof^a Ana Cristina, ela articulou com a Ana Dantas, com a Nídia, e a Nídia estava muito preocupada porque a correlação de forças políticas que hoje é uma, naquele momento era outra, no âmbito dessas instituições (CEPE) que definem se o curso vai ou não vai para a rua. E a Nídia disse para a Ana que tinha medo, que não houvesse sensibilidade dos conselheiros, e, além disso, um quorum mínimo para aquiescer o curso.

Com base nisso, nós fizemos um *lobby* com alguns coordenadores de curso, diretores de institutos, com pessoas que estariam lá sentadas e ainda assim a Nídia pediu para que eu fosse ao CEPE fazer a apresentação do projeto. E eu fui fazer a apresentação, ou seja, eu e Ana Cristina estivemos presentes na sessão do CEPE que aprovou o projeto. Fiz a apresentação e ouvi elogios do tipo: ‘estou nesta universidade a tantos anos... e nunca vi um projeto tão bem elaborado. Então a gente não tem outra alternativa, vai ter que aprovar’... Com isso o bloco estava na rua. Vestibular e tudo mais... Internamente a Ana Cristina era uma chefe de departamento (DTPE) muito dinâmica. E ela conseguiu dividir a sala da LICA que era muito grande, colocando aquelas divisórias móveis, a fim de acomodar a coordenação do curso naquele espaço. E essa foi a primeira dificuldade que a gente encontrou, nós não tínhamos nada, espaço, infra-estrutura, computador... nada. Grande parte do material que o colegiado tem foi eu que comprei, ou nós ganhamos de outros professores que o compraram (...) A brinquedoteca por exemplo foi montada nesse esquema. Cada professor doou um conjunto de brinquedos, embora a brinquedoteca estivesse prevista no projeto que foi aprovado, mas quando eu fui procurar a administração superior sobre isso fui informada de que não havia dinheiro, e o orçamento era de apenas R\$ 20.000,00. Valor este que representa um pingo d’água numa universidade deste tamanho. Muitas outras coisas miúdas aconteceram. Por exemplo, a demanda do vestibular, quando foi feito o estudo de demanda nós tínhamos uma probabilidade potencial de aproximadamente 3.000 pessoas demandando pelo curso. A este total estavam somados os professores atuantes na rede sem habilitação, professores do Dutra, normalistas, etc. que eram os maiores interessados no curso. E para a nossa surpresa conseguimos apenas 180 e poucas inscrições no vestibular, ou seja, menos da metade do que nós prevíamos. E para o vestibular sair nós da comissão andamos por esses municípios – não de norte à sul porque nós não tínhamos pernas para isso, mas nas redondezas – colocamos cartazes do vestibular da universidade com destaque para o curso de Pedagogia, falamos com as prefeituras, com diretores, professores tentando garantir um número razoável de inscritos. Nós ouvimos muitas desculpas... ‘ah é um curso novo’, ‘a maioria das pessoas não sabe do curso’, e assim por diante... e para a nossa surpresa, no vestibular só passaram 18”.

Gabriela: “E quantas vagas eram?”

Helena: “40. E desses 18 durante o curso ainda tivemos 3 desistências. Mas também recebemos alguns alunos vindos do IM, e outros que foram pra lá ou outras instituições. Outro “quase” problema constatado foi que o curso de Pedagogia não era a primeira opção dos candidatos. Dos 18, apenas 5 colocaram Pedagogia como primeira opção, e os demais não obtiveram pontuação para o curso pretendido mas parece que todos acabaram gostando do curso e depois contavam essas histórias rindo. Para efeito de implantação nós tivemos problema de espaço, mas foi resolvido rapidamente, problema de mobiliário, de infra-estrutura no geral. Também tivemos problema com relação a adaptação do IE em receber um curso noturno, de forma regular. Porque normalmente o IE oferecia uma turma ou outra à noite - por conta do curso de história e química noturno. Eu mesma cansei de ficar sozinha aqui dando aula na sala 10, para o pessoal de História e LICA noturno. Juntavam uma turma e a gente ministrava as aulas. A professora Ana Chiquiere e Celia Otranto também deram aula à noite, para os cursos de História e Química. Mas o funcionamento de curso regular, funcionando toda noite... era a primeira vez no IE. E precisou ocorrer uma fase de adaptação, inclusive da área externa, pois era tudo muito escuro aqui em volta do Instituto, e foi necessário pedir ao diretor que tomasse providências para melhorar a situação de acesso ao

prédio para atender as turmas. Os problemas de acessibilidade também ocorreram... e todos esses problemas precisavam ser resolvidos. Pois afinal de contas eu, no período de 2002 à 2005, eu fiz 10 avaliações do curso de Pedagogia, então eu conhecia muito bem o instrumento no qual nós seríamos avaliados pelo MEC/INEP. Em que poderíamos ser “punidos ou premiados”. E uma das coisas que a gente sempre estava cobrando direto era a questão da acessibilidade. Mas acabamos resolvendo o problema de acessibilidade, pelo menos parcialmente, porque o diretor mandou que aumentassem a porta do banheiro, de modo a poder receber os alunos cadeirantes. Agora, fora essa questão de infra-estrutura, de dificuldades no momento da adaptação, pois fomos pioneiros, inclusive a primeira turma a se formar foi nomeada de ‘Os pioneiros da Pedagogia’. E quando se é pioneiro, quase sempre se tem um ônus por isso.

Gabriela: “Atualmente a senhora enquanto professora, pois não está mais na coordenação, observa que existe algo que prejudique o curso de alguma maneira? Digo isto porque lendo algumas atas do colegiado um professor menciona que no site do IE não existe nenhuma informação sobre o curso de Pedagogia, apesar de já ter sido enviado várias vezes um texto sobre o curso para compor o site. As coisas realmente demoram a acontecer para a Pedagogia ou este foi um fato isolado?”

Helena: “Quando eu passei a coordenação para a Ana Chiquieri, eu acreditei que as coisas iam melhorar, porque ela é esposa de um dos ex-assessores da reitoria, Porque eu passei a achar que o rol de dificuldades sob a minha coordenação era decorrente de algo relacionado a mim, que o problema era pessoal comigo, sem saber porque. Mas com a Ana os mesmo problemas ocorreram também o que me deu a certeza que se trata de um modo específico de gestão monológica – ao arrepio do diálogo. Sobre a falta de visibilidade ao Curso, acho que o próprio Instituto também parece estar neste rol. Só para lembrar, é bom confirmar se já mudaram no site do IE pois até bem pouco tempo atrás ainda constava o nome da Diretora que há oito anos atrás faleceu.

Gabriela: “Em uma das atas do colegiado, a então coordenadora prof^a Ana Chiquiri relata que em meio a tantas dificuldades o curso conseguiu na sua primeira avaliação do MEC receber a nota máxima. A senhora já mencionou que a questão da adaptação para a acessibilidade foi um ponto forte. A que mais a senhora atribui este resultado 5,0?”

Helena: “A muitas coisas, foi um conjunto de coisas que nos levaram a esta nota 5,0. O corpo docente altamente qualificado. Nós tínhamos uma gestão muito engrenada, depois que eu saí a vice ficou no meu lugar. A colaboração de muito professores, em detrimento de outros claro, mas a contribuição grupal efetiva é um grande diferencial, pois estes professores estão sempre atentos, e com isso o trabalho de equipe foi algo que pesou muito. A proposta curricular foi feita a partir das disponibilidades eventuais dos professores, mas possibilita ao nosso aluno circular por outros espaços da universidade, vivendo experiências que lhes enriquece o currículo. Com isso conseguimos unir forças. No âmbito do DTPE eu acredito que havia uma vontade política para colocar o curso na rua. Contamos também com apoio do DEPSI, do DED, DLCS, enfim, contamos com muitas colaborações. E fizemos um ajuste da nossa proposta curricular às DCN, e as avaliadoras do MEC gostaram muito, da nossa estratégia de formação curricular.

Gabriela: “Houve alguma iniciativa para equiparar o curso de Seropédica ao do IM?”

Helena: “Não, o que nós tivemos no começo foram alguns alunos daqui querendo ir pra lá e vice versa. Com isso nós fizemos um trabalho de equivalência de disciplinas, a partir das coordenações daqui e de lá. Foi um trabalho muito grande e que até hoje resolve na hora de olhar os processos. E isso foi anterior à avaliação do MEC. A história deles é muito diferente da nossa e aí a sua identidade é uma outra singular – tanto quanto a nossa.

Gabriela: “O que a senhora tira como aprendizado deste longo processo?”

Helena: “Ficaram muitos arranhões, isso é certo. Eu acho que... sem querer ser amarga e já sendo, mas dói você lutar por algo que era uma vontade política no grupo do DTPE, e observar que isso não tinha repercussão, não tinha eco, na universidade como um todo, em outras instâncias. O que não impediu que fizéssemos todo aquele esforço de articulação, mas na hora do pega-para-capar a coisa pega. E essa é a grande questão... no documento que eu fiz e apresentei na 12^a reunião do Colegiado tem maiores esclarecimentos sobre isso, nas notas de roda-pé, sobretudo. Acho importante que você consulte esse material, até porque também dá conta de nosso momento mais recente”.

A professora termina a entrevista com a frase de Durmeval Trigueiro Mendes: Mais se cobra das universidades públicas do que a elas se dá, para que funcionem bem.

APÊNDICE 2- Entrevista 2

Prof^a Lucília Augusta Lino de Paula - Entrevista concedida em 26 de setembro de 2013.

Formação: Bacharelado e Licenciatura em Letras pela UFRJ e UERJ. Licenciatura em Filosofia pela UERJ; Especialização em Psicopedagogia Diferencial pela PUC-RJ; Mestrado em Educação pela UERJ e Doutorado em Educação pela PUC-RJ.

Ingressou como professora da UFRRJ a partir de concurso em 1997, e antes disso trabalhou por 19 anos na rede municipal de ensino como professora de 1^a a 4^a série.

Gabriela: Que fatores a senhora acredita que tenham contribuído para a não implementação do curso de Pedagogia na UFRRJ na década de 1970, mesmo ele tendo sido aprovado?

Lucília: Eu acredito que os problemas políticos não são apenas macro, eles são referentes também ao momento que o Departamento Pedagógico (que originou o atual DTPE) estava vivendo, porque era um departamento que estava se instituindo, passando de Departamento Pedagógico para Departamento de Teoria e Planejamento de Ensino. A criação do Instituto, naquela época o ICHS e o IE eram um único instituto, e em meados da década de 1970 foi esse momento de separação em dois institutos distintos. Acho que essa questão do curso de Pedagogia não ter sido implementado enquanto outros cursos foram aprovados, foi fruto também de uma falta de vontade política dos próprios integrantes do departamento daquela época. Qualquer criação de curso implica nos professores assumirem uma sobrecarga maior de trabalho até que o curso fique consolidado. E por conta dessa, que eu chamo, falta de visão da época, dos anos 70, nós levamos 30 anos para vir a ter o curso de Pedagogia na Universidade. Esse curso só volta a ser discutido, no final dos anos 90. Em 97, há no DTPE uma renovação de 50%, pois muitos professores haviam se aposentado em 95 e 96 gerando muitas vagas. Nesse ano o departamento tinha 16 professores e 8 destes haviam ingressado em 97. Foi uma grande renovação, com pessoas que estavam vindo de diferentes formações e com diferentes visões. Muitos destes professores tinham uma visão de que o DTPE não se consolidaria como departamento e como área, ou seja, a educação não seria forte como área dentro da Universidade se não tivesse um curso específico de Educação, que no caso do Brasil, é o curso de Pedagogia. Na época o departamento era apenas um auxiliar de formação pedagógica para cursos e departamentos de outros Institutos. Havia 7 licenciaturas na época: Química, Física, Biologia, Matemática, Economia Doméstica, Licenciatura em Ciências Agrícolas e Educação Física e nós ficávamos com disciplinas pedagógicas, tanto de Fundamentos da Educação quanto de Metodologia de Ensino. Logo em seguida surgiu o curso de História, que foi o primeiro curso de fato da área de humanidades, e não ciência social aplicada. Então, a partir dessa nova configuração, o departamento começou a discussão no sentido da pertinência ou não de haver um curso de Pedagogia na Universidade. Nesse momento, se discutia também a reformulação dos cursos de Licenciatura em todo o país, por conta das diretrizes curriculares nacionais, havia saído uma resolução do MEC do Conselho Nacional de Educação, falando sobre a carga horária dos cursos, que deveriam ter no mínimo 2.800 horas, e que percentual desta carga horária deveria ser de formação pedagógica, que esta formação deveria acontecer desde os primeiros períodos do curso, com isso ampliava-se a carga horária da prática de ensino. Toda esta mudança provocou certa celeuma na universidade, especificamente nos cursos de Licenciatura, porque teriam que ter mais

disciplinas pedagógicas do que até então nós oferecíamos, provocando uma discussão grande no sentido de avaliar se nós do DTPE, que éramos poucos, daríamos conta desta ampliação de carga horária. Alguns de nós vimos isso como uma possibilidade de ampliação, temporariamente nós ficaríamos sobrecarregados, mas depois, em algum momento, viriam essas vagas.

Criou-se uma primeira comissão para estudar a viabilidade de se implantar um curso de Pedagogia, posteriormente, creio que em 2003, o reitor da época José Antônio Veiga, procurou o departamento, alguns professores do departamento, e disse que tinha interesse que o departamento fizesse um projeto para criação do curso de Pedagogia pois havia interesse na criação do mesmo. Isso deu um fôlego, e a comissão começou a elaborar esse estudo, porém ela não foi tão ágil quando a reitoria achou que seria, pois realmente existia um debate interno sobre a criação do curso, se ele seria viável ou não, e um grupo grande de professores do departamento não queria o curso, porque achavam que traria apenas uma sobrecarga de trabalho e o outro grupo achava que esta sobrecarga valia à pena, com isso, quando nós finalmente estávamos com o projeto pronto e levamos para o reitor, ele disse que já havia passado o tempo, pois o mandato dele já estava terminando e por isso não iria implantar aquele curso, correr atrás de vaga e tudo mais... Isso jogou um balde de água fria no projeto do departamento.

Mas, no final de 2004, teve eleição para a reitoria e houve uma renovação, quer dizer, foi eleito um outro grupo político para a Administração Superior, com o professor Ricardo Miranda como reitor e como vice-reitora a professora Ana Dantas que é pedagoga e do DTPE. Com isso o departamento se animou novamente, pois a professora Ana sempre foi uma das que defendia que deveria haver o curso, e nós voltamos a nos debruçar sobre o projeto do curso para apresentar uma proposta para o Conselho Universitário. Em 2005 esse projeto passa pelo CEPE – Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão, e não é aprovado, ele é aprovado no mérito, mas não é aprovado por que neste projeto nós dizíamos que para o curso acontecer eram necessárias quatro ou cinco vagas para professores, pois nós não tínhamos pessoal para ministrar algumas disciplinas específicas, e com isso o CEPE (nem chegou ao Conselho Universitário) avaliou que não poderia aprovar um curso se não havia ainda a contrapartida de vagas.

Concomitante a isso, a Universidade entra no programa de expansão do governo federal, só que esta expansão estava proposta apenas para a criação de novos campi, no caso da Rural o campus de Nova Iguaçu, então naquele momento, em 2005, a proposta de expansão de vagas e cursos era apenas para Nova Iguaçu. Com isso a reitoria anunciou que não haveria condições para criar o curso de Pedagogia em Seropédica, mas que em Nova Iguaçu haveria vagas para contratação de professores e o curso seria criado lá, e foi pré-determinado que o curso de Pedagogia seria um dos cursos do campus da Rural em Nova Iguaçu. Em 2005, nessa corrida para fazer os projetos políticos pedagógicos de 6 novos cursos, para o campus de Nova Iguaçu, o projeto adotado inicialmente para Nova Iguaçu, foi aquele idealizado pela comissão do IE, só que com determinadas adaptações, por que no projeto do IE nós tínhamos colocado, e existem até hoje, disciplinas obrigatórias do curso de Economia Doméstica, Administração, Matemática, Educação Física... e para levar para Nova Iguaçu não havia sentido colocar disciplinas desses cursos daqui (Seropédica). Assim, com as devidas adaptações o projeto foi aprovado no IM.

Quando chegam os novos professores, em abril de 2006, também o curso começa a funcionar [em Nova Iguaçu], porém o CEPE aprovou somente os 2 primeiros períodos, porque nós achamos melhor ouvir primeiro os professores que dariam aula no curso para que o restante

da grade curricular fosse aprovada apenas depois deste diálogo com os recém contratados professores. Eu fui nomeada a diretora do novo campus – o Instituto Multidisciplinar. Já no primeiro semestre do curso há uma discussão e conseqüente reformulação do curso proposta pelo colegiado do curso de Pedagogia de Nova Iguaçu, e o resultado foi um curso bastante denso, com 5 anos de duração, 3.600 horas... Digamos assim: era o curso ideal, do ponto de vista da formação! Novamente, 3 anos depois ocorre uma outra reformulação agora com a intenção de enxugar o curso, que ficou com mais ou menos 3.200 horas. Neste ínterim, continuava a luta pelo curso de Seropédica, e a comissão fez um novo estudo do curso, diminuindo as 5 vagas para professores, mas aí eu não fazia mais parte da comissão pois já estava em Nova Iguaçu. O projeto foi novamente apresentado no CEPE, e finalmente foi aprovado. O momento político, no MEC e no governo federal era outro, e já previa novas vagas não só para Nova Iguaçu, mas também para reposição de aposentadoria de professores de Seropédica, com isso o DTPE pôde ver seu curso aprovado em 2006 com previsão de início para 2007.

Houve uma grande tristeza ou decepção, pois se esperava uma demanda muito grande para essa primeira turma de Pedagogia, só que só tivemos aprovados 5 alunos, e para não ter uma turma muito pequena se fez um aproveitamento, pessoas que tinham o curso de Pedagogia como segunda opção, não passaram na primeira e foram convidados para integrar essa turma, que sempre foi uma turma pequena, creio que foi uma turma que não chegou a ter 20 alunos, foi também a única turma que começou no 2º semestre de 2007, 1 ano e meio depois da turma de Nova Iguaçu. Aí o curso começa a se estruturar e com o REUNI mais vagas surgem para o curso de Pedagogia, como Educação Infantil, Alfabetização, História da Educação, Movimentos Sociais...

Gabriela: Eu gostaria que a senhora falasse um pouco da sua participação na coordenação da ANFOPE e do incentivo por parte da Associação para a criação do curso de Pedagogia, até por que a Rural era a única Universidade no Rio de Janeiro que não tinha este curso.

Lucília: Bem, a ANFOPE é a Associação Nacional pela Formação dos Profissionais da Educação, e é uma entidade nacional de estudos em educação, sobre a formação dos profissionais da educação, e também uma entidade de luta por essa classe. Nos anos 90 o grande foco da ANFOPE era sobre a reformulação do curso de Pedagogia. Após a LDB, o curso de Pedagogia esteve ameaçado de extinção, pois achava-se que não deveria formar o professor de 1ª a 4ª série nele, mas sim no curso normal superior que está presente na LDB, e a ANFOPE defendia a formação no curso de Pedagogia. Eu ingressei na ANFOPE em 97, assim que entrei na Rural, conheci o que era a Associação e imediatamente me filiei, e ajudei a estruturar a coordenação estadual. A Rural esteve presente durante muitos anos na coordenação estadual, comigo, com o professor Aloísio Monteiro, e outros professores também que ajudaram. Depois eu integrei a coordenação da região sudeste e agora estou na Direção Nacional, sou 2ª secretária da diretoria Nacional há 2 anos. A associação durante muitos anos esteve relacionada ao curso de Pedagogia, e na verdade ela defende toda a formação não só dos professores, mas dos demais profissionais da educação. Ela defende que haja uma formação para o secretário escolar, o inspetor, ou seja, para todos os trabalhadores que estão na escola entendendo que eles também fazem um trabalho educativo com a criança. Mas na virada dos anos 90 com os ataques ao curso de Pedagogia a ANFOPE ficou muito associada a Pedagogia, mas a luta da dela transcende isso, ela vai além, pois defende os demais cursos de Licenciatura, e não somente a formação dos professores mas também a

formação de todos os profissionais da educação. É claro que fazer parte da ANFOPE me deu gás e referencial teórico também para lutar pelo curso de Pedagogia aqui na Universidade, então, pelo fato de ter uma pessoa da Instituição que fazia parte da coordenação estadual, depois da coordenação regional e da diretoria nacional ajudou, pois nós fizemos vários eventos, trouxemos a discussão pra cá, levamos a discussão para outras Universidades do Estado do RJ. A organização da ANFOPE depende muito da discussão e da mobilização dos professores das Universidades, então são os próprios professores das faculdades de Educação que levam essa luta pra frente porque são eles que estão discutindo a formação de professores no país, ou seja, aqueles que estão dentro das faculdades de Educação e dentro dos cursos de Pedagogia.

APÊNDICE 3 – Entrevista 3

Prof^a Amparo Villa Cupolillo – Entrevista concedida em 02 de julho de 2014.

Professora Associada I da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. Possui Graduação em Licenciatura em Educação Física pela UFRRJ (1985), Mestrado em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (1996) e Doutorado no Programa de Pós-Graduação em Educação da UFF (2007). Chefe do Departamento de Teoria e Planejamento de Ensino do Instituto de Educação da UFRRJ e Coordenadora do Grupo de Estudos e Pesquisa em Educação Física Escolar e Corpo da UFRRJ.

Gabriela: Sobre a pesquisa que estou realizando, esta é uma pesquisa histórica sobre a área de Educação na UFRRJ, e estamos investigando a criação e trajetória do IE e dos seus cursos de Licenciatura em Ciências Agrícolas, Pedagogia e Educação Física, e quanto a este último entendemos que a senhora pode contribuir muito através desta entrevista, pois foi aluna do curso e hoje é professora do mesmo. Portanto, eu gostaria que a senhora falasse sobre o seu ingresso no curso como aluna, suas experiências e depois como foi o seu retorno como professora da Instituição.

Prof^a Amparo: Eu fui aluna da turma de 1981 e me formei em 1985, por causa da greve. Como professora eu voltei em 1997 e estou até agora. O currículo é totalmente diferente (ainda ontem eu tava falando isso com os meus alunos... risos). Quando eu fiz a minha graduação o currículo era um currículo esportivizante, até pela história da Educação Física mesmo, isso era muito comum, não era uma coisa da Universidade Rural, era uma coisa de praticamente todas as instituições de Educação Física brasileiras. A perspectiva de Educação Física brasileira era uma perspectiva esportivizante, e tinha umas pinceladas pedagógicas, na verdade, como a maior parte das Licenciaturas, e a Educação Física também... Esse currículo no qual eu fui formada era desse jeito, tinha lá... a gente vinha pra cá, e fazia Organização da Educação (tinha esse nome), Didática e a Prática de Ensino. Era isso que a gente fazia, não tinha nenhuma Filosofia da Educação, professora de Educação, isso não existia. E a maior parte do curso era feita lá mesmo no Departamento de Educação Física, e as disciplinas eram esportivas... Tinha alguma coisa de Anatomia, Fisiologia, e assim, a base mesmo, o fundamento do curso era o esporte. Isso, quando eu retornei (como professora), o currículo já tinha passado por várias reformulações. E eu entrei numa época em que o departamento [Departamento de Teoria e Planejamento de Ensino – DTPE] estava discutindo a reformulação das licenciaturas, em função das novas legislações, final da década de 90, que a gente teve a LDB, a resolução 1 e 2... O departamento tava num reboição muito grande, porque tinha que adequar os cursos a essas legislações. E eu entrei nessa turbulência, e pra mim foi muito bom, porque eu aprendi muito... fui vivenciando, fui discutindo, conhecendo mais a legislação, e a gente foi criando... Na verdade o currículo já não era mais o meu [do tempo em que foi aluna], era algo bem mais próximo a uma licenciatura, tinha muito mais conteúdos pedagógicos. [ou seja] O currículo da década de 90 era bem diferente daquele da época em que eu fui formada, mas os cursos da Universidade, as licenciaturas da Universidade, não tinham uma identidade. Na verdade, a Educação Física, nesta época, ela já tinha o estágio, e era praticamente a única licenciatura que tinha o estágio. **Gabriela:** Quando a senhora era aluna? **Prof^a Amparo:** Não, não, quando eu retornei em 1997. Quando eu era

aluna nem teve [estágio]. Eu lembro da Organização, Didática e Prática de Ensino. Se eu tive outra passou batido... eu não lembro. Eu lembro de ter feito essas três disciplinas aqui.

Em 97, quando eu entrei, qual era o quadro, que eu me lembro? A Educação Física era praticamente o curso que tinha mais disciplinas pedagógicas, de todas as licenciaturas. Tanto que a gente tinha o estágio e as outras licenciaturas não tinham... Então as reformulações curriculares do final da década de 80 até o final da década de 90, foram reformulações que deram um caráter mais pedagógico, de licenciatura ao curso. Talvez porque ele não tivesse nenhum vínculo... fosse mesmo muito esportivizante... então, quando eu entrei a Educação Física já tinha esse viés mais pedagógico, mas a gente precisava naquele momento (como departamento de educação do Instituto de educação) criar uma identidade. Essa era a nossa preocupação, a criação de uma identidade para os cursos de licenciatura. Até para fazer as adequações às legislações. Então, nós tivemos muitas discussões... foi o momento em que o departamento [DTPE] teve mais discussões pedagógicas. Em 2000 teve uma greve muito longa, e nós ficamos praticamente a greve inteira discutindo uma proposta de identidade para as licenciaturas, e aí terminou com um documento bem importante! Foi, na verdade, a partir deste documento que a Resolução 138 foi criada, foi baseado neste documento que o DTPE construiu..., a Lia deve ter, eu também tenho esse documento... Nós criamos uma identidade. A tentativa foi essa, de criar uma identidade para todas as licenciaturas e fazer com que as licenciaturas se adequassem às novas legislações. Só que o DTPE criou isso, e isso precisava ser passado pelos colegiados, por isso demorou tanto, porque aí o embate dentro de cada colegiado das diferentes licenciaturas... foi uma coisa muito difícil não foi uma coisa fácil, e logo depois nós tivemos o REUNI, e nós tivemos novas licenciaturas, e novos embates, então nós levamos muito pra fazer a adequação dos currículos, em função dessas dificuldades todas. A Educação Física nesse momento (o curso de Educação Física), em termos de carga horária de prática de ensino, de estágio e das atividades complementares, ele acabou andando mais rápido, porque na verdade ele já tinha. Ele já tinha duas práticas de ensino, ele já tinha o estágio de 90 horas, então as adequações foram mais simples de serem feitas, e os embates no colegiado, nesse ponto de vista, aqui na Rural, não são embates muito violentos não, muito pelo contrário, nós temos um bom relacionamento no colegiado. Algumas coisas com um pouquinho mais de dificuldade, mas em relação a isso (ao aumento da carga horária pedagógica), nós não tivemos problema. Foi uma aceitação muito tranquila. Até porque, muitos professores (e isso talvez seja uma questão de Educação Física), muitos professores do departamento de Educação Física são licenciados, então, embora eles [professores do curso de Educação física] quisessem, por muitos anos, pesar mais a mão no curso, na parte do bacharelado, a parte não formal da Educação Física, que é a parte da academia, dos clubes e tal... Eles têm uma sensibilidade para a parte pedagógica, e sempre aceitaram com muita tranquilidade esse aumento de carga horária. Na verdade, (agora que eu tô me lembrando) a Educação Física já tinha algumas disciplinas que nós colocamos como obrigatórias para as demais licenciaturas. Se não me engano era Sociologia e Filosofia da Educação, que antigamente se chamava Iniciação à Educação, e só depois que nós modificamos... a Educação Física já tinha, já tinha no seu currículo como obrigatória. Então na foi muito difícil fazer essa adequação, nós até fizemos com bastante tranquilidade essa adequação. Talvez tenha sido o curso mais rápido a fazer a adequação. Nós tivemos embates em outras licenciaturas. Biologia, por exemplo, foi uma licenciatura com muita resistência; a Física; a Matemática menos, mas a Educação Física foi muito rápido.

Gabriela: Então foi esse documento gerado no DTPE que deu a base para a Resolução 138?

Profª Amparo: Com certeza! Porque o que aconteceu?... A resolução 138, foi criada depois que o IM [Instituto Multidisciplinar, em Nova Iguaçu] foi criado, então a gente já tinha outro departamento lá. Porque até antes da criação do IM, o único local da Universidade que se discutia educação era aqui. **Gabriela:** Era o IE. **Profª Amparo:** Era o IE, especificamente o DTPE. Então o DTPE, carregava nas costas praticamente toda a discussão sobre educação da Universidade, e era muito insipiente. Nós éramos um departamento muito pequeno, com poucas licenciaturas, muito invisibilizado na Universidade. Com a criação do IM e o aumento das licenciaturas [a partir do REUNI] o DTPE se tornou um departamento muito mais visível na Universidade, muito mais importante. Passou a ser ele [DTPE] e o DES [Departamento de Educação e Sociedade do IM] os locais de discussão da área de educação da Universidade Rural. Embora, muitos outros departamentos depois (com a criação das licenciaturas) também fizessem essa discussão. Não é uma questão que só nós fazemos, não, mas nós temos a responsabilidade de fazer. É de nossa responsabilidade fazer essa discussão de forma mais apropriada.

Quando nós criamos o modelo de prática de ensino dividido em prática de ensino e tutoria e as PPPs que aconteciam nas disciplinas pedagógicas. Então a gente pegava as 400h de prática de ensino e dividia nessas atividades. A PPP era uma atividade vinculada às disciplinas pedagógicas: Filosofia da Educação, Psicologia da educação, Didática... Todas essas disciplinas cumpriam 30h de atividades pedagógicas que o professor criaria. O professor criaria uma atividade que fizesse uma vinculação entre seus conteúdos e a prática pedagógica. Então, ou eram visitas às escolas, ou eram entrevistas a professores. Cada professor criava a sua disciplina PPP. A idéia central era essa, e que no final do período a gente fizesse uma grande exposição das PPPs das turmas. A gente conseguiu algumas vezes fazer isso. Depois uma disciplina mesmo de prática de ensino. E uma outra carga horária que era a tutoria, essa era a carga horária mais complicada que na verdade a gente não conseguiu mesmo implementar. Essa ideia da tutoria foi uma ideia que nós importamos da matemática, era alguma coisa que já acontecia na matemática, porque a matemática era um curso que já tinha muitas dificuldades com os alunos ingressantes, pois quando ingressavam não tinham muito subsídio para acompanhar o curso, então o que a matemática criou? Ela criou essa atividade de tutoria, que não fazia parte de nada, era uma atividade pro curso mesmo pra poder dar conta de uma realidade que eles tinham específica. Então os alunos dos períodos mais posteriores, eles ofereciam uma monitoria, sem ser monitor, e isso se chamava tutoria, pra auxiliar esses alunos ingressantes que tinham dificuldade em algumas disciplinas, mais especificamente as disciplinas dos primeiros períodos que eram mais básicas. Baseado neste modelo nós criamos também essa tutoria pra cumprir uma parte da carga horária da prática de ensino que mudou pra 400h. A legislação criou uma prática de ensino de 400h. Para alguns cursos a prática de ensino era de 90h, mas a nossa, da Educação Física, era de 120h, de repente tivemos que mudar para 400h. Como fazer isso? Então, a gente criou esse modelo: de 30h de PPP em cada uma das disciplinas pedagógicas, 1 disciplina de prática de ensino ou 2, dependendo do curso, e a tutoria que eram 110h se não me engano. Mas a gente não conseguiu emplacar a tutoria. Ela acontecia na disciplina de Didática, que eu dava. Ao invés de ser PPP era Tutoria. O aluno cumpria 100h fazendo a Tutoria em alguma disciplina que ele já tivesse cumprido e que tivesse se saído bem. Era uma tentativa de parceria entre nós, DTPE, com o departamento de origem. Então o aluno iria escolher qualquer disciplina que ele já tivesse cumprido, por exemplo, alguns alunos escolhiam Fisiologia, Anatomia, Geologia... eles escolhiam qualquer disciplina que eles já tivessem cumprido e aí em conjunto com o

professor da disciplina ele cumpria 100h de Tutoria auxiliando esse professor e os estudantes que estavam cursando a disciplina, e depois ele fazia um relatório e me entregava, mas isso ficou muito difícil. Foi uma coisa que não emplacou. Em nenhum dos períodos que eu trabalhei com a Tutoria eu consegui ter um bom trabalho. Porque se exigia que o professor também se envolvesse... deixava o aluno muito solto, porque ele poderia cumprir a Tutoria em qualquer horário e acabava não cumprindo. Eu não tinha como acompanhar porque eram disciplinas que eu não dominava... então não emplacou. E a Resolução 138 termina com a Tutoria! Foi uma tentativa muito interessante do DTPE. Teoricamente válida porque a gente tentava uma aproximação com os cursos. Era uma visão de prática de ensino não numa perspectiva do modelo 3 + 1, e sim uma perspectiva de criação da identidade do professor desde o momento em que o aluno entrasse na universidade. Essa era a ideia! Foi um movimento de superação do modelo 3 + 1, e uma aproximação do DTPE com os departamentos de origem dos cursos. Então, como movimento de aproximação eu acho que ele foi muito proveitoso, principalmente para o DTPE, porque as discussões que nós fizemos aqui foram muito interessantes. E acabou que essas discussões tiveram repercussão nos colegiados, a gente levava para os colegiados essa nossa discussão. Então, eu acho que isso movimentou os cursos de licenciatura da Universidade. E esse documento [gerado a partir das discussões] foi a base para a Resolução 138, que aperfeiçoou o modelo, mas que com certeza partiu desse movimento do DTPE. E aí ele foi engrossado com a entrada do DES, outros professores, outra realidade, as licenciaturas do IM sempre tiveram um modelo diferenciado das licenciaturas de Seropédica. Então, a Resolução 138 acabou lapidando esse documento inicial que o DTPE escreveu.

Gabriela: Voltando a falar da matriz curricular inicial do curso de Educação Física, que a senhora classificou como muito esportivizante, quais seriam as influências para tal característica?

Prof^a Amparo: Isso veio do movimento histórico da Educação Física, da própria história da Educação Física. Na Educação Física ao longo de sua existência (nossa primeira Universidade civil no Brasil é da década de 30), o que se chamava de professor era o de Ginástica, porque não tinha essa terminologia Educação Física, e sim Ginástica. Os professores eram os paramédicos, os militares, enfim, a nossa entrada na Universidade se dá na década de 30 e quem são esses professores? Eram os militares, paramédicos... Não tinha professor de Educação Física. Então isso leva um tempo né?! Até a gente reorganizar, ou estruturar esse campo de conhecimento. E na verdade até a década de 80 do século XX, o que se tem em termos de Educação Física é alguma coisa muito desprovida de fundamentação teórica.

A Educação Física no Brasil, como campo de conhecimento vem do movimento higienista do final do século XIX, logo depois os militares entram com bastante força nesse campo, e quando chega na década de 60 com o golpe militar o esporte invade a Educação Física de forma avassaladora então a gente se confunde: Educação física é esporte? Passam a ser quase sinônimos. Portanto, na lei 5692, que é a lei de modificação do primeiro grau e do segundo grau, nessa legislação se você olhar lá têm os conteúdos que tem que ser dados para o segundo segmento do primeiro grau, que é de 5^a a 8^a e o ensino médio, que eram os conteúdos esportivos. Então, a nossa formação acompanha essa perspectiva. Quando acontece o golpe militar, na verdade, o que se tem, a Educação Física se torna uma disciplina obrigatória para o ensino superior, que ela não era, e aqui na Universidade se cria a disciplina IE 109, e o departamento de educação física nesse momento é um departamento que não tem licenciatura. A nossa licenciatura é criada durante a Ditadura Militar, em 1976 [quando é iniciada a

primeira turma]. Esse departamento é criado dessa forma, assim como o da UFF também. Só da UFRJ que não, porque o primeiro curso de licenciatura em Educação Física é criado na UFRJ. Mas a UFF e nós... O departamento é criado para atender a disciplina Educação Física como obrigatória para todos os cursos do ensino superior. Só depois que a licenciatura é criada, ou seja, que a graduação é criada, por exemplo, a UFF criou o curso de graduação há cinco ou seis anos atrás. Durante esse tempo todo, o departamento grande do tamanho do nosso, com 19 professores mais ou menos, sem curso de graduação. Eles foram criados para atender a essa especificidade, que é uma especificidade que dá uma ideia do esporte como canalizador da força da juventude, da energia da juventude, que estava vinculada ao movimento estudantil, que foi um movimento de resistência ao golpe militar. Com a Ditadura Militar terminam os DCEs, mas as Atléticas tinham começado. Então o esporte invade a Universidade e os cursos de formação, e a minha formação é decorrente dessa história. A minha talvez tenha sido a última turma a ter um currículo tão esportivizante, logo depois teve essa abertura [fim da Ditadura Militar] e os currículos se reformularam. No fim da Ditadura Militar os currículos são reformulados, e aí se pode pensar numa outra proposta, a Educação Física entra como campo de conhecimento numa crise de identidade muito grande, decorrente de várias publicações [de diversos autores] que começam a publicar demonstrando essa história nebulosa e pouco fundamentada cientificamente que a Educação Física passa ao longo do século XX. Com essas publicações os cursos de formação vão sendo mexidos, e eu acredito (porque eu não era mais aluna e ainda não era professora) que as reformulações do final da década de 80 e início de 90 ocorreram muitas reformulações curriculares aqui, ou pelo menos algumas. E essas reformulações dando com uma cara mais de licenciatura ao curso, porque ele não tinha, ele tinha uma cara esportiva. O curso pode ser dividido em dois momentos, década de 80 pra trás e década de 80 pra frente. A década de 80 é a década da crise de identidade do curso de Educação Física, que teve repercussão talvez só na década de 90, essa repercussão dentro da Universidade. Eu saí daqui em 1985, e não teve reformulação curricular, ela foi posterior a minha saída daqui, então deve ter iniciado no final da década de 80 e início de 90. Aí o próprio movimento estudantil pressionava, pois esse era um movimento muito forte aqui. Os grandes pensadores da Educação Física, considerados grandes clássicos, e eles freqüentavam também os nossos encontros do movimento estudantil. A gente tinha um vento muito renovador, mas que ainda não tinha repercussão dentro da Universidade, a gente não conseguiu reverter o currículo, embora a gente tentasse. As informações vinham de fora, aqui dentro eu tive dois professores formados na Escola do Exército, então não tinha como ter nenhuma renovação... Aí com as aposentadorias, com a renovação desse corpo docente é que as coisas foram acontecendo.

Gabriela: Como foi a sua admissão no curso de Educação Física da UFRRJ?

Profª Amparo: Foi através do vestibular e do teste de habilidade.

Gabriela: A turma era dividida por gênero?

Profª Amparo: Sim, masculina e feminina separadas. E as disciplinas práticas eram todas separadas.

Gabriela: E qual era a justificativa para a separação das práticas por gênero?

Profª Amparo: Era por uma questão de habilidade esportiva. E realmente naquele momento a gente tinha muita diferença na habilidade esportiva, especialmente no futebol.

Gabriela: E as aulas práticas e teóricas aconteciam onde?

Prof^a Amparo: As práticas todas no ginásio e as teóricas numas salinhas embaixo das arquibancadas, umas salinhas bem precárias.

Gabriela: E quanto a infra-estrutura, como eram os locais onde eram realizadas as aulas, como piscinas, pistas, etc.?

Prof^a Amparo: Ah! A piscina era perfeita. O ginásio muito bom, mas a grande diferença era a pista de atletismo. Embora a nossa pista de atletismo fosse de areia, mas ela era pintada, totalmente pintada, as caixas de areia dos saltos eram preservadas, as raias pra corrida preservadíssimas, nós tínhamos barreiras, para as corridas com barreira, bastão pra fazer corrida com bastão, nós tínhamos os discos pra fazer lançamento de disco, os dardos pra lançamento de dardos, os pesos pra fazer arremesso de peso. A única modalidade que eu não fiz foi martelo, porque a gente não tinha a gaiola, tinha o martelo mas não tinha a gaiola, aí ficava muito perigoso, mas eu fiz lançamento de dardo, lançamento de disco... eu aprendi tudo isso. Todas as corridas... a pista de atletismo estava sempre pintada, sempre muito bem tratada. **Gabriela:** Então a gente percebe que tinha uma enorme preocupação com essa parte prática, esportiva. **Prof^a Amparo:** Nossa! Muito, muito.

Gabriela: E as salas de aula teórica como eram?

Prof^a Amparo: Ah! As salas de aula eram uma coisa precária, a parte de ginástica olímpica, todos os aparelhos da época eram zerados. Os dois professores, tanto de atletismo quanto de ginástica olímpica eram ex-atletas, então muito preocupados com isso. Nossa prova de ginástica olímpica era com o ginásio fechado. Era um acontecimento! Havia um grande investimento nessa parte. O único esporte que a gente não teve foi o futsal, porque ele não é um esporte olímpico (até hoje ele não é considerado um esporte olímpico). Nós queríamos porque é um esporte hiper difundido nas escolas, é muito mais fácil trabalhar nas escolas com ele do que com o futebol de campo, mas como não é olímpico nós não tivemos aqui. E quando íamos pra escola era um problema, porque as regras são diferenciadas para os dois esportes, e o aluno pedia mas a gente não sabia. Agora os alunos do curso de Educação Física têm aulas de futsal. Isso é muito interessante, observar como o currículo do curso estava muito mais relacionado ao esporte de alto rendimento, do que a realidade que a gente ia enfrentar na nossa prática que é a escola. **Gabriela:** Se queria formar atletas apenas? **Prof^a Amparo:** Não, porque a gente nem tinha mais idade pra se tornar atleta. Era uma coisa completamente fora do lugar. É porque o modelo era o esporte de alto rendimento, o modelo era esse, mas a realidade do trabalho do professor de educação física é a escola. E a escola pede uma outra modalidade esportiva. Claro que os alunos querem saber as regras oficiais, e é importante que a gente saiba, mas você não trabalha com as regras oficiais no dia a dia. Eu não posso dar uma aula de vôlei e colocar a rede na altura oficial, porque as crianças não vão conseguir jogar, a mesma coisa o basquete. É muito mais fácil ter uma quadra pra trabalhar o futsal na escola do que um campo. Aqui eu tive aula de futebol e não de futsal, no curso era uma bola pra cada aluno, na escola era uma bola pra 40 alunos, aí a gente ficava perdido, sem saber o que fazer, ou seja, um curso que não preparava o aluno para a realidade.

Gabriela: Como aluna, qual era a sua maior insatisfação em relação ao curso?

Profª Amparo: Nós alunos reclamávamos de tudo... (risos!), mas especialmente sobre a questão curricular, pois na época eu já estava participando do movimento estudantil, e nos encontros já se ouvia uma porção de coisas que vinham acontecendo na Educação Física, que era vista como uma área que estava em pleno “olho do furacão” e aqui era como se nada estivesse acontecendo, então nós reclamávamos absurdamente disso, fora uma estrutura muito autoritária. Os professores eram muito autoritários, até pela sua formação, e haviam muitos embates.

Gabriela: E quais foram os seus maiores desafios como professora do curso de Educação Física?

Profª Amparo: Acho que o maior desafio enfrentado foi esse convívio, essa relação com o departamento de educação física, que era uma relação turbulenta, sempre foi uma relação turbulenta, embora eu não tenha sido uma aluna de brigar, colocar dedo na cara, nada disso, mas eu era aquela aluna “cri cri”, porque eu era a presidente do DA, então eu estava sempre na reunião de departamento, sempre envolvida nas discussões... e eu tinha muita preocupação com esse meu retorno como professora, mas foi muito produtivo, até porque eu voltei muito mais madura, claro. Não era minha intenção “bater de frente” com eles, e aí eu passei a ter um reconhecimento. E eu tenho muita gratidão por tudo que eu aprendi aqui, um conhecimento muito grande e esses limites são dados pela própria história da área, não são individuais, são coletivos, são da área de educação física. E essa foi uma coisa que eu resolvi muito rapidamente com o departamento de educação física, e aí o que eu tento fazer é trazer para o currículo de Educação Física da Rural essas discussões mais amplas, que fazem parte da história da Educação Física, e fazer com que os alunos entendam isso. Que eles são agentes de transformação desta história que não está finalizada (na verdade nenhuma história tem fim), mas eu digo essa crise, ela tá aberta. A gente ainda tá no “olho do furacão”, nós não somos uma área com uma identidade muito fixada, tanto que hoje a gente vive esse embate, essa contradição, uma questão gravíssima que estamos vivendo hoje, relativa a bacharelado, licenciatura, ao CREF... isso é fruto dessa história. Não é de hoje que tentam montar na área de Educação Física uma perspectiva de saúde que sufoque a perspectiva da educação, embora a área de educação física tenha que conviver necessariamente com esses dois campos (saúde e educação) um não pode sufocar o outro, são áreas conjugadas que não estão em oposição. Mas há uma perspectiva de que a área de saúde sufoque a área de educação, e hoje a gente vive esse embate, aqui talvez em menor grau, só um ou outro professor mais radical, com a visão mais fechada... Mas no geral a gente tem vivido um momento de aproximação muito grande, na tentativa de fazer com que o MEC e o CNE compreendam a resistência que a Universidade Rural tem feito ao longo dos anos. A resistência de manter um currículo ampliado, com todas as contradições que isso possa ter. Na realidade hoje nós somos no Rio de Janeiro a única Universidade que não tem esse formato de currículo [o curso da UFRRJ contempla a área de saúde e educação]. Nossos alunos têm condições de trabalhar na escola, na academia, no clube, em qualquer espaço que exija um professor de educação física. E a nossa perspectiva é que o professor da academia é um professor e não um treinador, o professor das escolinhas é um professor e não um treinador... Essa é a nossa tentativa. Quanto

aos alunos é muito difícil encontrar um que não reconhece isso... Já alguns professores do departamento de educação física acabam achando que tudo isso é uma “balela”, mas nós conseguimos ir ganhando eles no argumento. Embora haja muitas contradições o perfil da Educação Física da Rural é aquele que engloba a área de saúde e educação.

APÊNDICE 4 – ENTREVISTA 4

Profº José Camilo Camões – Entrevista cedida em 21 de julho de 2014.

1. Apresentação: nome, cargo na UFRRJ, data de entrada.

José Camilo Camões, Professor Educação Física, Ingressei na Universidade 1978, Atualmente professor adjunto 4.

2. O curso de Educação Física foi criado em 1974, mas a primeira turma só foi formada em 1976. O senhor sabe o motivo desta demora?

Não sei informar, mesmo sendo um dos professores mais antigos, os cursos já estavam com a grande curricular pronta quando entrei na Universidade.

3. O senhor sabe informar se foi criada uma espécie de comissão para criação do curso?

Não sei informar, pois foi feito em 1974 e não estava na Universidade.

4. Como foi a admissão dos alunos da primeira turma de Educação Física?

Naquela época era feita, se eu não me engano, através da Cesgranrio e todo aluno que entrava para a Universidade tanto a Federal do Rio como a Universidade Rural era submetido a um teste de aptidão física e não era eliminatório era classificatório

5. Será que nós podemos encontrar a grade desta primeira turma?

Olha... É difícil, mais eu acho que a universidade tenha isso aí, no arquivo, talvez aqui tenha também (DEFD) em documentos remotos, talvez tenha que fazer uma investigação.

6. Saberria citar os nomes dos professores pioneiros do curso de Educação Física?

Sim, vou tentar lembrar de cabeça aqui de quase todos, professor: DR Pancrácio, Joclem Vieira da Silva, Marisa (Dança), Airton Gomes Tourino (atletismo) Aurivonaldo (Ginastica olímpica), SR Cirto (Medida e Avaliação ou alguma disciplina nesse sentido), DR Salgado (Anatomia), Marco Antônio Guimarães (Fisioterapia), Elvira Catapreta (Ginástica Escolar), professora Alda (judô e organização esportiva), Vieira Miguel (Anatomia) Logo depois veio em (1990) o professor Adail .Que eu lembre são os principais.

7. Quantos alunos entraram? A quantidade de meninos e meninas?

Eram 50, 25 masculinos e 25 femininos, Se não era exatamente isso, era alguma coisa muito próxima.

8. As disciplinas eram ministradas para meninos e meninas separadamente?

Algumas disciplinas sim, por exemplo, os professores de judô, voleibol e disciplinas de contato físico, as meninas alegavam, no judô principalmente, que elas se machucavam então até por algumas pedirem os professores as vezes separavam, faziam isso, mas natação, disciplinas teóricas eram feitas juntas, não tinha essa diferença não .

9. Onde o curso foi instalado? Onde ocorriam as aulas teóricas e práticas?

Por incrível que pareça, nosso espaço, nosso departamento era no ginásio de esportes. Ali nós tínhamos algumas salas, quatro salas na parte de cima mais uma ou duas salas na parte de

baixo, e as demais disciplinas realizávamos em outros departamentos, outros institutos, como no próprio IE, Instituto de Zootecnia... Nós éramos nômades aqui, nós não tínhamos uma “casa própria”. As aulas teóricas eram em algumas salas do ginásio, e em alguns institutos também, e as aulas práticas no ginásio nas dependências esportivas.

10. Nos primeiros anos do curso como era a estrutura física para as aulas práticas? Havia piscina, pista de atletismo, quadras, etc.?

Por incrível que pareça era muito melhor do que estamos vivenciando hoje, a piscina era perfeita, as quadras estavam arrumadas, o ginásio sem problema, e como toda estrutura física como tempo ela vai se deteriorando, a Universidade não conseguiu manter, o nosso curso cresceu em quantidade e qualidade, porém em estrutura física ela caiu bastante.

11. Quais eram as disciplinas obrigatórias? Elas eram divididas por sexo?

Não, as disciplinas obrigatórias acho que não, eram muitas disciplinas obrigatórias agora de cabeça não lembro.

12. Qual o motivo da separação entre meninos e meninas?

Por motivo de segurança.

13. Havia alguma disciplina mista? Qual?

Sim, as disciplinas teóricas e acho que natação também não era separada não, as maiores das práticas realmente eram separadas.

14. Onde eram guardados os acervos do curso de Educação Física (atas, diários, etc.) e onde ficam hoje?

No Departamento mesmo, onde hoje é o laboratório do professor Carnaval, nossa sala de departamento era ali, nas salas sobre o ginásio. Hoje nós temos um prédio, o acervo e o material ainda ficam lá, a parte administrativa hoje esta no prédio mais moderno.

15. De onde veio a matriz curricular pioneira do curso?

Acho que deve ter tido base na escola de Educação Física Federal do Rio de Janeiro, que tinha um dos professores que foi precursor, foi criador também do curso de Educação Física na federal, um dos nomes que eu esqueci é o Jonas Correia da Costa, foi um dos fundadores do nosso curso e ele foi professor de lá e foi professor aqui muito tempo de basquete e trouxe a Educação Física para cá, eu acredito que tenha utilizado o curso de Educação Física da federal como base.

16. Quais as principais mudanças curriculares ocorridas ao longo dos anos?

Foram tantas, nos já passamos por várias mudanças curriculares em determinação do MEC. O Nosso curso, nós chegamos a ter 22 professores de educação física aqui, só de educação física e o curso era bem menor e o nosso currículo era bem menor. Hoje somos 15 professores com uma carga horária absurda de 3800 horas se eu não me engano.

17. Qual o perfil do curso de Educação Física da UFRRJ?

Olha, no que consta pela Universidade, o nosso perfil é voltado para a Licenciatura, mais como é um perfil muito ampliado os alunos ainda tem condições e poderiam trabalhar também na área não formal, porém o nosso carro chefe mesmo é a Licenciatura (mas os

nossos alunos vão ficar limitados, em termos de mercado de trabalho), porém nós estamos vivendo um momento difícil, em que o CREF (Conselho Regional de Educação Física) não aceita o nosso currículo como Licenciatura ampliada, porque eles seguem uma norma, uma determinação. Os nossos alunos que já estão no mercado de trabalho, não estão conseguindo mais renovar as suas carteiras, sua autorização. Embora tenhamos disciplinas voltadas para o Bacharelado, o nosso perfil, nosso curso, é voltado para a Licenciatura. Nosso curso está ligado ao Instituto de Educação, eu não consigo desassociar qualquer professor dessa área, porque tem que ter uma base em educação, tem que ter qualificação para ai sim, ele poder trabalhar na academia ou não, só que em todo país a Educação Física está ligada a área de saúde, a nossa parece que é o único curso do Brasil que está ligada a área da educação.

18. Qual a sua visão a respeito do curso de Educação Física, ele engloba a licenciatura e o bacharelado?

Em partes sim, só que hoje em dia não dá autorização, o aluno não pode trabalhar na área de bacharelado, que o curso é uma licenciatura e foi constatado pela própria avaliação do MEC que o nosso curso está “inchado” de disciplina, ou seja, a gente esta com muita disciplina do bacharelado, só que as condições físicas dos laboratórios não atendem.

19. Há mais alguma questão que o senhor julgue importante e que nós não fizemos aqui?

Uma preocupação que tem sido constante, torno a falar novamente, é sobre o Bacharelado e a Licenciatura, se o nosso Conselho aceitasse como o nosso currículo é atualmente, não teria nenhum problema, só que a gente esta criando um problema sério... Eu não sei até quando a Universidade e os alunos vão resistir. Na minha concepção eu acho que tem que ter as duas qualificações, tem que ter uma visão de bacharel e uma de licenciado realmente, mas a gente esta contra o mercado de trabalho. Não estamos em consonância com o que a lei exige. Uma coisa é o que a gente quer, e a outra é o que a lei exige. Os alunos estão lá fora pedindo pelo amor de Deus pra que a gente resolva essa questão e isso está nos deixando muito preocupados, mas não depende mais do curso de Educação Física, depende da administração superior e do MEC. Isso ai está me deixando muito preocupado... Eu acho que não pode ser só bacharel ou só licenciando, tem que trabalhar nas duas áreas, mais a gente está indo contra lei e isso ai está me preocupando bastante, e acho que está preocupando a coordenação e a chefia do Curso de um modo geral.

E falando sobre o projeto RONDON, a Universidade participou efetivamente em vários estados do Brasil, estados onde a comunidade tinha carência da parte de higienização atividades recreativas, então cada Universidade dentro da sua especificidade dava orientação de higiene, o pessoal da agronomia dava orientação no campo, veterinária e zootecnia davam cuidados e manuseio de animais e a Educação Física era responsável por atividades não só na parte higiene (orientações básicas), como principalmente área recreativas em comunidades que nem pensavam e nem sabiam o que era Educação Física, a gente participou de vários projetos desses no Brasil.

O projeto RONDON é dar suporte às comunidades carentes, que não tinham conhecimento praticamente de nada sobre a área de atuação no campo, na prevenção da saúde, talvez melhoramento animal, principalmente na cultura, acho que era muito forte na área da agronomia onde eles tinham carência do manuseio, do plantio. E a educação física ela ia, não vou dizer nem como coadjuvante, talvez não fosse tão importante para a comunidade mais entra como uma forma mais de lazer, recreação e orientações básicas sobre higiene que era

uma disciplina que nós tínhamos no curso. Eram comunidades mais afastadas que não tinham infraestrutura, até construção de fossa séptica que eles não tinham, alguns universitários de acordo com sua formação orientavam utilização do rio para não poluição e etc.

APÊNDICE 5 – ENTREVISTA 5

Prof^o Abimael Soler Garcia – Admissão na UFRRJ em 4 em março 1975 (atualmente aposentado). – Entrevista cedida em 21 de julho de 2014

1. O curso de Educação Física foi criado em 1974, mas a primeira turma só foi formada em 1976. O senhor sabe o motivo desta demora?

Em 74, possivelmente o Curso foi criado somente no papel, pelo (C P E e C U) da Rural. Quando entrei em 75 participei da elaboração do Currículo do Curso, criação das ementas e programas, coordenados pelo Prof. Guilhermino da Costa, juntamente com os profs. Jonas Correia, Romeu, Celbi, Rui e Eu, fomos a 1^a equipe de professores doo Curso. Nesta época a estrutura da Praça de Esporte já existia. A demora foi porque não existia a estrutura Curricular (grade) elaborada.

2. O senhor sabe informar se foi criada uma espécie de comissão para criação do curso?

Sim, foi criada uma comissão, coordenada pelo Prof. Guilhermino da Costa, na qual eu fazia parte, porem não me lembro os demais nomes.

3. Saberia citar os nomes dos professores pioneiros do curso de Educação Física?

Guilhermino, Jonas Correa, Celbi, Rui , Romeu, e Abimael.

4. Será que nós podemos encontrar a grade desta primeira turma?

A estrutura curricular dos Cursos (grade), se encontra nos anexos do regimento Geral de 75,(currículos acadêmicos e planejamento curricular dos Cursos de graduação da Rural).

5. Como foi a admissão dos alunos da primeira turma de Educação Física?

Prova teórica mais Prova específica, (prática).

6. Quantos alunos entraram? A quantidade de meninos e meninas?

Entraram 50 alunos sendo 25 homens e 25 mulheres.

7. As disciplinas eram ministradas para meninos e meninas separadamente?

Sim

8. Onde o curso foi instalado? Onde ocorriam as aulas teóricas e práticas?

Aulas práticas na Praça de Esporte, como também a aulas teóricas das disciplinas desportivas. As demais disciplinas eram feitas no I. E. e nos outros Institutos.

9. Nos primeiros anos do curso como era a estrutura física para as aulas práticas? Havia piscina, pista de atletismo, quadras, etc.?

Já existia o Ginásio, Piscina, Pista de Atletismo, 1 Campo de Futebol, uma quadra de Tênis e duas quadras polivalente ao lado do ginásio. Mais tarde foi criado o Forninho, um tanque de Remo, as demais quadras polivalente, e de Tênis, a sala de Musculação e 4 salas de aula foram adaptadas dentro o Ginásio. Finalmente foi construída a sede.

10. Quais eram as disciplinas obrigatórias? Elas eram divididas por sexo?

Procure o planejamento curricular, Anexo ao regimento Geral de 75, que você vai encontrar o currículo. As disciplinas teóricas e práticas da Educação Física elas eram divididas por sexo.

11. Qual o motivo da separação entre meninos e meninas?

Não era permitido na época turmas mistas. Porque não existia desportos mistos, alguns desportos só existiam na modalidade masculina e eram proibidos para mulheres, ex: futebol, salto com vara, setc.

12. Havia alguma disciplina mista? Qual?

Só disciplinas teóricas de outros Departamento.

13. Onde eram guardados os acervos do curso de Educação Física (atas, diários, etc.) e onde ficam hoje?

Departamento inicialmente e na Praça de Esporte, e depois foram encaminhados ao Arquivo inativo da Rural no P I , mas muita coisa pode ter sido perdida.

14. De onde veio a matriz curricular pioneira do curso?

Existia na época o currículo mínimo, estabelecido pelo antigo Conselho Federal de Educação, que estabelecia as diretrizes curriculares mínimas para os Cursos Superiores. Neste currículo eram designadas as matérias mínimas que deveriam compor os Cursos. A Rural desdobrava as matérias em disciplinas, formando assim os currículos plenos dos Cursos.

15. Há mais alguma questão que o senhor julgue importante e que nós não fizemos aqui?

É válido lembrar, que assim que o Curso foi sendo implementado a cada semestre, foram contratados professores para as disciplinas específicas do Departamento de Ed. Física, tais como: Profs, Joceli , Joaquim Noe, Aurivonaldo, Mariza, Elvira, Alda, Miguel, Carnaval, Camilo, Marco Antonio.

APÊNDICE 6 – ENTREVISTA 6

Prof^o Tarci Gomes Parajara – Entrevista concedida em 19 de novembro de 2014.

Prof^o. do magistério superior, atualmente primeiro chefe do recém criado Departamento de Educação do Campo, Movimentos Sociais e Diversidade – DECAMPD.

Gabriela: O senhor está na UFRRJ atuando como profissional desde (especificar também ano de entrada e de conclusão do curso de graduação):

Prof^o Tarci: Novembro de 1993 como contratado – professor substituto até março de 1997. O ano de conclusão de meu curso de graduação é 1993 – julho.

Gabriela: O curso de LICA surgiu a partir de legislações da década de 1960 e 1970, como a LDB por exemplo, e recebeu apoio interno dentro da Universidade, especificamente dos cursos de Agronomia e Veterinária, no que se refere aos seus interesses político-acadêmicos. Em que, especificamente, o curso de LICA poderia ser favorável a estes cursos?

Prof^o Tarci: Pela minha compreensão sobre esta história, tanto pelos documentos que vi, quanto pelos depoimentos dos antigos professores do Instituto de Educação quanto de egressos do curso da década de 60, a importância da criação do curso: Escola Nacional de Educação Técnica – mais tarde Licenciatura em Ciências Agrícolas, **deveu-se na medida da manutenção do status de universidade adquirida pela junção das antigas Escolas Nacionais de Agronomia e Escola Nacional de Medicina Veterinária**, e que por essas legislações só se manteria com a criação de outros cursos em outras áreas do conhecimento. Se não me engano, esse caminho não foi seguido pelas Escolas de Agronomia de Lavras-MG a ESAL, e pela Escola Nacional de Agronomia Luiz de Queiroz em Piracicaba-SP- a ESALQ. Ambas, somente depois de 1996, acho que já nos anos 2000, se dispuseram a virar universidades com a entrada de outras áreas do conhecimento. Ainda como aluno pude conviver com estas duas realidades, Lavras inclusive, tentou criar o Curso de Licenciatura em Ciências Agrárias, teve projeto, coordenador, mas não vingou no final dos anos 90.

Gabriela: Os cursos de Agronomia e Veterinária são tradicionais e muito prestigiados na história da UFRRJ. O curso de LICA foi beneficiado em seu *status* acadêmico por receber o apoio destes dois cursos na época de sua criação?

Prof^o Tarci: A impressão que tenho, até pelos depoimentos dos antigos alunos e de alguns egressos, isto nunca foi bem recebido por toda a comunidade universitária, sempre, acho que desde o nascedouro, se criou a sensação de um estranho no ninho. Esta tradição não conviveu muito bem com questões educacionais. Se pudesse apostar, o que não aconteceu em Lavras e na Esalq, foi justamente por essa resistência em parte do corpo docente e talvez, até no corpo discente. Convivi como aluno, com tentativas de desvalorização do curso de Ciências Agrícolas e até cooptação por parte de professores e alguns alunos, isto já no fim dos anos 80, e início dos 90. Logo, se pudesse apontar efeitos dessa “tradição”, seriam efeitos mais negativos do que positivos. Porém, do ponto de vista social, o apelo para um curso de formação de professores para o ensino agrícola, sobrepujou e muito essa resistência, uma vez que o sistema de ensino paulista durante os anos 70 e depois o sistema de ensino federal através da Coordenação de Ensino Agrícola do MEC durante os 80 procurou a Rural e garantiram nesses anos a inserção de seus egressos, provocando de fora para dentro essa valorização. Ainda hoje, é difícil ver liqueiro sem emprego ou trabalho. A capilaridade

nacional da colocação desses profissionais, que encontraram colocações tanto no ensino técnico agrícola, quanto na educação familiar rural, abrangendo atividades além da sua formação técnica, pois a pedagogia da alternância nunca foi trabalhada na UFRRJ, até a implantação da Licenciatura em Educação do Campo, nos anos recentes.

Gabriela: Professor, houve de sua parte, a percepção de alguma dificuldade que tenha passado o curso no que se refere ao seu estabelecimento em um Instituto de Educação?

Profº Tarci: Não, este na Rural o criou. Pois tudo relacionado à educação começa com a Escola de Educação Técnica. Mas esta nunca buscou uma primazia ou impediu que as demais áreas fossem criadas ou se estabelecessem. Por exemplo, durante décadas foi o único curso que permitiu que outros professores de outros departamentos – com professores formados na LICA – assumissem sua coordenação. A pedagogia só não prosperou antes, mas por falta de força política do Instituto de Educação do que por questões contrárias do curso com seu instituto.

Gabriela: Por que o curso de LICA foi localizado no IE?

Profº Tarci: Novamente, a pergunta seria: por que o IE surgiu da LICA. A Rural nunca se pensou como uma universidade que buscasse ser um centro completo do conhecimento, sempre os cursos originais, mais fortes e tradicionais, exerceram tal força durante as últimas décadas da história da Rural, a fim de consolidar suas pós-graduações, de manter seu corpo docente e espaço, que pouco ou nada representava os demais que se criaram. Isto talvez mude com os efeitos do REUNI, já que as agrárias agora são uma pequena parte da Rural e a própria noção de universidade deixou de ser local e busca uma importância nacional. Durante os anos 90, quando as crises pelas vagas docentes se exacerbou nas universidades por conta das políticas neoliberais implantadas desde o governo Collor até todo o período do governo FHC, tais departamentos e Institutos tradicionais não perderam nenhuma vaga e a relação às aposentadorias precoces havidas na época, muito pelo contrário, questionaram outros espaços, inclusive o próprio Instituto de Educação que não apresentava a mesma “produtividade” acadêmica na pós-graduação ou titulação que eles. Estes por conta de seu poder tradicional, teve inúmeras vantagens de afastamentos para estudos no exterior durante os governos militares e com isso se consolidaram desde cedo.

Gabriela: Como aluno do curso de LICA o senhor sofreu algum tipo de marginalização e/ou preconceito por cursar uma Licenciatura lotada no IE, quando estava dividindo disciplinas com alunos das áreas agrárias ou de outras áreas da Instituição?

Profº Tarci: Não sofreu marginalização por cursar uma licenciatura lotada no IE, por que estas somente eram lotadas neste à minha época. Mas como aluno da LICA, alguns professores de departamentos tradicionais, duvidavam de nossa capacidade de compreender e acompanhar suas aulas. Porém, as disciplinas agrárias eram divididas com os demais alunos das agrárias, e o peso, a cobrança eram as mesmas para todos, sendo assim, quem vencesse ou passasse na disciplina, tinha a mesma capacidade de qualquer outro curso das agrárias, inclusive da Agronomia. Isto era inclusive uma forma de evitar um tratamento diferenciado ou menor por parte dos profissionais para o curso de LICA.

Gabriela: Houve algum tipo de estranhamento por parte dos professores, principalmente os novos, por existir no DTPE um curso da área agrária?

Profº Tarci: Não me lembro de nenhum caso assim. Que seja significativo. Isto acontecia fora da universidade. Já como professor, ao frequentar as reuniões da **Associação Nacional de Educação Agrícola Superior – ABEAS**, por existirem cursos de **licenciatura em ciências agrárias** em unidades diferentes da nossa, isto se mostrou em alguns anos, com pessoas novas para as quais contávamos sobre nosso curso, geralmente os de fora da comissão da licenciatura. Como esta associação era predominantemente devotada para os cursos tradicionais como Engenharia Agrônômica, Florestal, Zootecnia e Medicina Veterinária, e nós das licenciaturas nos integramos e buscamos ocupar este espaço também, que se reflete em ações e políticas públicas, como as das diretrizes curriculares nacionais dos cursos. E ao encontrar professores que não conhecem a Rural, esta impressão ou surpresa às vezes acontecia.

Gabriela: Com base na sua visão de professor do curso, quais os maiores desafios a serem enfrentados por ele na atualidade?

Profº Tarci: Se livrar do SISU, o ENEM e a entrada via SISU tem trazido alunos cada vez menos identificados com o curso e com a própria Rural, a evasão, pela nossa impressão está cada vez maior e não tenho visto ações de sua coordenação contrárias a esse sangramento de alunos, especialmente até o quarto período. A manutenção desse situação, impedirá a colação de grau até o fim do curso, com consequências drásticas para seu mercado de trabalho, para os professores das disciplinas de fim de curso e para a própria coordenação.

Gabriela: Ao analisarmos as atas do colegiado do curso das décadas de 1960, 1970 e 1980, observamos seguidas reuniões que traziam em sua pauta a discussões sobre o currículo e a identidade do curso, bem como a de seus profissionais. Por que essas questões eram tão frequentes?

Profº Tarci: Vejo que são três momentos diferentes: o primeiro, a própria criação da identidade e inserção do curso no mercado, antes dominado por agrônomos que não conseguiam colocação na área da produção, ou técnicos agrícolas que descobriam a docência, não tão valorizada a ponto de ter curso específico. (o ensino técnico não era uma prioridade até então, isto tem a ver com as políticas pós anos JK, industrialização, e as próprias prioridades dadas ao setor pelo governo militar). Os anos 70, com a implantação e consolidação das teorias do capital humano, o ensino técnico se torna a menina dos olhos, especialmente em São Paulo, o estado mais industrializado – muitos professores formados na LICA nos anos 70 trabalharam em São Paulo. Os anos 80, isto se torna política federal, e a própria Rural assina um convênio com o MEC/Coordenação do Ensino Agrícola, para trazer os egressos dos cursos técnicos agrícolas para a universidade terem sua formação docente e retornarem para suas escolas. Tudo isto remetia frequentemente para a noção de currículo, para as questões do mercado de trabalho e refletiam também na especificidade de ser apenas a Rural a dar conta desse curso em todo o Brasil. No documento de reconhecimento do Curso de 1976, a comissão do antigo Conselho Federal de Educação textualmente recomenda à UFRRJ modificar o currículo do curso de cá para se aproximar com a proposta da Universidade Federal Rural de Pernambuco, esta, tal como a ESALQ de Piracicaba, preferia fazer uma formação docente do tipo 3 + 1, onde o aluno de qualquer curso das agrárias, fazia um ano de formação pedagógica ao final para sair com os dois diplomas, bacharel em... e Licenciado.

Por alguma razão bem específica da Rural RJ, isto foi contestado e optou-se ao longo dos anos por ser curso independente e dar a formação docente desde seu início, por isso por muito

tempo se dizia que era o único curso de formação docente para o ensino agrícola do Brasil. Esta formação foi valorizada pelo MEC no final dos 70 e início dos 80, com o convênio MEC/COAGRI para que aqui se fizesse a formação pedagógica para as escolas agrotécnicas federais. A consequência prática disto foi a realização de vestibulares isolados exclusivamente para os cursos de LICA e Economia Doméstica em várias escolas agrotécnicas nos anos 80, interiorizando o acesso ao ensino superior, e adequando o acesso ao curso de formação técnica que dava uma formação propedêutica diferente e mais básica do que os cursos regulares de segundo grau, ou hoje os de ensino médio. Outra consequência é que o alunado da Rural se expandiu para todo o Brasil, bem como seus egressos, inclusive influenciando as formações agrárias.

Gabriela: Observamos que a expectativa do Estado pela modernização do setor agropecuário e a diversificação das carreiras ligadas às ciências agrárias contribuíram para a transformação da Escola de Educação Técnica da então URB, em curso de Licenciatura em Ciências Agrícolas da atual UFRRJ. Porém, por que nos anos 2000 o primeiro mestrado em Educação (PPGEA) precisou estar vinculados a área agrária?

Profº Tarci: Faltou força política no Instituto de Educação e titulação neste para fazer frente ou assumir este nicho de mercado. Na verdade os criadores do Curso de Mestrado em Educação Agrícola não são alheios à comunidade do Curso de Ciências Agrícolas da Rural, pois sua criadora era Licenciada em Ciências Agrícolas formada na década de 70, e que foi trabalhar no sistema de ensino agrícola paulista (professora Sandra Sanches, já falecida), o outro criador e seu primeiro coordenador e efetivo criador nas tramas burocráticas na Rural, o professor Gabriel Araújo Santos, era membro do Colegiado do Curso de Licenciatura em Ciências Agrícolas, seu professor e conhecedor profundo do setor, e é do Instituto de Agronomia.

Gabriela: Há alguma questão importante sobre a história e/ou trajetória do curso de LICA que não tenhamos perguntado e o senhor ache importante registrar? (Caso tenha alguma informação a acrescentar, use o espaço abaixo)

Profº Tarci: Os primeiros coordenadores do curso eram do Instituto de Educação e não tinham formação na área agrária. A primeira coordenadora eleita com esta formação foi a professora Lia Maria T. de Oliveira do DTPE. Creio que isto fez diferença nos anos 90 e até o presente momento, as diferentes visões de mundo e diferentes departamentos que seus coordenadores vieram desde então.

Abraços, e bom trabalho.

APÊNDICE 7 – ENTREVISTA 7

Prof^ª.: Lia Maria Teixeira de Oliveira – Entrevista concedida em 23 de dezembro de 2014.

Docente do Departamento de Educação do Campo, Movimentos Sociais e Diversidade/IE

Gabriela: Está na UFRRJ atuando como profissional desde (especificar também ano de entrada e de conclusão do curso de graduação):

Prof^ª Lia: Na Graduação entre 1981.2 e 1985.2; na Docência desde 1986.1 até a presente data, mais de 28 anos formando professores para a educação profissional e tecnológica agrícola.

Gabriela: O curso de LICA surgiu a partir de legislações da década de 1960 e 1970, como a LDB, por exemplo, e recebeu apoio interno dentro da Universidade, especificamente dos cursos de Agronomia e Veterinária, no que se refere aos seus interesses político-acadêmicos. Em que, especificamente, o curso de LICA poderia ser favorável a estes cursos?

Prof^ª Lia: Penso que a expansão da URB (Universidade Rural do Brasil) e a consolidação dela como Universidade e não mais de duas ou três escolas superiores até então, foi a questão para criação da Escola de Educação Técnica. Depois da Reforma Universitária a partir de 1968 a legislação muda, quando as Escolas Superiores passaram à categoria de Cursos de Graduação. Então, em face de tantas outras necessidades administrativas e da legislação educacional envolvendo a criação de cursos, eu acredito que a UFRRJ e seus gestores tinham que ter saídas para que esta se mantivesse como Universidade. Daí é que eu sustento a minha tese de um oportunismo saudável entre a criação da Escola de Educação Técnica em 1963 e a transformação desta em Curso de LICA depois da Reforma Universitária. Tendo os Agrônomos e os Veterinários então ficaria mais exequível a contratação de professores com formação pedagógica. Outro fato, em específico, é que havia um plano de expansão do ensino técnico agrícola e os agrônomos e técnicos agrícolas não tinham formação pedagógica como a LDB/1961 já anunciava e depois a Lei 5692/1971. Uma conjunção de fatores confluiu para isso. Sem contar que o PREMEM que era uma política de aligeiramento da Formação de professores para o ensino de Técnicas agrícolas, Educação para o lar e para a agropecuária foi um desastre na década de 1970. A Extensão Rural e a EMBRAPA e outras empresas de pesquisa eram mais atrativas para os agrônomos e veterinários. A URB ou UFRRJ tinha uma história reconhecidamente marcante nas ciências agrárias, daí formara os professores para o ensino técnico agrícola/agrário era mais factível.

Gabriela: Os cursos de Agronomia e Veterinária são tradicionais e muito prestigiados na história da UFRRJ. O curso de LICA foi beneficiado em seu *status* acadêmico por receber o apoio destes dois cursos na época de sua criação?

Prof^ª Lia: Não pelo contrário, esses embora tenham criado, eles criaram por oportunismo e assim sempre mantiveram certo controle ou sombreamento. Concordo até que tivessem renomes, mas o prestígio foi em grande parte garantido pelo trabalho dos professores e coordenadores de curso, diretores do Instituto de Educação ao longo dos anos juntamente com os alunos e alguns raros professores da agronomia, biologia.

Gabriela: Professora, houve de sua parte, a percepção de alguma dificuldade que tenha passado o curso no que se refere ao seu estabelecimento em um Instituto de Educação?

Profª Lia: Sim. Já ouvi muitas vezes no passado que a agronomia queria transformar a LICA num apêndice da agronomia, transformando o curso numa espécie de especialização ou de curso de pincelada pedagógica, conforme a legislação preconizava Portaria Ministerial dos Esquemas 1 e 2 ou de Complementação Pedagógica.

Gabriela: Por que o curso de LICA foi localizado no IE?

Profª Lia: Exatamente por conta da exigência do art. 56 (ou 59) da LDB de 1961 que criava a formação pedagógica para docência na educação técnica em meio ao risco de novas exigências das Universidades Rurais se manterem como universidades tendo poucas escolas superiores. A Rural do Brasil tinha que expandir. Foram mudanças uma atrás da outra após a promulgação da LDB de 1961 e logo depois a Reforma Universitária em 1968 e a Lei 5692/1971 que amplia com suas Resoluções e pareceres as Licenciaturas. Tinha uma lenda de um dinheiro a ser recebido para criação de escolas superiores em educação técnica tal como já existia nos USA. Não cabia criar cursos de formação de professores no IA ou IV ou PQ...Alguns professores pedagogos ou Psicólogos e Filósofos já estavam na URB.

Gabriela: Como aluna do curso de LICA a senhora sofreu algum tipo de marginalização e/ou preconceito por cursar uma Licenciatura lotada no IE, quando estava dividindo disciplinas com alunos das áreas agrárias ou de outras áreas da Instituição?

Profª Lia: Eu não. Sou casada com um agrônomo do IA desde aluna da LICA e antes de 1985 eu fui casada com um Zootecnista. Ambos formados pela UFRRJ. Mas é claro que quando fui coordenadora da LICA e fiz estudo de Currículo, eu passei por alguns docentes que tinham uma idéia pré-concebida sobre a pedagogia e as ciências da educação, achando que a LICA era um subcurso da agronomia. Talvez na Zootecnia isso não acontecera porque lá eles também são considerados subcurso da agronomia e veterinária. Mas nada do tipo assédio ou preconceito.

Gabriela: Houve algum tipo de estranhamento por parte dos professores, principalmente os novos, por existir no DTPE um curso da área agrária?

Profª Lia: Acho que não. Logo compreenderam.

Gabriela: Com base na sua visão de professora do curso, quais os maiores desafios a serem enfrentados por ele na atualidade?

Profª Lia: O Curso precisa se Ressignificar para um Brasil que necessita formar além de técnicos para agropecuária de grande capital, mas também para uma de pequeno capital que está ÁVIDA para qualificar os jovens para um outro Brasil Rural, talvez não mais para serem técnicos para plantarem, cultivarem a terra mas para gerirem, serem expertise em turimos rural, agroecologia, gestão agropecuária, desenvolvimento local...

Gabriela: Ao analisarmos as atas do colegiado do curso das décadas de 1960, 1970 e 1980, observamos seguidas reuniões que traziam em sua pauta a discussões sobre o currículo e a identidade do curso, bem como a de seus profissionais. Por que essas questões eram tão frequentes?

Profª Lia: Exatamente porque este curso precisava redimensionar currículo, profissão, áreas de conhecimento...incluir questões sobre extensão rural mais atualizada, desenvolvimento local, agroecologia e educação ambiental para uma agricultura familiar em um novo rural, com todos incluídos.

Gabriela: Observamos que a expectativa do Estado pela modernização do setor agropecuário e a diversificação das carreiras ligadas às ciências agrárias contribuíram para a transformação da Escola de Educação Técnica da então URB, em curso de Licenciatura em Ciências Agrícolas da atual UFRRJ. Porém, por que nos anos 2000 o primeiro mestrado em Educação (PPGEA) precisou estar vinculados a área agrária?

Profª Lia: Porque o DTPE olhou com desconfiança para uma proposta avançada que poderia estar sendo criada interdepartamentalmente. Logo de cara fizeram inclusive alusão ao PPGEA como sendo mestrado profissional. Por que não nasceu do DTPE? Mas nasceu no DTPE!! Sem a minha participação, de Ana Dantas, Akiko não teria andado o projeto. Nem CPDA/ICHS e nem o pessoal do ICHS/DLCS acreditou na proposta que veio do professor Gabriel e ganhou consistência curricular aos poucos com a ampliação de mais professores do DTPE, por exemplo, Helena Vasconcelos, Ana Cristina e Suemy Yukizaki e depois Rosa Cistina do DEPSI. O DTPE embora tenha abrigado o Curso de LICA desde 1963 até 2011 (no novo Regimento da UFRRJ os cursos estão ligados à Direção do Instituto), o DTPE sempre foi voltado para todas as Licenciaturas. O PPGEA não era para ser da Área de Educação e sim Mestrado Multidisciplinar tal como já existia na CPES em 2003.

Gabriela: Há alguma questão importante sobre a história e/ou trajetória do curso de LICA que não tenhamos perguntado e a senhora ache importante registrar? (Caso tenha alguma informação a acrescentar, use o espaço abaixo)

Profª Lia: Talvez sobre a possibilidade de formar para lecionar em Ciências. Foi um novo campo, aprofundado e muito discutido no Colegiado do Curso a partir de fim dos anos 1990.